

JOURNAL OF DEMOCRACY EM PORTUGUÊS

Volume 10, Número 1, Maio de 2021

A CRISE DOS PARTIDOS TRADICIONAIS:

O desafio do antiestablishment

Fernando Casal Bértoa e José Rama

A CRISE DOS PARTIDOS TRADICIONAIS:

Superando a polarização

Jennifer McCoy e Murat Somer

A EVOLUÇÃO DO BOLSONARISMO:

**Análise qualitativa da percepção deste
eleitorado em 2019 e 2020**

Esther Solano Gallego

Tornando a internet segura para a democracia

Francis Fukuyama

Dez anos de Primavera Árabe: reis ou povo?

Tarek Masoud

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**

FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN

PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



JOURNAL OF
DEMOCRACY
EM PORTUGUÊS

CONSELHO EDITORIAL	Bernardo Sorj Sergio Fausto
TRADUÇÃO	Fabio Storino
REVISÃO TÉCNICA	Otávio Dias Beatriz Kipnis
DIAGRAMAÇÃO	Lisia Lemes / Lilemes Comunicação

Journal of Democracy em Português, Volume 10,
Número 1, São Paulo, Maio de 2021
Plataforma Democrática
ISSN 2527-1369

Índice de catálogo sistemático:

Democracia, Política e Governo, Sociedade, Partidos Políticos, Políticas Públicas.

© Copyright - Todos os direitos reservados à:

Fundação Fernando Henrique Cardoso
Rua Formosa, 367, 6º andar, Centro, São Paulo/SP, CEP: 01049-000
www.fundacaofhc.org.br • e-mail: imprensa@fundacaofhc.org.br

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**
FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN
PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



São Paulo (Sede)
Rua Formosa, 367, 6º andar - Centro
São Paulo - SP - Brasil - CEP 01049-000
tel: +55 (11) 3359-5000
contato@plataformademocratica.org

PERIODICIDADE: Semestral

Apresentação

Erosão global da democracia, ameaça populista, polarização política e como tornar a internet mais segura para a democracia. São estes os temas que permeiam os cinco artigos desta edição do *Journal of Democracy em Português*.

No primeiro texto, os politólogos Fernando Casal Bértoa (Universidade de Nottingham, Reino Unido) e José Rama (Universidade Carlos III de Madri) argumentam existir **quatro remédios, mas somente uma cura** para o fenômeno da ascensão dos partidos antiestablishment. “É preciso parar de focar nos sintomas e focar na doença subjacente: o fracasso dos partidos políticos em representar, mobilizar e entregar resultados à população”, escrevem. Para os autores, os partidos devem investir na construção de organizações robustas, modernas e profissionais para reconquistar a confiança dos cidadãos e revitalizar a democracia.

No segundo artigo, a cientista política Jennifer McCoy (Universidade do Estado da Geórgia, EUA) e seu colega Murat Somer (Universidade Koç em Istambul) analisam o **ciclo vicioso de estratégias de polarização e erosão democrática**. Em certas conjunturas históricas, a polarização pode servir para aprofundar a democracia ao romper com elementos não democráticos e possibilitar maior justiça social ou inclusão, mas uma vez ativada corre o risco de se autopropagar numa espiral fora de controle. “A chave é controlar a polarização para que ela não se aprofunde e se torne mais perigosa”, escrevem.

No terceiro texto, a socióloga espanhola radicada no Brasil Esther Solano (Universidade Federal de São Paulo) faz uma análise da evolução do bolsonarismo durante os dois primeiros anos do atual mandato presidencial (2019-2020). Com base em pesquisas qualitativas realizadas juntos às classes A, B, C e D, Solano divide o eleitorado bolsonarista

em fiel, crítico e arrependido e traz frases que exemplificam a percepção de cada um desses grupos sobre a atuação do presidente da República.

“Uma pesquisa qualitativa continuada no tempo nos permite garantir que o bolsonarismo se constrói sobre elementos bastante consolidados nas estruturas sociais brasileiras. É por isso que costumamos salientar que o **fenômeno do bolsonarismo é maior do que o próprio Bolsonaro**. É essencial entender de forma aprofundada quais são esses vetores estruturantes. Construção científica e política devem se unir para a implementação de bases democráticas mais sólidas”, conclui a pesquisadora neste artigo inédito para a edição brasileira do Journal.

As grandes plataformas digitais, como Twitter, Facebook e Google, refletem conflitos políticos e sociais existentes, ou são a causa de tais conflitos na atualidade? No quarto artigo, o cientista político Francis Fukuyama (Universidade Stanford, EUA) busca identificar a **natureza da ameaça que essas plataformas representam à democracia liberal moderna** e como reduzir o poder que elas têm de amplificar ou silenciar certas mensagens. “Acredito que uma possível solução para esse problema seja transferir a curadoria de conteúdo das plataformas dominantes a uma camada competitiva de empresas intermediárias, as chamadas middleware, resultando em filtros que seriam personalizáveis pelos próprios usuários”, propõe.

No último texto, o professor Tarek Masoud (Escola de Governo John F. Kennedy da Universidade Harvard) faz uma **radiografia política do mundo árabe dez anos depois do advento da Primavera Árabe**. “Se a Primavera Árabe almejava trocar líderes autocráticos por líderes democráticos que respondessem aos anseios de seu povo, o novo plano (em andamento em diversos países da região) trata de substituir um povo ‘primitivo’ por um povo ‘moderno’ que responda aos anseios de seus líderes (autoritários, com raras exceções)”, escreve o cientista político.

Boa leitura.

Bernardo Sorj e Sergio Fausto

Diretores de Plataforma Democrática

A CRISE DOS PARTIDOS TRADICIONAIS: O desafio do antiestablishment

Fernando Casal Bértoa e José Rama

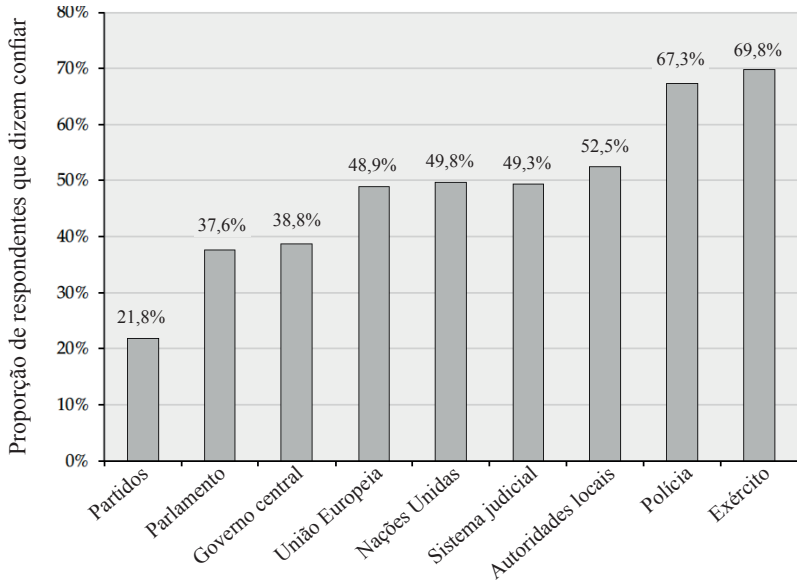
Fernando Casal Bértoa é professor associado de política comparada da Universidade de Nottingham e codiretor do Centro de Pesquisa para o Estudo dos Partidos e da Democracia (REPRESENT). José Rama é professor visitante de ciência política da Universidade Carlos III de Madri.

Nas últimas décadas, sobretudo após a Grande Recessão iniciada em 2008, vem declinando cada vez mais o apoio aos partidos políticos tradicionais. Crescentemente, os cidadãos enxergam os partidos como entidades corruptas que, em vez de representar os interesses de seu eleitorado, comportam-se como “empresas públicas” ou agentes do Estado.¹ De fato, dados de 2019 do Eurobarômetro mostram que as pessoas confiam menos nos partidos e nas instituições representativas por eles controladas, do que em entidades como a polícia e o Exército nacional, que não são representantes eleitos do povo e não podem ser responsabilizados nas urnas. Os partidos políticos são de longe os que possuem o menor grau de confiança entre as instituições cívicas incluídas na pesquisa, uma triste proporção de 22% dos respondentes (ver Figura 1). Os efeitos desse descontentamento são evidenciados pela decrescente identificação e filiação partidária e níveis de comparecimento às urnas.² Entre os cidadãos que ainda vão às urnas, muitos

*Publicado originalmente como “Mainstream Parties in Crisis: The Antiestablishment Challenge”, *Journal of Democracy* Volume 32, Number 1 January 2021 © 2021 National Endowment for Democracy and Johns Hopkins University Press

apostam em diferentes partidos a cada eleição, com predileção por novos partidos. E estes, quando vitoriosos, costumam se apresentar como oposição ao establishment político.

Figura 1: Confiança nos partidos políticos e em outras instituições públicas na Europa, 2019



Fonte: Análise dos autores com base em dados do Eurobarômetro 91.5 (junho-julho de 2019). O eixo vertical representa a proporção de respondentes da pesquisa que responderam que “tendem a confiar” na respectiva instituição.

Como podemos observar na Figura 2, a proporção de votos para partidos contrários ao establishment político³ aumentou consideravelmente desde os anos 1960, e especialmente durante a última década. Essa tendência afetou partidos em todo o mundo e envolveu ambos os lados do espectro político,⁴ embora tradicionalmente o populismo de esquerda (socialista) tenha sido mais bem-sucedido na América Latina e o populismo de direita (nativista), na Europa. Os pesquisadores não ficaram parados e, nos últimos anos, assistimos à proliferação de publicações explorando as causas e consequências da ascensão dos partidos antiestablishment.

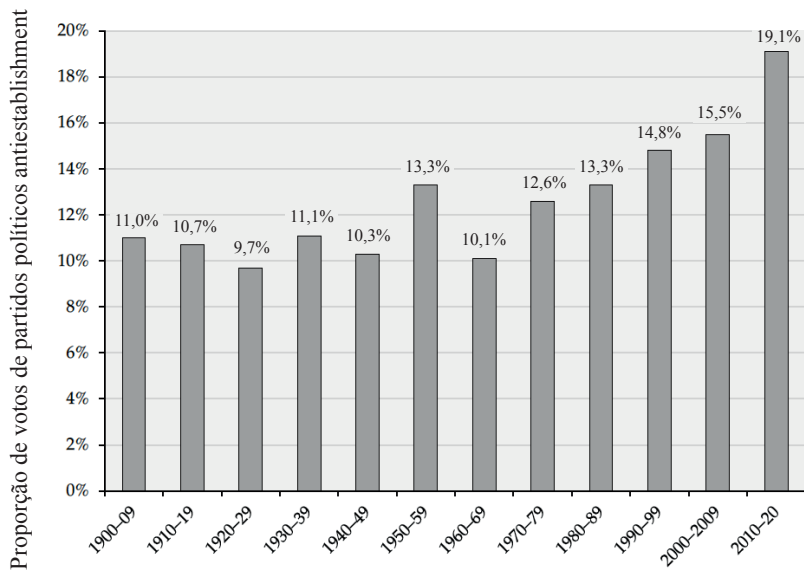
Quanto às consequências, duas são consideradas as mais importantes: a desinstitucionalização e as mudanças no sistema partidário, por um lado, e a ascensão do iliberalismo e do retrocesso democrático, por outro. Parece haver uma falta de consenso entre os estudiosos quando se trata de saber se o sucesso eleitoral desses partidos corrói ou fortalece a qualidade da democracia. Uma corrente de pensamento defende que os partidos antiestablishment em geral, e os partidos populistas em particular, são perniciosos porque constituem uma “inversão perversa dos ideais e dos processos democráticos”.⁵ Outro grupo vê o populismo mais como uma oportunidade do que uma ameaça: esses pesquisadores consideram a onda política antiestablishment um sinal de alerta que poderia levar à “democratização da democracia, ao permitir a agregação de demandas daqueles pertencentes a setores politicamente excluídos”.⁶ Outros analistas argumentam que o efeito líquido do populismo sobre a democracia não é pré-determinado e precisa ser mensurado empiricamente. Como resumem Cas Mudde e Cristóbal Rovira Kaltwasser: “Dependendo de seu poder eleitoral e do contexto no qual ele surge, o populismo pode ser *tanto* uma ameaça *quanto* um corretivo para a democracia”.⁷

Olhando de outro ângulo, nossa visão sobre o impacto de partidos antiestablishment sobre a democracia dependerá de nosso entendimento mais amplo do que constitui a democracia e como ela deve funcionar.⁸ O populismo pode não necessariamente ir contra certas concepções de democracia sem adjetivos. A coisa muda de figura quando olhamos para os partidos antiestablishment em relação à democracia liberal.

Se definirmos a democracia liberal como um regime político que não apenas respeita a soberania popular e a regra da maioria, mas também estabelece instituições independentes dedicadas a proteger direitos fundamentais como a liberdade de expressão e os direitos de minorias, então claramente emerge uma relação negativa. Por defenderem

a supremacia irrestrita da vontade popular (ou a vontade de determinada classe ou raça) e fundamentalmente rejeitarem “as noções de pluralismo e, portanto, do direito de minorias, bem como as ‘garantias institucionais’ que visam protegê-las”,⁹ os partidos antiestablishment — sejam eles populistas, fascistas, comunistas ou de outra natureza — estão em contradição com o componente liberal da democracia. Confirmando essa hipótese, um estudo recente que conduzimos em 28 países da União Europeia baseado em dados desde o fim da Segunda Guerra Mundial (1945) mostra que, mesmo considerando outros fatores (econômicos, institucionais, sociológicos e temporais), a democracia liberal se deteriora à medida que esses partidos se tornam eleitoralmente mais bem-sucedidos. Nossos resultados demonstram, ainda, que outros aspectos da democracia (eleitoral, deliberativo e, em

Figura 2: Apoio a partidos políticos antiestablishment por década (1900-2019)



Fonte: Fernando Casal Bértoa e Zsolt Enyedi, *Party System Closure: Party Alliances, Government Alternatives and Democracy in Europe*. Oxford: Oxford University Press, 2021.

menor grau, participativo) também são prejudicados. Esses achados ressaltam que partidos antiestablishment em geral, e partidos populistas em particular, são um problema real para a democracia.¹⁰

Doença ou sintoma?

Se a ascensão dos partidos antiestablishment de fato ameaça a democracia, o que pode ser feito a respeito? Para responder esta questão, precisamos primeiro entender quais fatores motivam o apoio a essas forças antiestablishment. Pesquisadores identificaram três fatores principais: desaceleração econômica (especialmente a recessão pós-2008), mudanças sociais (o enfraquecimento de clivagens tradicionais, como classe e religião, bem como a emergência de novas divisões em questões como globalização, desestatização e imigração), e a crise institucional (especialmente em partidos políticos tradicionais).

Em um recente estudo que analisou as democracias mais consolidadas da Europa Ocidental desde 1848,¹¹ concluímos que o mau funcionamento dos partidos políticos tradicionais — especialmente em termos de representação e mobilização — foi crucial para o sucesso eleitoral de partidos antiestablishment, sobretudo a partir de 2008. De fato, a crise dos partidos tradicionais tem sido ainda mais significativa nesse sentido do que as transformações sociais como a globalização e a secularização. Ao contrário de nossas expectativas iniciais, o desenvolvimento econômico per se, e até mesmo a crise econômica de 1929, não foram fatores determinantes do apoio a atores políticos antiestablishment, mas a crise econômica global pós-2008, que além de econômica foi também sociopolítica, desempenhou esse papel. Em 1929, os partidos tradicionais eram fortes, e os partidos antiestablishment prosperaram por diferentes motivos (em particular, na sequência da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa). Muitas das democracias que entraram em colapso no período entreguerras, de fato, o

fizeram antes da crise de 1929 (como em Portugal, Espanha, Polônia, Itália, San Marino e Iugoslávia). A recente ascensão dos partidos antiestablishment, em contraste, aconteceu sobretudo desde 2008 (como na Espanha, Grécia, Hungria e Alemanha). Novamente, no entanto, não foi a crise econômica per se que produziu esse efeito, mas o impacto da crise em um ambiente com partidos políticos já fragilizados. Quando a Grande Recessão atingiu as democracias da Europa Ocidental, que já se encontravam sob pressão por conta das disfunções dos partidos tradicionais, ela produziu rachaduras que se transformaram em abertura política para as forças antiestablishment.

Em outras palavras, a verdadeira doença que aflige as democracias representativas é a crise dos partidos políticos tradicionais — a ascensão dos partidos antiestablishment é meramente um sintoma. É importante termos isso em mente na busca pela *cura*. Há um leque de opções disponíveis às forças políticas tradicionais, que chamamos de *extirpação*, *marginalização*, *acomodação* e *regeneração*. Apenas uma dessas estratégias, no entanto, promete dar conta do mal-estar democrático subjacente: o desencantamento dos cidadãos com partidos tradicionais que foram incapazes de se adaptar à nova realidade social e, portanto, de representar o interesse de seu eleitorado.

Quatro remédios, mas somente uma cura

Acadêmicos costumam classificar as estratégias dos partidos tradicionais em relação aos partidos antiestablishment em duas categorias: inclusão e exclusão. O último termo cobre a demonização retórica, erigindo um cordão sanitário alijando esses partidos do processo de governança, e a chamada opção nuclear de restrições legais. A primeira categoria inclui táticas de cooptação e colaboração, que tratamos aqui como parte da mesma estratégia de acomodação.¹² Para além dessa dicotomia encontra-se uma alternativa mais audaciosa, que chamamos de regeneração.

Extirpação. Adotar uma estratégia de extirpação (mais precisamente, de proibição) em resposta a partidos antiestablishment representa três grandes conjuntos de problemas: moral, legal e prático. Estudiosos e profissionais vêm debatendo a legitimidade moral de tais medidas há muitos anos. Desde que Karl Loewenstein, escrevendo sobre a ocupação nazista na Alemanha, introduziu o conceito de “democracia militante”,¹³ muita tinta foi gasta com reflexões sobre a legitimidade da proibição de partidos. Alguns argumentam que proibições são necessárias para permitir à democracia proteger-se de tomadas autoritárias de poder na linha da fascista “Marcha sobre Roma” na Itália em 1922 ou o “Fevereiro Vitorioso” dos comunistas na Checoslováquia em 1948. Para outros, a proibição de partidos políticos vai intrinsecamente contra os princípios democráticos fundamentais da liberdade de expressão e de associação.

Defensores desse último ponto de vista argumentam que, em uma democracia, todos os membros do público — incluindo as forças políticas de extrema-direita (fascista, nacionalista, clerical) e de extrema-esquerda (comunista, bolivariana) — possuem o direito de formar um partido para alcançar seus objetivos políticos, desde que tais objetivos sejam perseguidos de maneira democrática e não violenta. Os que defendem a perspectiva oposta contra-argumentam que as experiências da Alemanha, Itália, Hungria, Rússia, Turquia e Venezuela, para citar apenas algumas, demonstram que, uma vez no comando, partidos extremistas rapidamente começam a desmontar o sistema democrático que tão generosamente permitiu-os alcançar o poder. O resultado é o mergulho no totalitarismo, no autoritarismo competitivo ou, na melhor das hipóteses, na democracia iliberal.

Um segundo conjunto de problemas dessa abordagem diz respeito à legalidade: a proibição de partidos políticos está em acordo com os “padrões legais” ou as “melhores práticas” internacionais? Sobre o primeiro, o artigo 22 do Pacto Internacional dos Direitos Civis e

Políticos de 1966 limita qualquer restrição à liberdade de associação àquelas “que se façam necessárias, em uma sociedade democrática, ao interesse da segurança nacional, da segurança e da ordem públicas, ou para proteger a saúde ou a moral públicas ou os direitos e as liberdades das demais pessoas.”. Essa provisão, que foi livremente copiada em outros diplomas legais como a Convenção Europeia dos Direitos Humanos (art. 11), foi interpretada de maneiras distintas em diferentes países. Enquanto as legislações europeias, em sua maioria e em algum momento, consideraram necessário adotar a proibição de partidos, na América do Norte isso não aconteceu.¹⁴ O Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, de modo geral, entende que, embora as democracias tenham o direito de se defender contra partidos extremistas, proibições só são legítimas quando há evidência plausível de que as ações e a retórica do partido colocam a democracia em risco, e não quando o partido — usando meios legais e democráticos — simplesmente promove mudanças legais ou constitucionais que são compatíveis com princípios democráticos fundamentais.

Reconhecer “melhores práticas” no que se refere à proibição de partidos — podemos identificar uma “regulação modelo” nessa área? — é mais complicado. Em alguns sistemas legais, partidos são proibidos somente com base em seus atos (como na Espanha, Eslováquia e República Checa), enquanto outros também permitem tais ações com base na ideologia do partido (como na Alemanha e Turquia). Há também diferenças com relação a se os partidos podem ser proibidos para prevenir danos “potenciais” (com origem, por exemplo, em ideologias antidemocráticas ou separatistas) ou apenas em resposta a danos “reais” (como em caso de organização interna não democrática, ausência de transparência fiscal, e semelhantes).¹⁵ Há uma área de convergência, no entanto: a maior parte das legislações europeias, ao menos, concordam que a proibição de partidos deveria ser considerada uma medida excepcional, a ser “aplicada apenas em casos extremos [...], após todas as medidas menos restritivas terem se mostrado ina-

dequadas”, ou seja, apenas quando “o partido em questão usa violência ou ameaça a paz e a ordem constitucional democrática do país”.¹⁶

A proibição de partidos, em resumo, é aceita como moral e legalmente legítima em muitos países. Também é extremamente popular, e essa abordagem “militante” para defender sistemas democráticos recebe apoio mesmo entre cidadãos que possuem atitudes mais negativas em relação à democracia.¹⁷ No entanto, a questão de se a proibição de partidos é efetiva permanece. A análise das experiências democráticas europeias desde o fim da Primeira Guerra Mundial mostra que a proibição de partidos foi bem-sucedida em alguns casos, mas fracassou em outros. Em um dos mais conhecidos exemplos de sucesso, tanto o neonazista Partido Socialista do Reich quanto o Partido Comunista foram banidos na Alemanha nos anos 1950, levando à estabilização do sistema partidário em torno dos socialistas, liberais e democratas-cristãos, e a consequente consolidação da democracia. Similarmente, a proibição do Partido Comunista e do Movimento de Lapua, de extrema-direita, no início dos anos 1930 ajudou a Finlândia a evitar a tomada autoritária, como ocorreu nas vizinhas Estônia e Letônia.

Em contraste, a proibição mostrou-se pouco efetiva na Turquia, de longe o país europeu com maior número de proibições.¹⁸ Esse caso ilustra claramente uma das maneiras pelas quais a proibição de partidos pode sair pela culatra: a refundação do partido. O Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP) de Recep Tayyip Erdogan, que venceu nas urnas em 2002 e passou a desmontar gradualmente a democracia liberal do país, entrou em cena como o sucessor mais moderado de antigos partidos islamitas que foram dissolvidos judicialmente (o Partido do Bem-Estar e o Partido da Virtude, banidos em 1998 e 2001, respectivamente). Para ser efetiva, a proibição de partidos antiestablishment precisa ser contínua.

A proibição de partidos também fracassa devido a eventuais mudanças na lei ou na jurisprudência.¹⁹ É precisamente o que aconte-

ceu na Espanha com o EH Bildu, o mais recente sucessor do braço político (Batasuna) do movimento separatista basco conhecido como ETA. Houve seguidas tentativas de proibir essa agremiação política: o Batasuna foi proibido em 2003, e o antecessor imediato do EH Bildu (chamado simplesmente Bildu) foi brevemente banido em 2011, antes de essa decisão ser revertida pelo Tribunal Constitucional da Espanha. Apesar de tais esforços, no momento da elaboração deste ensaio o EH Bildu era o segundo partido mais importante no parlamento do País Basco. Seu sucesso serve de lembrança de que a proibição de partidos pode, ao conferir a essas forças políticas uma aura de mártir, acabar tendo o efeito oposto do desejado.

Marginalização. Uma segunda estratégia usada contra atores políticos antiestablishment visa eliminar seus partidos não legalmente, mas psicologicamente. Consiste em marginalizá-los tratando-os como párias, alijando-os do processo decisório e da formação de governos e, em muitos casos, até mesmo evitando fazer referência a eles. Embora muitos possam considerar essa abordagem menos democrática, especialmente quando o partido em questão é o maior no parlamento (como no caso do partido pró-Rússia “Harmonia” na Letônia), quando comparada com proibições legais parece mais alinhada com as liberdades de expressão e de associação, bem como os princípios de representação.

Talvez o exemplo mais bem-sucedido dessa abordagem venha da Checoslováquia do período entreguerras, onde os chamados Petka (partidos socialistas, agrários, democratas-cristãos, conservadores e nacionalistas) uniram-se e formaram amplas coalizões de governo para defender a democracia tanto contra comunistas como contra nacional-socialistas alemães. Partidos tradicionais envolveram-se em prática similar durante a chamada Primeira República Italiana (1946-94), direcionada contra partidos comunistas e neofascistas.

A principal fraqueza dessa estratégia é que pode ser muito difícil

de sustentar. Seu sucesso depende da adesão de todos os partidos, incluindo os novos. Mesmo na Itália, o chamado *compromesso storico* nos anos 1970 (que envolveu o partido Comunista ceder seu apoio externo a governos democratas-cristãos) ameaçava pôr um fim ao cordão sanitário do país contra a extrema-esquerda. Além do mais, mesmo onde os partidos tradicionais aderem a uma política de marginalização no nível nacional, seus representantes em legislaturas subnacionais podem desertar. Isso aconteceu com o Partido Comunista da Checoslováquia, a Alternativa para a Alemanha, de extrema-direita, e o Vox da Espanha, radical de direita. Essa abordagem “parcial” diminui a efetividade de longo prazo de uma estratégia de marginalização.

Os partidos também se diferenciam em relação ao grau de “discriminação política” que deveria ser aplicada por uma estratégia de marginalização. Enquanto alguns partidos defendem que qualquer tipo de colaboração, seja governamental, parlamentar ou eleitoral, esteja fora de questão, outros não entendem que aceitar apoio parlamentar de partidos antiestablishment sem oferecer em contrapartida nenhuma presença real no gabinete seja uma violação do cordão sanitário. Além do caso italiano mencionado anteriormente, isso aconteceu com o Partido Popular Dinamarquês no nível nacional e, mais recentemente, com o Vox em algumas regiões da Espanha.

Terceiro, a marginalização — assim como a proibição de partidos — pode provocar um efeito bumerangue. Ao apresentar partidos antiestablishment como “extremistas” e dizer que seus apoiadores estão “desperdiçando” seus votos, os partidos tradicionais podem acentuar o status de “outsider” de seus rivais antiestablishment, consequentemente fortalecendo a solidariedade entre seus apoiadores e encorajando ainda mais sua radicalização. Ao explorar seu status autodeclarado de “mártires” da democracia, os partidos antiestablishment podem até mesmo aumentar seu apelo eleitoral. Os partidos tradicionais da Suécia, por exemplo, perseguiram uma estratégia de marginalização

vis-à-vis o populista radical de direita Partido dos Democratas Suecos (SD), com partidos de centro-direita chegando inclusive a apoiar um governo minoritário de esquerda incluindo partidos social-democratas e verdes. No entanto, em vez de esmagar o SD, essa estratégia coincidiu com um aumento de 12 pontos percentuais no apoio eleitoral ao partido ao longo de apenas oito anos. E o mesmo pode ser dito em relação a outros partidos que atualmente compõe o grupo populista de direita ironicamente chamado de Identidade e Democracia no Parlamento Europeu.

Em suma, com partidos antiestablishment em ascensão, o custo de estratégias discriminatórias em relação a eles mostrou-se insustentável em muitos países e, mais recentemente, muitos passaram de “párias a parte do poder”.²⁰ Exemplos recentes de partidos antes marginalizados ganhando acesso ao governo abundam, incluindo tanto atores de direita (o Partido dos Finlandeses, a Aliança Ortodoxa Popular na Grécia, a Nova Aliança Flamenga na Bélgica, o Partido do Progresso na Noruega) quanto de esquerda (o Partido da Refundação Comunista na Itália, o Autodefesa na Polónia, o Partido da Esquerda Socialista na Noruega, o Podemos na Espanha). Na Grécia e na Itália, por exemplo, partidos populistas conquistaram apoio eleitoral suficiente para formar seus próprios governos de coalizão em cooperação mútua.

Acomodação. Um terceiro remédio possível é a acomodação. Em vez de tentar varrer esses atores do mapa político, essa solução alternativa implica aceitar os partidos antiestablishment como parte do cenário político e, ao mesmo tempo, tentar neutralizá-los acomodando suas queixas. Partidos tradicionais, por exemplo, podem tomar para si algumas questões programáticas dos partidos antiestablishment (como limites à imigração ou combate à corrupção),²¹ permitindo que influenciem de fora o processo de formulação de políticas públicas, ou até mesmo incorporando-os ao governo. O raciocínio por trás do “se não consegue vencê-los, junte-se a eles” se divide em dois: por

um lado, busca socializar os partidos antiestablishment no processo de governar e, por outro lado, força-os a assumir a responsabilidade pelos resultados das políticas adotadas (incluindo a culpa por efeitos fracassos). Em outras palavras, faz com que se tornem parte do establishment.

A ideia por trás de uma estratégia de acomodação é que, uma vez inseridos e investidos das responsabilidades do cargo, os partidos antiestablishment serão forçados a moderar suas posições ou talvez simplesmente desaparecer.

Essa abordagem poderia neutralizar a ameaça que esses partidos representam de diversas maneiras. Primeiro, não devemos nos esquecer que o apelo desses partidos, especialmente aos olhos dos chamados votos de protesto, apoia-se em seu caráter antiestablishment. Ao denunciar uma casta corrupta e egoísta das elites, os partidos antiestablishment são capazes de se retratar como representantes da nação real, do povo real, abandonado em meio à globalização, cosmopolitização, secularização ou europeização. A capacidade dos partidos antiestablishment de atrair eleitores também deve muito à maneira pela qual esses partidos, mesmo sem nunca ter assumido responsabilidades de governo, apresentam-se como salvadores. Sem histórico nem conhecimento profundo das questões de governo, podem propor soluções simples — mas, aos eleitores desinformados, bastante sedutoras — para problemas extremamente complexos. A reação do SYRIZA à crise da dívida grega, incluindo a realização de um referendo em 2015 no qual eleitores (em última análise, com pouco sucesso) rejeitaram as medidas de austeridade impostas pela UE, é talvez o exemplo recente mais ilustrativo.

A ideia por trás de uma estratégia de acomodação é que, uma vez inseridos e investidos das responsabilidades do cargo, os partidos antiestablishment serão forçados a moderar suas posições ou talvez

simplesmente desaparecer. Uma vez parte do establishment, os eleitores passarão a enxergá-los de uma maneira parecida com os partidos tradicionais que sempre criticaram. Além de despir os atores antiestablishment de sua aura de pureza, dar-lhes uma função no governo também pode evidenciar quão tolas eram algumas de suas propostas de políticas.

O Podemos da Espanha, de extrema-esquerda, pode oferecer um exemplo atual. Surgindo do movimento de protestos antiausteridade de 2011 conhecido como Indignados, que buscava combater a corrupção, aprofundar a democracia e pôr fim à estrutura política bipartidária, o Podemos foi posteriormente incorporado ao governo nacional no início de 2020. Marcado por escândalos (incluindo acusações de financiamento ilegal), incapaz de cumprir importantes promessas

Quando os partidos protegem políticos acusados de corrupção em vez de expulsá-los ou, no mínimo, afastá-los, o racha entre partidos e eleitores aumenta, com repercussões negativas de longo prazo para a estabilidade do sistema partidário como um todo.

eleitorais, como a reforma trabalhista, e com a credibilidade de sua liderança política em questão, o partido parece assistir ao declínio de sua fortuna eleitoral, como demonstram as recentes eleições regionais na Galícia e no País Basco.

À primeira vista, essa solução parece mais atraente do que as duas anteriores. Não

exige coordenação entre os partidos tradicionais, como no caso do cordão sanitário, nem uma reforma legal, como no caso da proibição. Além disso, parece mais alinhada aos princípios democráticos fundamentais como a liberdade de expressão, o compartilhamento do poder e a competição equilibrada. Na prática, entretanto, há diversas razões pelas quais essa abordagem pode estar condenada ao fracasso.

Primeiro, partidos tradicionais podem se mostrar relutantes a assumir a responsabilidade de domar o leão antiestablishment. Governar

com parceiros inexperientes e pouco confiáveis, afinal, pode sair pela culatra e minar as perspectivas eleitorais futuras do “domador”. A três anos das eleições nacionais, as consequências da decisão do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) de se aliar ao Podemos permanece incerta, mas o desempenho do PSOE nas últimas duas eleições regionais não dá margem a otimismo.

Em segundo lugar, mesmo se houver casos individuais nos quais a participação levou à moderação e posterior dissolução ou declínio (como no caso da Aliança Nacional na Itália e o Svoboda na Ucrânia), acadêmicos concluíram que, no geral, “partidos não ostracizados não se tornaram mais moderados com o passar do tempo [... e ainda são...] tão radicais quando seus pares ostracizados”.²² De fato, a história demonstra que dar aos partidos antiestablishment um papel no governo nem sempre termina bem. Em alguns casos, como no da Nova Aliança Flamengo na Bélgica ou da Liga na Itália, esses partidos acabaram optando por abandonar suas posições no governo em vez de moderar suas posições ideológicas. Em outros casos, como no do Partido da Liberdade da Áustria ou no do Partido dos Finlandeses, a participação no governo resultou em cisões internas e radicalização ainda maior do partido. Em outros casos, foram os partidos tradicionais (como o Lei e Justiça da Polônia) que acabaram reformulando suas posições ideológicas para preencher o vazio deixado pelo desaparecimento de parceiros populistas da coalizão (a Liga das Famílias Polonesas e o Autodefesa). Por fim, a participação no governo pode, se feita corretamente, dar um empurrão eleitoral a alguns partidos antiestablishment (como aconteceu com o Partido do Povo Suíço). No pior cenário, isso poderia representar um caminho para a tomada do poder (como na Alemanha e na Itália do período entreguerras).

Regeneração. Se as abordagens acima tiveram um medíocre histórico de sucesso, isso pode ter se dado porque atacam os sintomas (partidos antiestablishment) e não a verdadeira doença — a crise dos

partidos tradicionais. Uma estratégia verdadeiramente efetiva precisa tratar da raiz do problema.

Primeiro, os partidos políticos precisam investir na construção de organizações robustas. Isso não quer dizer que possam voltar ao tempo e tornar-se novamente os “partidos de massa” de décadas passadas, mas precisam usar os novos métodos à sua disposição (como as redes sociais) para reviver suas operações em áreas-chave como educação, socialização e mediação. Os partidos precisam de uma estrutura profissional, um modelo de financiamento socialmente enraizado, e procedimentos claros para resolver conflitos e tomar decisões.²³ Apenas fazendo esses investimentos é possível que os partidos, em especial os mais novos, sobrevivam e, portanto, contribuam para a institucionalização dos sistemas partidários. Como mostra o caso do Eslovênia Positiva, partidos recém-criados podem vencer eleições, mas, sem organizações bem desenvolvidas, irão declinar e desaparecer. Similarmente, o *Em Marcha!*, do presidente francês Emmanuel Macron, que emergiu com a conquista tanto do posto de presidente como do de primeiro-ministro em 2017, teve um desempenho bastante ruim nas últimas eleições locais. Essas histórias estão em claro contraste com, por exemplo, as dos partidos socialistas da Europa Ocidental, que — normalmente cientes da importância da força organizacional — conseguiram sobreviver na maioria dos países, encontrando maneiras de conviver com a inconstância ideológica e o declínio eleitoral.

Em segundo lugar, os partidos políticos precisam ser responsáveis.²⁴ Como discutimos anteriormente, um dos principais problemas enfrentados pela democracia representativa é a falta de confiança nas instituições representativas e políticas, especialmente os partidos políticos. Além do mais, isso não é surpresa, dada a tendência de líderes políticos de agir de maneiras que contradizem suas pretensas ideologias, por exemplo aumentando os impostos ou adiando reformas. Não é

difícil, portanto, entender como os eleitores, sentindo-se traídos, vêm trocando os partidos tradicionais por alternativas antiestablishment. Isso é particularmente verdade em países onde a convergência e a cartelização entre os partidos tradicionais deixaram como única alternativa real aos eleitores os partidos populistas. Para dar aos eleitores uma escolha genuína, reconquistar a confiança e recuperar sua função tradicional de mediadores entre a sociedade e o Estado, os partidos precisam perseguir políticas que sejam consistentes com suas promessas eleitorais. Caso não consigam cumprir tais promessas, precisam ser capazes de explicar ao público o motivo. Esse tipo de comunicação clara, por exemplo, tem redundado em benefício ao governo de Angela Merkel na Alemanha, que recebeu elogios por sua abordagem realista e transparente à crise global da Covid-19.

Mas os partidos políticos também precisam ser responsáveis. Partidos tradicionais são normalmente considerados mais responsáveis do que os partidos populistas, que se distinguem por sua tendência de propor soluções simples para problemas complexos (como ilustrado pela reação inicial do SYRIZA à crise econômica de 2008 ou pela resposta à Covid-19 no Brasil, México e Filipinas).²⁵ No entanto, os partidos políticos tradicionais também podem se comportar de maneira irresponsável quando tentam fazer manobras políticas contra seus adversários populistas, como vimos em respostas de outros governos à Grande Recessão e à Covid-19, bem como em situações como o “brexit” ou a crise migratória da Europa em 2015. Além disso, mais e mais partidos tradicionais prometeram muito mais do que seriam capazes de cumprir e acabaram entrando num ciclo vicioso, no qual promessas irresponsáveis resultaram em governança não responsiva, e assim por diante. A situação atual na região espanhola da Catalunha é talvez um dos exemplos mais claros.²⁶

Uma parte importante da responsabilidade é liderar pelo exemplo. Sobre isso, é essencial que os partidos políticos e seus líderes demons-

trem que não estão acima da lei. A pandemia da Covid-19 demonstrou a importância do exemplo de líderes políticos. Quando os líderes políticos são os primeiros a fazer quarentena ou a usar máscaras (como no caso de Justin Trudeau no Canadá e de Angela Merkel na Alemanha), isso impulsiona a confiança pública, tão necessária em uma emergência sanitária.²⁷ Quando, por outro lado, parlamentares não respeitam as diretrizes de distanciamento social ou líderes políticos não cumprem a quarentena, a confiança social é quebrada, e isso custa vidas. De maneira similar, quando os partidos protegem políticos acusados de corrupção em vez de expulsá-los ou, no mínimo, afastá-los, o racha entre partidos e eleitores aumenta, com repercussões negativas de longo prazo para a estabilidade do sistema partidário como um todo (como vimos após importantes revelações de corrupção como a Operação Mãos Limpas na Itália nos anos 1990 ou, mais recentemente, o longo caso Gürtel na Espanha). Os partidos políticos serão capazes de prevenir seu próprio declínio e a ascensão de alternativas iliberais se usarem seu “bisturi” para extirpar a parte podre.

De fato, um dos alvos prediletos dos partidos antiestablishment é a corrupção. Políticos populistas se agarraram a esse tema em países tão diversos quanto Estados Unidos, Filipinas, Brasil, Itália, Espanha, República Checa e Ucrânia. Por essa razão, é crucial que os partidos políticos se tornem financeiramente mais transparentes. Os eleitores precisam ser capazes de descobrir, de preferência em tempo hábil, como seu dinheiro — seja em forma de doações ou subvenções estatais — é gasto. Isso é especialmente relevante onde os partidos políticos recebem financiamento público (uma prática que demonstrou fortalecer a institucionalização de partidos e do sistema partidário, dificultar a polarização e combater a corrupção quando implementada em um sistema transparente e liberal).²⁸ Para este fim, o uso de novas tecnologias que permitam aos partidos políticos divulgar suas receitas e gastos de maneira detalhada e tempestiva é essencial para restaurar

a confiança social. Fazê-lo não apenas priva os partidos antiestablishment de razões para atacar os partidos tradicionais como corruptos e egoístas, mas ajuda os partidos tradicionais a recapturar parte de seus seguidores. Obviamente, a transparência não deveria se limitar às finanças dos partidos, mas também envolver os processos internos de seleção de lideranças, de tomadas de decisão e resolução de conflitos, para citar apenas alguns exemplos.

Partidos políticos também deveriam ter uma perspectiva de longo prazo. Atualmente, uma das principais críticas contra os partidos é que eles pensam apenas na próxima eleição ou na próxima pesquisa de opinião. É verdade que a proliferação de eleições em algumas regiões (por exemplo, disputas locais, regionais, presidenciais e supranacionais na Europa) colocou os partidos quase constantemente em “modo campanha”.²⁹ No entanto, isso não serve de desculpa para que os programas partidários se tornem bússolas políticas em vez de visões amplas e com sólida base analítica do futuro, ainda que ajustáveis conforme mudam as circunstâncias. Poucas coisas afetam mais a confiança dos eleitores do que programas partidários que mudam conforme o vento.

Os partidos também precisam se lembrar que concessões são o coração do jogo democrático. A democracia representativa possui uma reputação melhor em países onde os partidos políticos conseguem chegar a acordos em uma série de questões importantes do que onde a legislação está em constante mudança conforme trocam os governos, como é o caso da maior parte da América Latina e da Europa mediterrânea. Nesse último tipo de situação, é muito mais fácil para os partidos populistas prosperarem. Eles se apropriam de questões culturais (onde concessões são sempre mais difíceis) para causar desordem política, como vimos na Espanha, Itália, Grécia, Polônia e Hungria.

Nesse sentido, os partidos tradicionais precisam fugir da armadilha populista de ver a democracia como um jogo de soma zero. Os

partidos tradicionais precisam evitar adotar não apenas a agenda, mas também a retórica das vozes antiestablishment. Apenas ao aceitar que todos possuem o direito de ser ouvidos, que a alternância do poder é intrínseca à democracia, e que, no longo prazo, o partido com melhores políticas normalmente vence, é que os partidos tradicionais serão capazes de melhorar suas chances de vitória nas urnas e deter o curso populista.

Analistas tendem a concordar que a democracia está diante de uma crise. Nossos achados não apenas reforçam essa visão, mas também sugerem que a ascensão dos partidos antiestablishment, longe de oferecer uma oportunidade, afeta negativamente cada uma das dimensões da democracia. No entanto, é improvável que focar toda nossa atenção à atual ameaça populista produza uma solução satisfatória. Em vez disso, precisamos parar de focar nos sintomas e focar na doença subjacente: a crise dos partidos políticos tradicionais.

As reações à ascensão das forças políticas antiestablishment até o momento atingiram quatro dos “cinco estágios do luto”, passando da negação (proibição) para a raiva (cordão sanitário), depois para a barganha (acomodação) e, por fim, para a depressão, que parece ser o estágio atual. Mas se quisermos conter a onda populista, precisamos primeiro aceitá-la pelo que ela é: um sintoma do fracasso dos partidos políticos tradicionais em representar, mobilizar e entregar resultados. Tanto estudiosos quanto profissionais precisam perceber que as primeiras três abordagens descritas acima não resolverão o problema. Apenas trabalhando por sua própria regeneração é que os partidos políticos tradicionais serão capazes de reconquistar a confiança dos cidadãos, derrotar o populismo e sustentar e revitalizar a democracia.

Notas

1. Ingrid van Biezen, “Political Parties as Public Utilities”. *Party Politics*, v. 10, n. 6, pp. 701-722, 2014; Richard S. Katz; Peter Mair, *Democracy and the Cartelization of Political Parties*. Nova York: Oxford University Press, 2018.
2. Ver Peter Mair, *Ruling the Void: The Hollowing-Out of Western Democracy* (Londres: Verso, 2013).
3. Amir Abedi, *Anti-Political Establishment Parties: A Comparative Analysis*. Londres: Routledge, 2004.
4. Cas Mudde, *The Far Right Today*. Cambridge (Reino Unido): Polity, 2019.
5. Pierre Rosanvallon, *Counter-Democracy: Politics in an Age of Distrust*. Nova York: Cambridge University Press, 2008, p. 265.
6. Ernesto Laclau, *On Populist Reason*. Londres: Verso, 2005.
7. Cas Mudde; Cristóbal Rovira Kaltwasser, *Populism: A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2017, p. 79. Itálicos no original.
8. Nadia Urbinati, “Democracy and Populism”. *Constellations*, v. 5, n. 1, p. 116, mar. 1998.
9. Mudde; Kaltwasser, op. cit., p. 81.
10. José Rama Caamaño; Fernando Casal Bértoa, “Are Anti-Political-Establishment Parties a Peril for European Democracy? A Longitudinal Study from 1950 till 2017”. *Representation*, v. 56, n. 3, pp. 387-410, 2020.
11. Fernando Casal Bértoa; José Rama, “Party Decline or Social Transformation? Economic, Institutional and Sociological Change and the Rise of Anti-Political-Establishment Parties in Western Europe”. *European Political Science Review*, v. 12, n. 4, pp. 503-23, nov. 2020.
12. Anna-Sophie Heinze, “Strategies of Mainstream Parties Towards Their Right-Wing Populist Challengers: Denmark, Norway, Sweden and Finland in Comparison”. *West European Politics*, v. 41, n. 2, pp. 287-309, 2018.

13. Karl Loewenstein, “Militant Democracy and Fundamental Rights, I”. *American Political Science Review*, v. 31, n. 3, pp. 417-32, jun. 1937; Karl Loewenstein, “Militant Democracy and Fundamental Rights, II”. *American Political Science Review*, v. 31, n. 4, pp. 638-58, ago. 1937.

14. Uma tentativa de proibição do Partido Comunista nos Estados Unidos em 1954 foi posteriormente considerada inconstitucional.

15. Angela K. Bourne; Fernando Casal Bértoa, “Mapping ‘Militant Democracy’: Variation in Party Ban Practices in European Democracies (1945-2015)”. *European Constitutional Law Review*, v. 13, n. 2, pp. 221-47, jun. 2017.

16. Comissão de Veneza; OSCE/ODIHR, *Guidelines on Political Party Regulation*. Varsóvia: OSCE / ODIHR, 2011, p. 47. Ver também Comissão de Veneza, *Guidelines on Prohibition and Dissolution of Political Parties and Analogous Measures*. Estrasburgo: Conselho da Europa, 2000, p. 21.

17. Sijfra E. de Leeuw; Angela K. Bourne, “Explaining Citizen Attitudes to Strategies of Democratic Defense in Europe: A Resource in Responses to Contemporary Challenges to Liberal Democracy?”. *International Journal of Public Opinion Research*, online, 16 dez. 2019.

18. Fernando Casal Bértoa; Angela Bourne, “Prescribing Democracy? Party Proscription and Party System Stability in Germany, Spain and Turkey”. *European Journal of Political Research*, v. 56, n. 2, pp. 440-465, 2017.

19. O Tribunal Constitucional Federal da Alemanha efetivamente pôs fim à “democracia militante” em 2017, quando recusou-se a proibir o Partido Nacional-Democrático da Alemanha (NPD), de extrema-direita, apesar de considerar que esse partido possuía uma ideologia inconstitucional, pelo fato de o NPD ter obtido apenas 0,4% dos votos e, portanto, não representar uma ameaça significativa e iminente.

20. Sarah L. de Lange, “From Pariah to Power: The Government Participation of Radical Right-Wing Populist Parties in West European Democracies”. Tese de doutorado, Universidade da Antuérpia, 2008.

21. Tarik Abou-Chadi; Werner Krause, “The Causal Effect of Radical Right Success on Mainstream Parties’ Policy Positions: A Regression Discontinuity Approach”. *British Journal of Political Science*, v. 50, n. 3, pp. 829-47, jul. 2020.

22. Tjitske Akkerman; Matthijs Rooduijn, “Pariahs or Partners? Inclusion and Exclusion of Radical Right Parties and the Effects on Their Policy Positions”. *Political Studies*, v. 63, n. 5, pp. 1140-57, dez. 2015.

23. Nicole Bolleyer, *New Parties in Old Party Systems: Persistence and Decline in Seventeen Democracies*. Oxford: Oxford University Press, 2013; Margit Tavits, *Post-Communist Democracies and Party Organization*. Cambridge (Reino Unido): Cambridge University Press, 2013.

24. Peter Mair, “Representative vs. Responsible Government”. In: Ingrid van Biezen (Org.), *On Parties, Party Systems and Democracy: Selected Writings of Peter Mair*. Colchester: ECPR Press, 2014, pp. 581-96.

25. Mair, op. cit., 2013.

26. Astrid Barrio; Juan Rodríguez-Teruel, “Reducing the Gap Between Leaders and Voters? Elite Polarization, Outbidding Competition, and the Rise of Secessionism in Catalonia”. *Ethnic and Racial Studies*, v. 40, n. 10, pp. 1776-94, 2017.

27. Damien Bol; Marco Giani; André Blais; Peter John Loewen, “The Effect of COVID-19 Lockdowns on Political Support: Some Good News for Democracy?”. *European Journal of Political Research*, online, 19 maio 2020.

28. Nicole Bolleyer; Saskia P. Ruth, “Elite Investments in Party Institutionalization in New Democracies: A Two-Dimensional Approach”. *Journal of Politics*, v. 80, n. 1, pp. 288-302, jan. 2018; Fernando Casal Bértoa, “It’s Been Mostly About Money! A Multi-Method Research Approach to the Sources of Institutionalization”. *Sociological Methods and Research*, v. 46, n. 4, pp. 683-714, nov. 2017; Calla Hummel; John Gerring; Thomas Burt, “Do Political Finance Reforms Reduce Corruption?”. *British Journal of Political Science*, online, 30 out. 2019. Talvez não seja surpresa o fato de que alguns partidos antiestablishment (na Bulgária, Itália e Polônia, por exemplo) incorporaram o fim do financiamento público de campanhas em suas propostas programáticas.

29. Ver Mair, op. cit., 2013.

A CRISE DOS PARTIDOS TRADICIONAIS: Superando a polarização

Jennifer McCoy e Murat Somer

Jennifer McCoy é professora de ciência política da Universidade do Estado da Geórgia (Estados Unidos). Murat Somer é professor de ciência política e relações internacionais da Universidade Koç em Istambul.

Querendo ou não, representantes eleitos em todo o mundo estão subvertendo a democracia por dentro ao usar estratégias de polarização política em suas tentativas de conquistar ou permanecer no poder. Acaba sobrando para a sociedade um incômodo desafio: uma polarização perniciososa. Argumentamos que a polarização é um processo que simplifica a política ao apresentar escolhas dicotômicas ao público, consolidando o campo político em blocos opostos e cada vez mais imutáveis. Passa a ser nocivo para a democracia quando divide o eleitorado em dois grupos que desconfiam um do outro.¹ Essas condições podem colocar as sociedades em um ciclo vicioso de estratégias de polarização e erosão democrática, e as escolhas dos atores políticos são a chave para encontrarmos uma saída.

Em certos casos, a polarização tensiona, mas não necessariamente piora a democracia — ao menos não de imediato. Um exemplo dessa tensão sobre uma democracia ainda funcional pode ser o Reino Unido,

*Publicado originalmente como “Mainstream Parties in Crisis: Overcoming Polarization”, *Journal of Democracy* Volume 32, Number 1 January 2021 © 2021 National Endowment for Democracy and Johns Hopkins University Press.

onde novas divisões em torno do “brexit” — alimentadas por estratégias políticas do Partido Conservador e do Partido de Independência do Reino Unido — levou a três anos de paralisia e disfunção do governo. Esses acontecimentos enfraqueceram normas democráticas de longa data, e os efeitos de longo prazo ainda estão por vir.²

A polarização também pode ser produzida por líderes ou partidos buscando concentrar o poder, como vimos na Hungria e na Turquia. Uma vez eleitos, novos governos empregaram uma retórica divisiva e iniciativas ousadas para aumentar o poder do Executivo por meio de uma reengenharia de sistemas eleitorais, sociedade civil e constituições; minar liberdades e procedimentos democráticos; e consolidar a vantagem de seu partido em futuras eleições. Por meio dessas táticas de autoritarismo dissimulado, transformaram suas democracias em regimes autoritários competitivos.³ Em outros exemplos, partidos autoritários que haviam perdido eleições aprofundaram a política de polarização para reconquistar o poder. Em 2018, a Barisan Nasional (ou Frente Nacional) e seu principal partido, o UMNO, que dominaram a Malásia por sessenta anos, perderam a eleição para a coalizão de oposição Pakatan Harapan (Pacto pela Esperança). Dois anos depois, a Barisan Nasional reconquistou sua posição dominante ao polarizar novamente a sociedade em torno de divisões etnonacionalistas e religiosas que ofuscaram a agenda democrática reformista da oposição.⁴

Talvez mais danosos à democracia sejam os casos nos quais um líder incorpora ao poder um setor previamente marginalizado e encontra uma reação da elite ou de grupos anteriormente dominantes. Em alguns casos, o novo mandatário adota uma política de polarização, e atores políticos e institucionais hostis respondem removendo o governo eleito por meio de decisões judiciais extraconstitucionais ou de intervenção militar. Na Tailândia, por exemplo, forças militares e conservadoras afastaram sucessivos governos eleitos liderados pelo

populista Thaksin Shinawatra e seus apoiadores até um golpe de estado definitivo em 2014, do qual a democracia tailandesa ainda não se recuperou.⁵ Em outros casos, reações polarizantes ocorrem porque os líderes ou partidos representando novos grupos sociais são percebidos como uma ameaça por causa de suas ideologias ou identidades. Por exemplo, a vitória presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, líder do Partido dos Trabalhadores, inicialmente gerou um novo sentimento de aversão entre os apoiadores dos partidos de oposição no Brasil, e a eleição de Barack Obama, o primeiro presidente afrodescendente dos Estados Unidos, desencadeou uma reação polarizante nos Estados Unidos.⁶

Por fim, oposições democráticas que sucedem líderes autoritários polarizadores podem não conseguir reverter a espiral descendente se optarem por acertar as contas punindo os antigos ocupantes do cargo. Na Coreia do Sul, por exemplo, antigos ativistas pró-democracia ajudaram a afastar e substituir uma presidente polarizadora e lesiva à democracia, Park Geun-hye. Uma vez obtido o controle tanto da presidência quanto da Assembleia Nacional, no entanto, os opositores de Park começaram a incorrer eles mesmos em populismo econômico, revanchismo moralista e práticas danosas à democracia, em vez de unir novamente o país em torno da busca por soluções de longo prazo às desigualdades estruturais.⁷ Quando a oposição mostra-se incapaz de enfrentar os problemas subjacentes que deram origem à polarização e sua audiência receptiva, um polarizador autoritário pode acabar retornando ao poder fazendo promessas radicais a um público descontente.

Os Estados Unidos são, sob diversos aspectos, um caso particular de democracia, com suas instituições minoritárias incomuns — um sistema indireto de eleição presidencial e um Senado poderoso, dando vantagem a estados menos populosos —, combinadas com características majoritárias robustas que favorecem um sistema bipartidário, como o voto distrital no nível nacional e estadual. Em combinação

com uma Constituição duradoura, normas democráticas informais, uma sociedade civil forte e um sistema federalista, essas características institucionais há muito tempo são consideradas fontes de resiliência democrática. No entanto, os Estados Unidos vêm convivendo com dinâmicas de polarização perniciosas e uma conseqüente erosão da qualidade democrática que se assemelha a padrões vistos em democracias menos robustas, como sinaliza a redução de sua nota no quesito direitos políticos segundo a Freedom House e o rebaixamento à categoria de “democracia imperfeita” pela Economist Intelligence Unit.

O enigma sobre o qual nos debruçamos é como uma prática democrática comum usada para vencer eleições competitivas — mobilizar apoio simplificando a agenda e diferenciando um candidato ou partido em relação à oposição — pode, ao mesmo tempo, ameaçar a democracia. Argumentamos que o processo de polarização, se não for contido ou canalizado por meio de um programa explícito de reconstrução democrática, cria um ciclo vicioso: ele muda os incentivos tanto para atores políticos como para seus eleitores de forma a levá-los a sacrificar princípios democráticos em vez de se arriscar a perder o poder.

Mudar a lógica da polarização de um ciclo vicioso para um ciclo virtuoso exigirá enfrentar os descontentamentos e as deficiências em relação à representação, ao bem-estar social, à governança e à inclusão, que tornaram as sociedades receptivas às estratégias de polarização. Podemos aprender com os sucessos e fracassos de países que sofrem com a polarização perniciosa, embora não haja respostas simples e sejam poucos os exemplos positivos. Isto se deve, em parte, ao fato de que as oposições democráticas ainda não tiveram tempo hábil para desenvolver estratégias para lidar com as novas características da “terceira onda de autocratização”.⁸ E também pelo fato de que, uma vez que a polarização perniciosa e a conseqüente erosão democrática ganham vida própria, é difícil pará-las.

Polarização: origens e efeitos

Um passo crucial pode ser entender a relação ambivalente entre polarização e democracia.⁹ A simplificação da política por meio da oposição e da exclusão é parte da disputa democrática.¹⁰ Em certas conjunturas históricas, a polarização pode servir para aprofundar a democracia, como quando reformistas polarizam para romper elementos não democráticos do status quo e trabalham por maior justiça social ou inclusão democrática. Melhorar a democracia pode exigir, portanto, certo grau de rompimento com as regras e a erosão de normas existentes.¹¹ No entanto, uma vez ativada, a polarização corre o risco de se autopropagar numa espiral fora de controle.

A polarização também pode ser resultado de conflitos entre grupos com diferentes expectativas em relação à democracia, refletidas em suas visões sobre assuntos como a distribuição ideal de recursos ou se a democracia deveria assumir uma forma mais participativa ou mais liberal. Retrocessos democráticos costumam polarizar a sociedade entre aqueles que acreditam se beneficiar da autocratização versus aqueles que se sentem prejudicados por ela. Pesquisas de opinião pública na Venezuela de Hugo Chávez mostraram uma polarização em torno da questão sobre se a democracia estava melhorando ou se deteriorando. Mesmo nos Estados Unidos, a saúde ou integridade da democracia era uma questão que polarizava os apoiadores e opositores do presidente Donald Trump.

Nem todos os polarizadores são autocratas, ou pelo menos não começaram assim. De fato, atores polarizadores podem promover plataformas democráticas reformistas e se manterem democratas por princípio até o fim. Um exemplo seria Martin Luther King Jr. e o movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos das décadas de 1950 e 1960. Muitos outros polarizadores, no entanto, sejam eles movidos por corrupção ou pela sede de poder ou por projetos (racistas, fascistas, comunistas, teocráticos ou extremistas nacionalistas) incom-

patíveis com a democracia liberal, são democratas oportunistas. Tais agentes empregam uma política polarizante para perseguir esses objetivos num contexto de democracia, que veem como um instrumento na melhor das hipóteses, ou como uma barreira na pior das hipóteses. Isso resulta no enfraquecimento no interior da democracia. Partidos e movimentos de extrema-direita na Europa, por exemplo, da Frente Nacional de Marine Le Pen na França ao Partido da Liberdade na Áustria, parecem admirar o modelo de homem-forte de liderança política representado por Vladimir Putin na Rússia.¹²

Independentemente das intenções, a política da polarização transforma os atores envolvidos e sempre carrega consigo o risco de fugir ao controle. O autoritarismo pode emergir a partir da mudança nos interesses, nas percepções e nos incentivos dos atores provocada pela polarização pernicioso, com implicações importantes (por exemplo) para as forças políticas que emergem como coalizões amplas de moderados e linhas-duras. Quaisquer que fossem os motivos pessoais iniciais de Chávez na Venezuela e de Recep Tayyip Erdogan na Turquia, seus movimentos começaram assim. A coalizão de Erdogan incluía ideólogos do autoritarismo, como radicais islâmicos, e democratas por princípio. Os intelectuais comunistas da velha guarda e os oficiais do Exército se uniram a Chávez junto com teóricos da democracia participativa e comunal. A polarização afasta os moderados e encoraja aqueles com agendas mais radicais.¹³ E o aumento da percepção de uma ameaça existencial pode motivar tanto cidadãos como líderes a adotar atitudes e políticas mais danosas à democracia.

A lógica da polarização

Em estudos de países polarizados ao redor do mundo, observamos que a lógica da polarização produziu um conjunto similar de incentivos para os atuais ocupantes dos cargos, opositores, atores institucio-

nais, sociedade civil (incluindo a imprensa) e eleitores. Identificamos uma sequência de passos, ilustrada na Figura abaixo, que começa com um empreendedor político explorando descontentamentos populares usando uma retórica de “nós contra eles”, culpando supostos inimigos e alimentando suspeitas e desconfianças. Esses atores polarizadores também se servem de (ou inventam) identidades políticas e histórias que apoiam essas identidades e mobilizam diferentes tipos de eleitores. Com o tempo, dividem o eleitorado em grupos políticos opostos, com cada vez menos ligações entre si. A política assume a dinâmica de um intenso conflito cujos participantes demonstram lealdade para com seu grupo e aversão e desconfiança em relação ao grupo oposto, que passam a ver como uma ameaça existencial. Ao mesmo tempo, líderes políticos usam a polarização para desacreditar e escantear opositores ou rivais internos, bem como para atentar contra regras e instituições estabelecidas.

A polarização é, portanto, uma *estratégia* política para atingir determinados fins, que variam de simplesmente vencer eleições ou dominar facções rivais a fundamentalmente transformar a sociedade. Mas também é um *processo* que evolui por meio da interação de grupos políticos de oposição. Isto pode acabar resultando em um *equilíbrio*, no qual atores acabam insistindo em comportamentos que reproduzem uma polarização perniciosa até que um choque externo altere essa condição, ou os próprios atores, de maneira voluntária e corajosa, alterem-na por meio de suas ações.

Em um estado de percebida ameaça mútua e política de soma zero, líderes políticos e seus apoiadores são incentivados a usar todos os meios disponíveis para vencer a luta pelo poder. Especialmente quando ambos os lados estão representados por organizações institucionalizadas como grandes partidos políticos, talvez nenhum lado seja capaz de derrotar o outro. Mas um ciclo vicioso que legitima e incentiva comportamentos autoritários, populistas e iliberais corrói a demo-

cracia, cujas normas formais e informais são cada vez mais deixadas de lado.

Líderes polarizadores frequentemente buscam transformar a ordem constitucional, por exemplo, para garantir vantagens eleitorais injustas ou enviesar o funcionamento do Judiciário ou de instituições similares. Os partidos estão mais propensos a adotar estratégias de supressão de voto, *gerrymandering*,¹ desinformação, restrição a candidaturas e fechamento de órgãos de imprensa em contextos polarizados, na medida em que a polarização restringe a possibilidade de políticos vencerem persuadindo eleitores a mudar seu voto. O caminho que resta para a vitória é manter os eleitores de partidos adversários longe das urnas ou desenhando sistemas de representação desproporcional para favorecer o grupo no poder.¹⁴

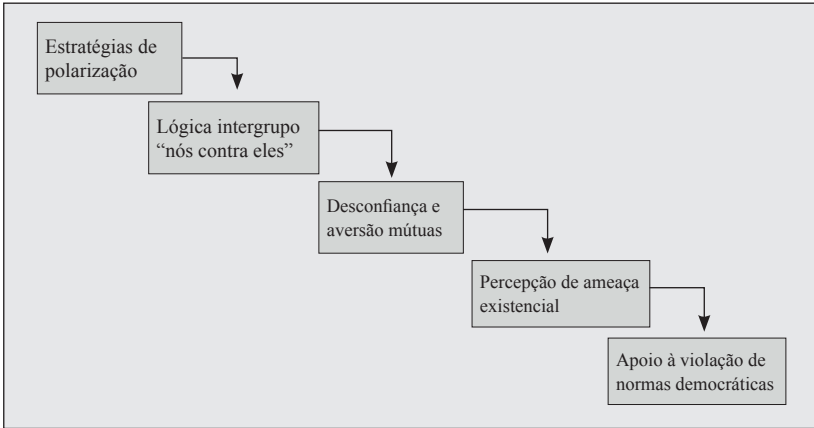
A polarização também afeta as atitudes dos cidadãos em relação à democracia, fazendo com que a opinião pública se torne um contrapeso menor aos atores políticos danosos à democracia. Pesquisa recente demonstrou que, em contextos de polarização, os eleitores mais partidários são os menos propensos a punir candidatos, em particular aqueles de seu próprio partido, por posições que violam normas democráticas.¹⁵

Em dois estudos de 2020 sobre eleitores dos Estados Unidos (em março e em agosto), um de nós, com outros autores, investigou se os eleitores incorrem em *hipocrisia democrática* — ou seja, se em contextos de polarização condicionam seu apoio a normas democráticas ao fato de seu próprio partido estar no poder. Nossa hipótese era de que uma característica da polarização perniciosa — o aumento da percepção entre os apoiadores de ambos os partidos de que as políticas do partido adversário representam uma ameaça à nação — levaria esses eleitores polarizados a tolerar, ou até mesmo encorajar, políticas que minam as normas democráticas.¹⁶ Usamos um desenho experimental

1. Influência no resultado de eleições por meio da divisão arbitrária de zonas eleitorais. (N. T.)

para manipular o partido no poder apresentando aos respondentes cenários hipotéticos sobre o resultado das eleições norte-americanas de 2020. No segundo estudo, manipulamos as percepções de ameaça representada pelo partido adversário.

Figura: O caminho da polarização à erosão democrática



Esses estudos produziram resultados preocupantes. Primeiro, uma porção significativa de norte-americanos não apenas toleram, mas incentivam políticas que desafiam normas democráticas existentes. Quando (como nas condições reais de 2020) os republicanos controlavam a Presidência, o Senado e mais da metade dos governos estaduais, enquanto os democratas controlavam a Câmara dos Deputados, as dezesseis políticas propostas por nós que desafiavam as normas receberam o apoio de 13% a 35% dos respondentes que se identificavam como democratas e 16% a 65% dos respondentes que se identificavam como republicanos (com níveis de apoio variando dependendo da política em questão). Nosso experimento foi desenhado para testar se esses números mudariam se os respondentes imaginassem um cenário político diferente, e observamos que esse era, de fato, o caso: os cidadãos cujo partido favorito está no poder estão substancialmente mais propensos a apoiar políticas que alteravam as normas democráticas.¹⁷

Embora a hipocrisia democrática tenha sido mais pronunciada com relação à aprovação dos respondentes a uma tática proposta que não era estritamente inconstitucional — usar os decretos presidenciais para alterar uma política importante —, também ficou evidente em relação a ações mais flagrantemente danosas à democracia, como permitir que o presidente desqualifique candidatos que considere desleais ao país, processe jornalistas e rejeite resultados eleitorais que acreditasse serem injustos. Por fim, observamos que os cidadãos que receberam um estímulo prévio em relação à percepção de ameaça representada pelo partido adversário quiseram manter as coisas mais democráticas quando aquele partido estava no poder. Quando seu próprio partido estava no poder, em contraste, seu apoio a políticas danosas às normas aumentou. De fato, a hipocrisia democrática de tais respondentes foi mais do que o dobro daquela registrada entre respondentes que não haviam recebido esse estímulo prévio.

Superando a polarização perniciosa

Como as sociedades podem superar a polarização perniciosa? Com base em nossa própria pesquisa e uma revisão de outros estudos, podemos identificar algumas lições.

Descontentamentos subjacentes e instituições políticas não responsáveis. Polarizadores populistas podem oferecer falsas soluções e empregar táticas danosas à democracia, mas nem sempre estarão errados na identificação dos problemas. Da Turquia à Tailândia, Colômbia, Venezuela, Itália, Reino Unido e Estados Unidos, queixas legítimas de cunho sociocultural e econômico-político, em conjunto com uma confiança pública declinante em relação à capacidade de sistemas democráticos de enfrentá-las, produziram uma demanda por mudança que precedeu a ascensão de líderes polarizantes. Embora alguns desses problemas sejam seguramente culpa dos governos, outros resultam

de mudanças demográficas, econômicas e tecnológicas para as quais a sociedade espera uma resposta dos governos. À medida que as queixas de aprofundam, os cidadãos tornam-se mais receptivos a empreendedores políticos que dão visibilidade ou enfatizam esses problemas. Reconhecer essas falhas de governança é um primeiro passo necessário para reverter a polarização. Consequentemente, aqueles que aspiram revertê-la e salvar a democracia restaurando o status quo podem adiar o problema, mas é pouco provável que consigam resolvê-lo no longo prazo.

A polarização muda as instituições. A polarização muda a maneira pela qual as instituições políticas operam. Mecanismos de promoção de consensos falham quando os dois grupos opostos se recusam a cooperar. Por exemplo, regras que exigem uma supermaioria legislativa para aprovar a indicação de juízes das altas cortes podem ser subvertidas ou por uma oposição que se recuse a considerar as indicações ou por um partido governista que decida abolir essas regras. Órgãos responsáveis por garantir a responsabilização de políticos perdem sua capacidade fiscalizatória quando o governo politiza os tribunais e órgãos anticorrupção indicando simpatizantes, acusa jornalistas investigativos de agirem com viés político ou qualificam processos de impeachment como ilegítimos.

Instituições majoritárias são facilmente transformadas em ameaças existenciais quando concorrentes aos cargos passam a enxergar a política como um jogo de soma zero. Por exemplo, a representação desproporcional pode existir nas constituições (como na Hungria pós-comunista) como um mecanismo para garantir a estabilidade e a moderação, mas atores políticos podem se aproveitar desses sistemas para ampliar sua vantagem e até mesmo garantir uma maioria permanente por meio de *gerrymandering* ou de mudanças em fórmulas eleitorais. Embora sistemas de voto distrital tendam a criar discrepâncias maiores entre as votações dos respectivos partidos e sua representação

no Legislativo, sistemas de representação proporcional também estão sujeitos a essas distorções se incluírem mecanismos que premiem o partido com maior votação com cadeiras extras (como na Turquia e na Grécia).

Instituições que empoderam minorias também mudam os incentivos. Por exemplo, as câmaras altas em sistemas federativos que alocam um número igual de assentos a cada estado, independentemente da população — como na Austrália, no Brasil e no México — conferem uma representação desproporcional a estados menos populosos e frequentemente rurais. O problema é que a organização partidária que costuma acompanhar a polarização pode conferir vantagem para um partido específico no longo prazo. Nos Estados Unidos, por exemplo, a configuração do Senado (no qual cada estado possui duas cadeiras independentemente do tamanho da população) historicamente produziu uma representação desproporcional. Em 2016, por exemplo, legisladores que representavam 59,5% da população possuíam apenas 24% das cadeiras do Senado. A organização geográfica cada vez maior em linhas partidárias transformou essa discrepância em vantagem para o Partido Republicano.¹⁸ Somada à vantagem institucional que o colégio eleitoral confere a estados menos populosos, isso reduz os incentivos para que os republicanos diversifiquem e expandam sua base eleitoral mesmo quando obtém apenas uma minoria dos votos populares nacionalmente.¹⁹

Até mesmo a institucionalização dos partidos torna-se uma espada de dois gumes em um contexto de forte polarização. Embora muitos cientistas políticos considerem a institucionalização dos partidos uma condição para a consolidação democrática, em contextos em que reina a polarização, partidos mais fortes, com eleitores fiéis, meramente se protegem por meio dessa dinâmica.²⁰ De forma similar, a fragmentação de sistemas partidários pode ter efeitos variáveis em um contexto de polarização. Pode impedir a divisão da sociedade em dois grupos

políticos e o impasse político associado, mas também pode incentivar um empreendedor político a adotar estratégias polarizantes para conquistar o poder. Portanto, as escolhas feitas pelas elites político-partidárias são cruciais.

Mudanças institucionais podem gerar incentivos para que partidos reduzam seu comportamento polarizador, embora seja preciso considerar potenciais consequências indesejadas. Nos Estados Unidos, por exemplo, reformas como a eliminação do *filibuster*² no Senado, poderiam melhorar a governabilidade ao remover a capacidade do partido minoritário de obstruir o trabalho legislativo em uma disputa polarizada. Encorajar os estados a eleger os delegados de seu colégio eleitoral de maneira proporcional ao voto popular (em vez de um sistema em que “o vencedor leva tudo”) pode alterar os incentivos atualmente associados ao voto indireto.

Outra maneira de romper com os desincentivos de um jogo de soma zero poderia ser a implementação de políticas para aumentar a escolha de representantes. Sob o sistema de voto preferencial, também chamado de sistema de “turnos instantâneos”, os eleitores podem indicar na cédula sua primeira, segunda e terceira opção. Se nenhum candidato obtiver maioria entre as primeiras opções, o candidato com menos votos é eliminado e sua votação é transferida de acordo com a segunda opção de quem votou nesse candidato, repetindo esse processo até que uma pessoa, enfim, obtenha a maioria. Esse sistema resolve vários problemas associados à polarização perniciosa: encoraja candidatos a adotar mensagens de campanha mais amplas e moderadas, atraentes para uma base maior de eleitores que podem escolhê-los como a segunda opção, e elimina a sensação de que os eleitores que apoiam candidatos pouco competitivos fora dos dois principais grupos políticos estejam “desperdiçando” seus votos. É usado nacionalmente na Austrália e na Irlanda e, no nível local, na Nova Zelândia, no Reino

2. Obstrução dos trabalhos legislativos. (N. T.)

Unido e nos Estados Unidos, entre outras jurisdições, com alta taxa de aprovação entre os eleitores.²¹

As estratégias da oposição são cruciais. Como as oposições democráticas ainda estão aprendendo a superar a dinâmica interligada entre polarização perniciosa e erosão democrática, há poucos exemplos de estratégias bem-sucedidas para reverter esses ciclos viciosos. Portanto, baseamo-nos em uma combinação de observação empírica e raciocínio dedutivo para promover três insights.²² Primeiro, como partidos, candidatos e apoiadores de oposição estão envolvidos nas dinâmicas de polarização, suas respostas frequentemente reforçam a polarização perniciosa e a erosão democrática. Em segundo lugar, os dilemas e as divisões internas da oposição, quando movidos pela polarização, podem impedir a adoção de estratégias bem-sucedidas. Terceiro, táticas de oposição bem-sucedidas e malsucedidas podem ser classificadas de acordo com uma tipologia emergente: embora muito dependa de contextos sociais, culturais e políticos de cada país, as oposições estão diante de escolhas básicas, por um lado, entre objetivos de geração e de preservação e, por outro, entre estratégias de polarização e de despolarização. Argumentamos que estratégias de *despolarização ativas* e de *repolarização transformativas* são mais promissoras do que as de *despolarização passivas* e de *repolarização recíprocas*.

Estratégias de despolarização passivas que falam somente para um centro sociopolítico com vistas a preservá-lo é um bom presságio para a desativação da polarização no curto prazo, mas não no longo prazo. Mais promissoras são as estratégias de despolarização ativa, que buscam regenerar o centro apresentando novas questões, mensagens e histórias unificadoras, que ressaltam interesses e valores comuns. Recentemente, candidatos em Istambul, Budapeste e Bratislava conseguiram derrotar nas urnas mandatários populistas autoritários apresentando narrativas novas e unificadoras e dirigindo-se à base eleitoral do

então titular do cargo por meio de métodos inovadores de campanha e apelos emocionais positivos.

Similarmente, fazemos uma distinção entre estratégias de repolarização recíprocas e transformativas. Estratégias de repolarização recíprocas, que reproduzem a mentalidade de soma zero e a retórica de demonização do atual mandatário baseadas nos eixos existentes de polarização, normalmente exacerbam o ciclo vicioso. Por outro lado, estratégias de repolarização transformativas baseadas em eixos de valores e reformas democráticas que tratam dos descontentamentos subjacentes podem dar início a um ciclo virtuoso. Por exemplo, a pressão de um movimento social que surgiu em torno de questões de justiça social no Chile em 2019 mudou o eixo de polarização e levou a um bem-sucedido referendo sobre a organização de uma assembleia constituinte. Embora a trajetória de longo prazo da Malásia permaneça incerta, a estratégia do Pacto pela Esperança em 2018 de enfatizar a divisão entre autocracia e reforma conseguiu tirar do poder uma força política autoritária que havia governado por seis décadas. Na Revolução de Veludo da Armênia em 2018, uma mobilização pró-democracia causou a inesperada derrota de um mandatário semiautoritário.²³

Encontrar e implementar a estratégia correta para superar a polarização perniciosa não é meramente um desafio intelectual. Os partidos, líderes, movimentos sociais e grupos da sociedade civil que compõe a oposição democrática possuem seus próprios interesses e lutas internas de poder, o que pode prejudicar sua capacidade de desempenhar papéis construtivos — ou tornar os próprios atores da oposição agentes de polarização. Um partido de oposição pode até mesmo ser o principal agente polarizador, ao adotar estratégias de obstrução ou “jogar pesado constitucionalmente” para atingir seus próprios fins partidários.

Evitar cisões constituintes. A polarização torna-se especialmente perigosa quando atores polarizantes exploram cisões constituintes de um país ou sociedade — clivagens que resultam de conflitos não resol-

vidos sobre direitos de cidadania, identidade nacional ou território que emergem durante a formação de Estados e que são difíceis de serem superadas sem mudar fundamentalmente a configuração desses Estados. Na Bolívia, existem essas cisões sobre questões dos direitos e da participação dos indígenas, que se tornaram profundamente polarizantes quando o primeiro presidente indígena do país (Evo Morales) convocou um litigioso processo de reforma constitucional e depois tentou estender sua permanência no poder para um quarto mandato e acabou deposto em meio a protestos, dando lugar a um governo conservador linha-dura que tentou restaurar o status quo anterior de dominação das elites. Na Turquia, a estratégia de Erdogan para concentrar o poder baseava-se na polarização por meio de cisões constituintes em torno da divisão étnica entre curdos e turcos. Nos Estados Unidos, os debates históricos mal resolvidos sobre direitos de cidadania para pessoas escravizadas da África e seus descendentes emergiram repetidas vezes como a base de uma polarização perniciosa.

Quando essas cisões constituintes se tornam o eixo da polarização — mesmo enquanto parte de uma mobilização pró-democracia —, é provável que se produza um ciclo vicioso. Para evitar isso, sistemas democráticos precisam enfrentar essas cisões mal resolvidas por meio de deliberações coletivas, construção de consenso de base ampla e reformas incrementais.

O dia seguinte ao fim do mandato de líderes polarizantes. Se as oposições desejaram reverter a polarização perniciosa e a erosão democrática relacionada a ela, é fundamental possuir uma estratégia sensata para o período que sucede a derrota de um líder polarizador. Simplesmente remover uma figura ou partido polarizador não resolve a polarização. A antipatia e a desconfiança partidária dentro da sociedade permanecerão, e é provável que ressentimentos acentuados, hábitos de obstrução e percepções de objetivos incompatíveis continuem a impedir uma cooperação suprapartidária. Novos líderes

precisam enfrentar os descontentamentos subjacentes e deficiências de representação, igualdade, inclusão e justiça que deram origem à polarização.

A natureza da saída do mandatário polarizador influenciará como seus apoiadores responderão às tentativas de despolarização. O líder em questão foi derrotado em uma eleição considerada livre e justa, ou removido por meio de um processo de impeachment tido como imparcial? Ou foi expulso por meios extraconstitucionais ou via processos legais vistos como politizados?²⁴ No último caso, é possível que o novo governo seja considerado ilegítimo por parte significativa do eleitorado e, conseqüentemente, enfrente mais dificuldades para restaurar a confiança. Tratar os apoiadores do polarizador com dignidade, evitando comportamentos difamatórios ou revanchistas, e enfatizar os valores e interesses coletivos é algo crucial se a nova liderança quiser evitar alimentar ressentimentos e a renovação do conflito. Assim como garantir os direitos do movimento derrotado de continuar participando na política. Novos governos também podem ampliar suas coalizões estabelecendo conexões com organizações sociais. Isso pode contribuir para ativar a despolarização ou mudar o foco para o enfrentamento das desigualdades históricas ou cisões constituintes — um passo positivo, desde que não produza uma nova lógica de “nós contra eles”.

É provável que os governos que sucedem um mandatário polarizador se deparem com outras restrições. As burocracias e os tribunais podem estar ocupados por aliados do governo anterior; o polarizador pode continuar a exercer influência fora do governo; e a permanência de descontentamentos pode preparar o terreno para um retorno da força política derrotada ou a chegada de um novo polarizador. O populista Silvio Berlusconi, por exemplo, retornou duas vezes como primeiro-ministro da Itália após se recuperar de derrotas eleitorais. Embora o presidente argentino Juan Perón tenha sido exilado e seu partido populista banido em 1955, o peronismo não apenas sobreviveu, como

tem sido a facção que governa a Argentina na maior parte das últimas três décadas (com exceção de seis dos trinta anos).

Renovações partidárias internas: promissoras, mas não são garantia de nada. Renovações partidárias internas ou mudanças na liderança podem ajudar os partidos a despolarizar, estejam eles no governo ou na oposição. Superar divisões internas pode ser difícil para a força política que suceder um ator polarizador, especialmente se essa força for uma coalizão reunida única e exclusivamente para depor o polarizador. Os opositores venezuelanos de Hugo Chávez e seu sucessor Nicolás Maduro vem enfrentando esse problema há duas décadas, inclusive após obterem uma impressionante maioria legislativa de dois terços em 2015.

Esses partidos ou coalizões precisam buscar um consenso sobre uma estratégia ativa de despolarização ou um novo eixo de repolarização transformativa. No longo prazo, os partidos devem renovar seus programas de governo para oferecer soluções efetivas às bases estruturais da polarização. Por exemplo, podem considerar a adoção de medidas de regulamentação de redes sociais como Facebook e Twitter em resposta à “economia de vigilância” dos dados pessoais que tornou mais difícil para os cidadãos encontrar um terreno comum baseado na verdade.²⁵ A renovação partidária também possui uma dimensão organizacional. Estender a mão aos eleitores de oposição demanda não apenas mensagens novas e atraentes, como também estruturas partidárias capazes de se comunicar efetivamente com o público.

Mudanças voluntárias em partidos polarizadores podem ajudar bastante, melhorando a situação política sem precisar recorrer a medidas tão extremas como a remoção forçada de líderes ou a proibição de seus movimentos. É mais provável que essas mudanças internas ocorram quando mandatários polarizadores chegam ao fim do mandato (sem conseguir estendê-lo) ou quando são retirados do cargo.

Para manter sua influência, líderes polarizadores que se veem nessa situação podem promover um sucessor por meio do qual esperam exercer influência por trás dos bastidores. Às vezes, no entanto, tais sucessores surpreendem seus padrinhos políticos mudando os rumos para apaziguar divisões políticas ou até mesmo reverter políticas anteriores danosas à democracia. Na Colômbia, Juan Manuel Santos rompeu com seu antecessor Álvaro Uribe e promoveu negociações de paz com as FARC; no Equador, Lenín Moreno deu seguimento a acusações de corrupção contra seu antigo padrinho Rafael Correa; e, na Bolívia, Luis Arce deu a vitória ao Movimento ao Socialismo (MAS) nas eleições de outubro de 2020 com base em uma plataforma moderada após o fundador do MAS, Evo Morales, ter se exilado. É importante notar que tais reversões não necessariamente produzem uma despolarização duradoura: nos primeiros dois casos, os antigos líderes repolarizaram a sociedade atacando seus sucessores, embora na Bolívia ainda não se saiba se Arce conseguirá manter sua independência em relação a Morales depois do retorno do ex-presidente ao país. Nos Estados Unidos, o poder que Donald Trump — com seu enorme número de seguidores no Twitter e influência sobre muitos eleitores — terá sobre o Partido Republicano ainda é uma questão em aberto.

Agência política. Em última análise, as perspectivas para salvar a democracia dependem de agência política — em outras palavras, de vontade e criatividade humanas — sob dois aspectos principais. O primeiro envolve uma escolha estratégica em cenários onde o interesse coletivo de longo prazo e o interesse partidário de curto prazo entram em conflito.

Nem todos os atores polarizadores possuem a mesma capacidade e sorte. Todos se comunicam às suas bases eleitorais de uma maneira emocional, contando histórias que frequentemente exploram descontentamentos autênticos, apoiam-se em meias verdades, deixam de lado problemas reais, e fazem de vilões reais ou fictícios bodes expiatórios,

da elite corrupta aos imigrantes. Essas histórias podem ser ferramentas poderosas para oferecer às pessoas uma identidade política e uma justificativa mental para a lealdade partidária.²⁶ Mas os polarizadores se diferem enormemente entre si não apenas em relação à sua capacidade de oferecer narrativas, como também de apresentar a seus apoiadores benefícios tangíveis e garantir sua permanência no poder. Isso explica em parte por que alguns polarizadores, como Erdogan na Turquia ou Putin na Rússia, são capazes de vencer repetidas vezes eleições competitivas (ainda que nem sempre justas) enquanto outros, como Trump, percam eleições e outros ainda, como Maduro na Venezuela, possam permanecer no poder apenas apelando para o aumento da repressão e da manipulação eleitoral.

Com o tempo, a diminuição dos recursos disponíveis ou a necessidade de recorrer a meios extraconstitucionais para estender os limites dos mandatos, até mesmo polarizadores inicialmente bem-sucedidos podem se ver incapazes de vencer eleições sem graves manipulações. E, quando isso acontece, sua saída não significa que sua base irá imediatamente abandonar suas posições políticas polarizadoras. Nos Estados Unidos, a próxima gestão provavelmente enfrentará a desconfiança no novo governo e no processo eleitoral por cerca de metade dos eleitores que votaram em Trump em 2020.

Quando populistas polarizadores perdem uma eleição, elites potencialmente mais talentosas em seus partidos ou base ficam diante de uma escolha estratégica. Podem tentar mobilizar a base com projetos similares, mas com maior competência. Se conseguirem, todas as consequências danosas à democracia da polarização perniciosa podem voltar com tudo. Por outro lado, políticos habilidosos podem trocar estratégias polarizadoras por estratégias despolarizadoras ativas ou passivas, ou podem criar narrativas novas e mais democráticas para mobilizar sua base.

No entanto, isto é mais fácil de falar do que de fazer, o que nos leva a um segundo aspecto no qual a agência política é fundamental

para determinar o futuro da democracia. É preciso vontade política e criatividade para produzir narrativas democráticas que, ao mesmo tempo, reverberem as sensibilidades emocionais do povo, substituam as histórias que este abraçava anteriormente e alimentem uma identidade política distinta. Todas as histórias emocionantes possuem vilões e heróis. Se não os imigrantes, a China ou as elites de Washington, quem essas histórias culparão pelo declínio do sonho americano entre os descontentes eleitores brancos assalariados, por exemplo? Empreendedores políticos defensores da democracia precisam adotar plataformas institucionais, políticas e econômicas reformistas, bem como inventar histórias poderosas que dialoguem com o núcleo emocional de sua base.

Uma abordagem é uma releitura da narrativa que envolve reconhecer como apelos com base identitária substituíram aqueles com base em questões substantivas. Partidos de direita em democracias consolidadas foram particularmente capazes de responder ao ressentimento, à raiva e até mesmo à humilhação advindas de transformações no mercado de trabalho em consequência da globalização e da automação. Por exemplo, homens que perdem sua identidade ou senso de autoestima, por não conseguirem mais sustentar suas famílias, podem buscar novo significado em identidades culturais definidas em termos religiosos, étnicos ou nacionais.²⁷ Na Europa e nos Estados Unidos, populistas de direita exploraram esses descontentamentos por meio de uma retórica anti-imigração e etnonacionalista.

Nos Estados Unidos durante o governo de Bill Clinton e no Reino Unido de Tony Blair, a centro-esquerda adotou narrativas de “terceira via” de aumento de mobilidade social através do ensino superior. Por não reconhecer a importância das restrições estruturais, os privilégios de nascimento e o papel da pura sorte, essas narrativas depositavam no indivíduo toda a responsabilidade por seu sucesso ou fracasso.²⁸ Nos anos 2010, uma mensagem populista que fez dos imigrantes, dos chi-

neses ou das minorias raciais bodes expiatórios poderia ter oferecido uma explicação mais satisfatória para grande parte dos dois terços da população sem ensino superior em ambos os países, alguns dos quais também sofria com a perda de status ligada ao aumento da diversidade em seus ambientes de trabalho e espaços públicos.

Uma nova narrativa poderia redefinir a dignidade do trabalho, por meio de reformas tributárias, em vez de se basear apenas no mercado para definir contribuições ao bem comum. Ademais, realinhar a extraordinária coalizão de base cultural-identitária que existe nos Estados Unidos entre os ricos e a classe trabalhadora branca, que obstruiu a adoção de políticas redistributivas de maneira única, poderia começar a deslocar o eixo de polarização de forma a reduzir sua característica pernicioso.²⁹

A polarização é útil à democracia de duas maneiras. Primeiro, como parte da política competitiva comum, ela diferencia partidos e grupos e oferece aos cidadãos um senso de pertencimento. Em segundo lugar, pode ser útil para romper ou desafiar normas não democráticas, como injustiça social e hierarquias raciais. A chave é controlar a polarização para que ela não se aprofunde e se torne mais perigosa.

A polarização pernicioso geralmente prejudica a democracia, mas também pode estimular mudanças positivas ao dar uma sacudida na complacência produzida a partir da presunção de um excepcionalismo cultural ou institucional. Por fim, reconhecer as consequências negativas de uma polarização pernicioso pode levar a sociedade a buscar soluções criativas às deficiências subjacentes de representação e inclusão socioeconômica que deram origem à política polarizadora.

Notas

1. Jennifer McCoy; Murat Somer (Org.). “Polarization and Democracy: A Janus-Faced Relationship with Pernicious Consequences”. *American Behavioral Scientist*, v. 62, n. 1, jan. 2018 (edição especial); Jennifer McCoy; Murat Somer (Org.), “Polarizing Politics: A Global Threat to Democracy”. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 681, n. 1, jan. 2019 (edição especial).
2. Laurence Whitehead, “The Hard Truths of Brexit”. *Journal of Democracy*, v. 31, n. 2, pp. 81-95, abr. 2020.
3. Murat Somer, “Turkey: The Slippery Slope from Reformist to Revolutionary Polarization and Democratic Breakdown”. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 681, n. 1, pp. 42-61, jan. 2019; Péter Krekó; Zsolt Enyedi, “Explaining Eastern Europe: Orbán’s Laboratory of Illiberalism”. *Journal of Democracy*, v. 29, n. 3, pp. 39-51, jul. 2018.
4. Bridget Welsh, “Malaysia’s Political Polarization: Race, Religion, and Reform”. In: Thomas Carothers; Andrew O’Donohue (Org.), *Political Polarization in South and Southeast Asia: Old Divisions, New Dangers*. Washington, D.C.: Carnegie Endowment for International Peace, 2020, pp. 41-52.
5. Prajak Kongkirati, “From Illiberal Democracy to Military Authoritarianism: Intra-Elite Struggle and Mass-Based Conflict in Deeply Polarized Thailand”. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 681, n. 1, pp. 24-40, jan. 2019.
6. Umberto Mignozzetti; Matias Spektor, “Brazil: When Political Oligarchies Limit Polarization but Fuel Populism”. In: Thomas Carothers; Andrew O’Donohue (Org.), *Democracies Divided: The Global Challenge of Political Polarization*. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2019, pp. 228-254; Alan Abramowitz; Jennifer McCoy, “United States: Racial Resentment, Negative Partisanship, and Polarization in Trump’s America”. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 681, n. 1, pp. 137-156, jan. 2019.
7. Gi-Wook Shin, “South Korea’s Democratic Decay”. *Journal of Democracy*, v. 31, n. 3, pp. 100-114, jul. 2020.
8. Murat Somer; Jennifer McCoy; Russell Luke, “Pernicious Polarization, Autocratization and Opposition Strategies”. *Democratization*, 2021. No prelo; Anna

Lührmann; Staffan I. Lindberg, “A Third Wave of Autocratization Is Here: What Is New About It?”. *Democratization*, v. 26, n. 7, pp. 1095-1113, 2019.

9. Murat Somer; Jennifer McCoy, “Déjà Vu? Polarization and Endangered Democracies in the 21st Century”. *American Behavioral Scientist*, v. 62, n. 1, pp. 3-15, jan. 2018.

10. E. E. Schattschneider, *The Semi-Sovereign People: A Realist's View of Democracy in America*. Nova York: Holt, Rinehart and Winston, 1960.

11. Corey Robin, “Democracy Is Norm Erosion”. *Jacobin*, 29 jan. 2018. Disponível em: <www.jacobinmag.com/2018/01/democracy-trump-authoritarianism-levitsky-zillblatt-norms>.

12. Matt Bradley, “Europe’s Far-Right Enjoys Backing from Russia’s Putin”. NBC News, 12 fev. 2017. Disponível em: <www.nbcnews.com/news/world/europe-s-far-right-enjoys-backing-russia-s-putin-n718926>; Arch Puddington, “Breaking Down Democracy: Goals, Strategies, and Methods of Modern Authoritarianism”. Freedom House, jun. 2017. Disponível em: <<https://freedomhouse.org/report/special-report/2017/breaking-down-democracy>>.

13. Murat Somer, op. cit.

14. Steven Levitsky; Daniel Ziblatt, *How Democracies Die*. Nova York: Crown, 2018. [Ed. Bras.: *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018]; Ezra Klein, *Why We’re Polarized*. Nova York: Avid Reader Press, 2020.

15. Milan W. Svoblik, “Polarization versus Democracy”. *Journal of Democracy*, v. 30, n. 3, pp. 20-32, jul. 2019. [Ed. bras.: “Polarização versus democracia”. *Journal of Democracy em português*, v. 8, n. 2, 2019. Disponível em: <www.plataformademocratica.org/publicacoes#JournalDemocracy>]; Matthew H. Graham; Milan W. Svoblik, “Democracy in America? Partisanship, Polarization, and the Robustness of Support for Democracy in the United States”. *American Political Science Review*, v. 114, n. 2, pp. 392-409, maio 2020.

16. Jennifer McCoy; Gabor Simonovits; Levente Littvay, “Democratic Hypocrisy: Polarized Citizens Support Democracy-Eroding Behavior When Their Own Party Is in Power”. *PsyArXiv Preprint*, 29 jul. 2020, doi:10.31234/osf.io/vrn85.

17. Para todos os respondentes, o apoio a políticas danosas às normas foi cerca de 6 pontos percentuais maior quando seu próprio partido estava no poder em relação à média de 27% quando o partido de oposição estava no poder, uma variação de 22%. Observamos que os Republicanos demonstraram quase o dobro de hipocrisia democrática do que os Democratas, embora parte dessa diferença se deva ao efeito de não conformidade (em outras palavras, algumas pessoas podem ter tido dificuldade em imaginar um contexto político diferente daquele em que viviam).

18. Philip Bump, “By 2040, Two-Thirds of Americans Will Be Represented by 30 Percent of the Senate”. *Washington Post*, 28 nov. 2017; ver também, entre outros, Jonathan A. Rodden, *Why Cities Lose: The Deep Roots of the Urban-Rural Political Divide* (Nova York: Basic Books, 2019).

19. Ezra Klein, op. cit. Ver também Steven Levitsky, “How Democracies Die: U.S. Democracy Three Years After Trump’s Election” (palestra, Universidade Cornell, Ithaca, NY [Estados Unidos], 7 nov. 2019). Disponível em: <<https://www.cornell.edu/video/steven-levitsky-us-democracy-three-years-after-trumps-election>>.

20. Sebnem Yardimci-Geyikçi, “Party Institutionalization and Democratic Consolidation: Turkey and Southern Europe in Comparative Perspective”. *Party Politics*, v. 21, n. 4, pp. 527-538, jul. 2015.

21. Ver “Voter Understanding and Support”. *FairVote*. Disponível em: <https://www.fairvote.org/research_rcvvotersupport>.

22. Jennifer McCoy; Murat Somer, op. cit., 2019; Murat Somer; Jennifer McCoy; Russell Luke, op. cit.

23. Welsh, op. cit.; Miriam Lansky; Elspeth Suthers, “Armenia’s Velvet Revolution”. *Journal of Democracy*, v. 30, n. 2, pp. 85-99, abr. 2019; Indira Palacios-Valladares, “Chile’s 2019 October Protests and the Student Movement: Eventful Mobilization?”. *Revista de Ciencia Política* (Santiago), v. 40, n. 2, pp. 215-234, 2020.

24. Dan Slater; Aries A. Arugay, “Polarizing Figures: Executive Power and Institutional Conflict in Asian Democracies”. *American Behavioral Scientist*, v. 62, n. 1, pp. 92-106, jan. 2018.

25. Ronald J. Deibert, “The Road to Digital Unfreedom: Three Painful Truths About Social Media”. *Journal of Democracy*, v. 30, n. 1, pp. 25-39, jan. 2019.

[Ed. bras.: “Três duras verdades sobre as redes sociais”. *Journal of Democracy em português*, v. 8, n. 1, 2019. Disponível em: <www.plataformademocratica.org/publicacoes#JournalDemocracy>.]

26. Katherine J. Cramer, *The Politics of Resentment: Rural Consciousness in Wisconsin and the Rise of Scott Walker*. Chicago: University of Chicago Press, 2016; Arlie Russell Hochschild, *Strangers in Their Own Land: Anger and Mourning on the American Right*. Nova York: New Press, 2016.

27. Mikko Salmela; Christian von Scheve, “Emotional Roots of Right-Wing Political Populism”. *Social Science Information*, v. 56, n. 4, pp. 567-595, dez. 2017.

28. Michael J. Sandel, *The Tyranny of Merit: What's Become of the Common Good?* Nova York: Farrar, Straus and Giroux, 2020.

29. Jacob S. Hacker; Paul Pierson, *Let Them Eat Tweets: How the Right Rules in an Age of Extreme Inequality*. Nova York: Liveright, 2020.

**A EVOLUÇÃO DO BOLSONARISMO:
Análise qualitativa da percepção deste
eleitorado em 2019 e 2020**

Esther Solano Gallego¹

Introdução

Durante os últimos anos tenho me dedicado a estudar a base eleitoral de Jair Bolsonaro. Realizei minha primeira pesquisa qualitativa com simpatizantes do então deputado federal em outubro de 2017², na qual constatamos sua força simbólica como personagem político em ascensão. Após as eleições de 2018, já em parceria com minha colega Camila Rocha (CEBRAP), decidimos prosseguir analisando de forma contínua a base bolsonarista. Nossa escolha tem sido, fundamentalmente, a análise do eleitorado moderado, que não rejeita o diálogo com os divergentes, ao contrário do bolsonarista radicalizado, bloqueado racional e afetivamente na sua própria radicalidade. Interessa-nos conhecer o pensamento desse eleitor moderado que votou no ex-capitão do Exército em 2018, mas com frequência rejeita sua violência e seu autoritarismo. Muitos deles, em eleições anteriores, haviam votado em candidatos e partidos progressistas, principalmente no PT.

1. Doutora em ciências sociais pela Universidad Complutense de Madrid e professora da Universidade Federal de São Paulo

2. Pesquisa completa publicada em maio de 2018 <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/14508.pdf>

Essa escolha metodológica pelo bolsonarismo moderado se fundamenta em uma hipótese de trabalho reiteradamente demonstrada: a possibilidade de diálogo com esse eleitor, cuja vinculação subjetiva com a esfera política é marcada pelo sentimento de abandono e/ou de orfandade. Nosso trabalho, portanto, parte de uma reflexão sociológica que procura se aprofundar nas análises teóricas e conceituais para definir o fenômeno do bolsonarismo, mas também de uma postura política bem definida: a reivindicação do diálogo entre os que foram considerados inimigos de forma artificial e eleitoralmente interessada pelo atual presidente durante os últimos anos. Para o campo democrático se reconstruir — e como precondição para estabelecer qualquer possibilidade de diálogo —, é fundamental conhecer bem essa alteridade com a qual se deseja uma aproximação essencial para o futuro do país e da democracia.

Descontentes com a atuação do PT e o funcionamento do sistema político no seu conjunto, essas pessoas se sentiram representadas pela retórica antissistema, anticorrupção, anti-esquerdista, militar e patriótica, calcada na valorização da família, da ordem e dos bons costumes. No decorrer de 2017 e 2018 (antes das eleições), identificamos claramente o fortalecimento de um público conservador que até então não se sentia representado com fidelidade em nenhuma alternativa eleitoral viável existente anteriormente. Bolsonaro deu espaço, voz, nome e prioridade a opções políticas e comportamentais que, durante os cerca de 14 anos de governo do PT (iniciados em 1º de janeiro de 2003 e encerrados em 31 de agosto de 2016, com o impeachment de Dilma Rousseff), não estavam incluídas no espaço público hegemônico. Contrariamente ao que uma análise mais superficial pode concluir, Bolsonaro não arquitetou sua alternativa eleitoral apenas na rejeição dos governos petistas e no ataque da alteridade política e de seus oponentes ideológicos, mas sobretudo na construção de todo um referencial ideológico e afetivo claramente associado à direita mais

radical, que deu pertencimento a milhões de brasileiros que não se sentiam representados até então. A decepção com o PT, o descrédito do sistema político brasileiro em seu conjunto, a potência da narrativa anticorrupção da Operação Lava Jato naquele momento e a gravidade da crise econômica forjaram o cenário propício para a emergência e o empoderamento desse fenômeno político.

Porém, já em 2019, primeiro ano do atual governo passamos a identificar o surgimento de importantes pontos de crítica ao presidente da República junto a essa base bolsonarista moderada, fundamentalmente devido a um estilo comportamental inadequado ao cargo de líder da nação e à sensação de instabilidade relacionada a sua forma de governar. No decorrer de 2020, juntaram-se as críticas às ações de Bolsonaro na gestão da pandemia de Covid-19. Começamos então a classificar nossos entrevistados, sempre selecionados entre os eleitores de Bolsonaro em 2018, em três categorias: “fiel”, “crítico” e “arrepentido”.

Este artigo, portanto, é resultado de um conjunto de conversas realizadas desde 2017, mas escolhi três pesquisas de campo mais recentes para exemplificar as mudanças de percepção na base bolsonarista ocorridas ao longo dos dois primeiros anos do atual governo. A metodologia adotada em nossas pesquisas é sempre qualitativa, e as conversas, com duração de mais de 100 minutos, ocorrem dentro do que costumamos chamar de minigrupo focal etnográfico. Para saber mais detalhes técnicos, leia o Anexo ao final desse texto.

A primeira pesquisa foi conduzida com eleitores de Bolsonaro das classes C e D em Porto Alegre (RS) em maio de 2019, ainda presencialmente; a segunda junto a eleitores do mesmo perfil na cidade de São Paulo em maio de 2020, já virtualmente; e a terceira com eleitores das classes A e B nas capitais de São Paulo e Rio de Janeiro em outubro de 2020, também virtualmente. Nos últimos dois casos, utilizamos a classificação de votantes fiéis, críticos e arrependidos para entender

melhor as diferenças de narrativas entre esses três perfis. Cada grupo foi escolhido de forma homogênea entre homens e mulheres e buscou-se também reunir perfis etários e religiosos semelhantes em cada grupo. A primeira pesquisa (2019) nos fornecerá um panorama geral dos elementos mais fundantes do bolsonarismo e, graças à segunda e terceira, poderemos nos aprofundar em questões relativas à pandemia do novo coronavírus e nos aspectos mais conjunturais e críticos da gestão de Bolsonaro no segundo ano de mandato.

Grupo 1: Porto Alegre, 21 entrevistados, março de 2019. Presencial. Financiamento, Fundação Tide Setúbal.

Grupo 2: São Paulo, 9 entrevistados, maio de 2020. Google Meet. Fiéis, apoiadores críticos e arrependidos. Financiamento, Fundação Friedrich Ebert

Grupo 3: São Paulo e Rio de Janeiro, 30 entrevistados, outubro de 2020. Google Meet. Fiéis, apoiadores críticos e arrependidos. Financiamento, Fundação Friedrich Ebert

Bolsonaro como resposta à crise política: antissistema, antipartidarismo e antipetismo

Como outros políticos de extrema direita, Bolsonaro se constrói eleitoralmente como candidato à Presidência da República a partir da lógica do bode expiatório, ao transformar o medo, a insegurança, a raiva e a frustração dos mais pobres, e também das classes médias tradicionais cada vez mais empobrecidas, em ódio político. O *ethos* político da extrema direita precisa da dialética da construção-destruição da figura de um inimigo potencializado ao extremo, posteriormente mantido aceso, vivo e perigoso na subjetividade coletiva da população. Segundo essa lógica, a culpa do mal-estar que sofremos no Brasil é do PT, do marxismo cultural, dos professores que doutrinaam alunos,

das feministas ou dos líderes LGBT, que desejam acabar com a ordem social tradicional, cristalizada na mistificação de um passado mais seguro, quando as hierarquias sociais eram bem determinadas e respeitadas por todos. É a “política da inimizade” (Mbeme, 2018).

Uma das questões que com mais insistência aparece nas entrevistas (mesmo as mais recentes) como legitimadora do voto em Bolsonaro em 2018 é que ele representaria “alguém diferente”, um outsider e, mais ainda, um líder antissistema capaz de enfrentar uma lógica política totalmente corrompida. A palavra “esperança” ou “mudança” atrelada à figura de Bolsonaro aparece na grande maioria das entrevistas que Camila Rocha e eu fizemos até agora. É importante observar que não há percepção de incompatibilidade entre o fato de o ex-capitão ser de fato um político da velha guarda e a construção imagética dele como um outsider da política. O ponto nevrálgico detectado aqui é que Bolsonaro é “diferente dos outros”. Os partidos tradicionais são percebidos como indistintos, fisiológicos e preocupados com os próprios privilégios, enquanto Bolsonaro não teria se deixado comprar nem vender pela lógica intrínseca da corrupção na política e teria permanecido fiel a seus princípios. Durante seus sete mandatos consecutivos como deputado federal, ele teria se mantido intransigente com as práticas corruptas e, exatamente por essa intolerância à corrupção, Bolsonaro teria tido uma passagem pouco relevante pela Câmara dos Deputados de 1991 a 2018, quando se elegeu presidente da República. A mediocridade de sua ação parlamentar é reinterpretada, portanto, como a inteireza de alguém suficientemente íntegro que não quis se curvar às práticas desonestas de seus pares. A corrupção, portanto, se situa no centro dos argumentos desse menosprezo pelo sistema político. Não somente os políticos profissionais são “sujos e corruptos”, como o próprio fazer político desperta sentimentos negativos, entre eles os de vergonha e rejeição.

“São todos iguais. PT, PSDB. Poder é poder. Não querem saber da gente. É tudo corrupto, tudo... Eu não voto por esquerda nem direita, voto na pessoa. Ah, eu acho que Bolsonaro é diferente e pode mudar tudo isso. A gente acredita nele. A gente tem fé nele, que ele vai melhorar.”
(Homem, 35, Porto Alegre, classe CD, 03-2019)

“Antes eu achava que o PSDB era oposição, mas na verdade nunca foi oposição, pra mim hoje é claro que é era um esquema maior que foi feito no passado, e hoje entrou o Bolsonaro e atrapalhou esse esquema.”
(Homem, 47, bolsonarista fiel, classe AB, 10-2020)

Nas pesquisas que realizei com Pablo Ortellado e Lucia Nader durante as manifestações pró-impeachment³ ao longo de 2015, a “pré-bolsonarização social” já era, em retrospecto, evidente. Na manifestação contra o PT de 16 de agosto de 2015, realizada na Avenida Paulista, 96% dos manifestantes entrevistados por nossa equipe declararam que não estavam satisfeitos com o sistema político, 73% afirmavam não confiar nos partidos e 70% disseram não confiar nos políticos. O antipartidarismo e a rejeição da figura do político tradicional já apareciam com muita força. Quando perguntamos quem entre os líderes inspirava mais confiança, o nome de Jair Bolsonaro já aparecia em primeiro lugar: 19,4% dos entrevistados confiavam muito nele. Ao avaliar os partidos, apenas 11% dos presentes na manifestação disseram confiar no PSDB e 1% no então PMDB. Igualmente, formulamos algumas alternativas de resposta à pergunta “quem poderia resolver a crise brasileira?”. Das opções sugeridas, 56% disseram concordar total ou parcialmente que a crise seria resolvida “entregando o poder a alguém de fora do jogo político”, 64% para “um juiz honesto”, e 88% para um “político honesto”.

3. https://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/18/opinion/1439933844_328207.html, https://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/18/politica/1439928655_412897.html

Em conversas virtuais realizadas em maio de 2020 com grupos de São Paulo, a saída do ex-juiz Sérgio Moro do Ministério da Justiça e da Segurança Pública pouco antes (no mês de abril) dividiu as percepções dos entrevistados. Na ocasião, a maioria o classificou como um juiz que, na época da Operação Lava Jato, parecia querer, genuinamente, enfrentar a corrupção, um juiz que iria “passar Brasil a limpo”, e portanto tinha uma “missão” essencial para o futuro do país. Porém, principalmente os bolsonaristas fiéis, acreditam que, ao abandonar o governo, Moro teria sido oportunista e carreirista, e que estaria buscando apenas o seu próprio benefício, traindo a confiança do presidente. Alguns chegam até a afirmar que Moro seria um “infiltrado no governo” e que a sua saída do Ministério teria sido positiva. A ideia de que o ex-magistrado teria se desviado de sua missão original, ao abandonar a magistratura e se deixado levar pela ambição ao entrar no governo, também atravessa a fala dos entrevistados menos críticos. Do lado oposto, alguns entrevistados criticaram Bolsonaro por tentar interferir na Polícia Federal para impedir possíveis investigações de corrupção envolvendo seus filhos, o que teria desembocado na saída de Sérgio Moro da pasta da Justiça. Para eles, aquela interferência foi intolerável por ser incompatível com a imagem de um presidente que durante a campanha prometeu combater frontalmente a corrupção.

“Não sou fã do Moro, mas eu acho que ele é uma pessoa de bem. Um usou o outro, tanto o Moro usou do Bolsonaro quanto o Bolsonaro usou do Moro.” (Homem, 45, apoiador crítico, São Paulo, classe CD, 05-2020)

“Moro era como se ele tivesse infiltrado mandando para a mídia. Eu fiquei muito surpresa com o Moro, pensava que era honesto, a gente achava que ele era honesto. Me senti enganada com ele. Foi uma punhalada nas costas. Moro foi oportunista. Eu fiquei na dúvida num primeiro momento com Bolsonaro, mas aí depois a gente foi ver que era correto

porque o Moro estava mandando tudo para a Rede Globo. O Moro não queria investigar o cara que esfaqueou o Bolsonaro, sendo que a Marielle ele investigou. Foi falta de caráter de Moro, fez isso para se eleger”. (Mulher, 27, bolsonarista fiel, São Paulo, classe CD, 05-2020)

“Então um dos meus maiores arrependimentos é o autoritarismo dele em relação a como ele está se intrometendo nas investigações, eu não esperava isso. Eu achava que isso não seria o nosso problema. Que ele era polêmico a gente já sabia, mas que ele ia se intrometer na polícia da forma como ele se intrometeu e a saída do Moro do jeito que foi, acabou.” (Mulher, 53, arrependida, classe AB, 10-2020)

“A saída dele não foi honrosa. Não foi digno da parte dele.” (Homem, 50, bolsonarista fiel, classe AB, 10-2020)

Para os apoiadores fiéis de Bolsonaro, sua dificuldade em governar é atribuída, sobretudo, a “boicotes da mídia e do Congresso” a seu governo. Na visão deles, o Brasil estaria trilhando “um bom caminho” a partir da posse em 2019, em comparação com os governos anteriores; Bolsonaro genuinamente deseja fazer uma boa gestão e é frequente a afirmação de que “não deixam o homem trabalhar”. O presidente seria perseguido e impedido continuamente de governar, o que faria com que consumisse todo o tempo se defendendo. Tal situação teria se agravado ainda mais com a chegada do novo coronavírus, pois, de acordo com a percepção dos entrevistados, quando o país estaria começando a entrar nos trilhos a pandemia teria paralisado todas as mudanças que vinham ocorrendo, impedindo que seus resultados positivos se tornassem evidentes. Para os apoiadores críticos, que se sentem decepcionados, Bolsonaro não estaria fazendo o governo esperado, mas a desculpa recorrente é a de que ele é honesto, autêntico, genuíno e, de fato, estaria enfrentando inúmeras dificuldades durante o atual mandato.

“Deixa o homem trabalhar: Do que a gente tá vindo há ‘trocentos’ anos, pra mim está bom. Não tem muito o que fazer, o que mudar em pouco tempo, não é ‘50 anos em 5’.” (Homem, 32, bolsonarista fiel, São Paulo, classe CD, 05-2020)

“Avalio (o governo Bolsonaro) de uma forma positiva. As ideologias que ele defende de família, religião, valores, ética, civilidade, e o fato de não ter corrupção pra mim já valeu o voto. Minha avaliação pra ele é ótima. Eu entendo que muitas coisas que ele pode mudar de discurso não é porque ele quer, mas porque ele tem que fazer isso, senão não tem governabilidade. Estou muito satisfeito com ele, não esperava menos que isso dele.” (Homem, 58, bolsonarista fiel, classe AB, 10-2020)

A autenticidade talvez seja o valor principal que mobiliza subjetivamente a figura de Bolsonaro. Para os bolsonaristas fiéis, a forma do presidente se dirigir ao público, agressiva e polêmica, é avaliada positivamente porque demonstra que Bolsonaro é autêntico e não se deixa manipular pelo marketing e pela falsidade associados à política tradicional. Sua violência retórica é reinterpretada como autenticidade, sendo este um dos valores mais desejáveis em um contexto político percebido como corrupto e mentiroso.

“Então, pô, deixa o cara governar, deixa o cara falar palavrão! Ele é um fanfarrão, é sim, mas esse monte de gente que veio antes, que falou bonitinho, que falou certinho e não fez porra nenhuma, só roubou!” (Homem, 32, bolsonarista fiel, São Paulo, classe CD, 05-2020)

“Eu achei ele verdadeiro, por mais que ele ‘podia’ falar algumas coisas fortes, algumas coisas erradas, eu achei que ele não se fazia de uma pessoa que ele não era, que era o que eu via em outros candidatos.” (Mulher, 30, apoiadora crítica, São Paulo, classe CD, 05-2020)

“Em todas as crises o Bolsonaro mostrou que tem pulso, que é um cara íntegro.” (Homem, 40, bolsonarista fiel, classe AB, 10-2020)

Porém, essa brutalidade que é símbolo de autenticidade também encontra limites na base bolsonarista. Os entrevistados decepcionados com o presidente citam a atitude de Bolsonaro, qualificada de “rude” e “bruta”, como uma fonte de instabilidade para o governo. Já para outros apoiadores mais críticos, assim como para aqueles que se arrependeram de ter votado no ex-militar, a postura de Bolsonaro seria extremamente negativa e incompatível com o decoro e a liturgia que o cargo de presidente exige.

“Eu acho que ele tem um pouquinho de culpa de tudo, esse caos, sim, tem muita coisa que poderia ser evitada, ele gosta de causar polêmica, bater de frente, mas ele tem que pensar, porque não é mais ele, é uma nação.” (Mulher, 59, apoiadora crítica, São Paulo, classe CD, 05-2020)

“Ele não tem classe. Porque a gente que é ser humano, a gente sempre procura ter empatia pelo outro ser humano, ele não, ele xinga mesmo, não está nem aí. Então ele tinha que ter um pouco de cultura, ele tinha que aprender a ser presidente.” (Mulher, 47, arrependida, classe AB, 10-2020)

Como fontes também dessa instabilidade que resulta na troca incessante de ministros, alguns entrevistados citam o jeito autoritário de Bolsonaro e o acordo com o chamado Centrão firmado em meados de 2020. Aqueles mais fiéis não veem problema na demissão de ministros e argumentam que Bolsonaro é o presidente, pode trocar quem quiser e deve ter pessoas de sua confiança no governo. Para os mais desiludidos, as diversas trocas ministeriais refletem um Bolsonaro excessi-

vamente intransigente, que não aceita contradições e cuja reputação e capacidade de governar estariam ficando comprometidas.

“Eu penso assim, você é o chefe da sua casa, então você tem que saber tudo o que passa na sua casa. Você é o presidente da sua empresa e você tem que saber tudo o que se passa na sua empresa... Então quem é o chefe tem que estar sabendo de tudo. Você tem que se rodear de pessoas boas, mas você tem que ter informação.” (Homem, 56, bolsonarista fiel, São Paulo, classe CD, 05-2020)

“Ele é um intransigente. Os dois ministros da saúde saíram porque eles são médicos e não concordavam com as coisas que Bolsonaro fala. Aí, ele, que tem esse jeito militar, não sabe lidar com as críticas e infernizou a vida deles até eles saírem.” (Mulher, 52, arrependida, São Paulo, classe CD, 05-2020)

Sobre as negociações de verbas e de cargos com o Centrão, para muitos o maior símbolo da política corrupta de Brasília, as opiniões dos entrevistados também divergem. A maioria enxerga com desconfiança a aproximação de Bolsonaro com o jeito “toma lá dá cá” de fazer política e afirma que essa intimidade com o Centrão significa uma traição aos princípios de honestidade e de luta contra a corrupção que conduziram Bolsonaro ao Planalto e acabará sendo um “tiro no pé”. Já outros, mesmo desconfortáveis com a situação, consideram que é “a única forma de manter a governabilidade” e, portanto, “as concessões ao Centrão são necessárias”.

“Todos têm que negociar e se aproximar de quem pensa diferente porque não tem como governar sozinho.” (Mulher, 45, bolsonarista fiel, São Paulo, classe CD, 05-2020)

“Se ele realmente fizer isso é o início do fim dele, porque de fato ele está dando um tiro no pé.” (Homem, 35, bolsonarista fiel, São Paulo, classe CD, 05-2020)

“Pra mim tinha que tacar uma bomba nesse centrão. Ele tem que fazer coligação, chama política, a política é exatamente isso, tem que saber articular, tem que ceder dali para você poder ganhar aqui. Isso pra mim é errado.” (Homem, 40, apoiador crítico, classe AB, 10-2020)

Uma coisa com a qual todos concordam é que os filhos de Bolsonaro atrapalham o governo do pai, sendo descritos com frequência como “moleques” ou “despreparados”. O jeito bruto de Bolsonaro de governar pode até ser tolerado ou desculpado, mas seus filhos são vistos como figuras impróprias e suspeitas de envolvimento em atividades ilegais. Frases como “não boto a mão no fogo por eles” e “aí tem coisa” são recorrentes. Assim, o afastamento dos filhos dos assuntos do governo é desejado por todos. A maioria dos entrevistados não considera que a imagem de Bolsonaro como um político honesto possa ser contaminada pelas denúncias de corrupção envolvendo os filhos, mas vários apontam que deveria haver uma separação mais clara entre a figura do presidente e a do pai, prevalecendo o interesse público ao familiar.

“Porque ele não está ali pra defender filho, ele está ali pra defender uma nação e o comportamento dele não está sendo o de defender uma nação. Quando ele assume um cargo de presidente, ele não tem mais quatro filhos e uma esposa, ele tem uma nação, nós somos a família dele.” (Homem, 45, arrendido, São Paulo, classe CD, 05-2020)

“Mas tem algumas coisas que eu fico desconfortável e acho difícil de defender. Tem o filho dele aí com alguns problemas, acho que isso tá pre-

judicando e ainda vai prejudicar muito, porque as pessoas vão atrás e vai ser difícil escapar.” (Homem, 34, bolsonarista fiel, classe AB, 10-2020)

Antipetismo-antiesquerdismo

Ao lado da negação da política como atividade coletiva, o anti-esquerdismo foi um dos elementos mais explorados pela campanha de Bolsonaro. Um dos fatos mais interessantes a nível simbólico foi assistir ao ressurgimento do anticomunismo na propaganda eleitoral. A vinculação entre antipetismo, anti-esquerdismo e anticomunismo foi, e continua sendo, uma construção simbólica com enorme potencial de reverberação social. Na primeira inserção televisiva do segundo turno, a propaganda eleitoral de Bolsonaro exibiu supostas conexões petistas com o Foro de São Paulo — organização que reúne partidos políticos e organizações de esquerda da América Latina e do Caribe —, mostrando na TV um áudio do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva celebrando sua criação em São Paulo no ano de 1990. De acordo com a propaganda eleitoral bolsonarista, o Foro seria “um grupo político com ideologia comunista de esquerda liderado por Lula e Fidel Castro” criado na América Latina ao mesmo tempo em que a “Europa se libertava do marco do comunismo”. Paralelamente, o vídeo reiterava a relação petista com a Venezuela (na época já governada por Nicolás Maduro, sucessor de Hugo Chávez, morto em 2013) e os demais “países bolivarianos” e o perigo de “venezuelização” do Brasil se o PT vencesse as eleições pela quinta vez. É a velha retórica do perigo vermelho e do fantasma do comunismo que invade novamente o cenário mediático. Tão presente durante as manifestações pró-impeachment de 2015 e 2016, o antipetismo erigia-se como instrumento eleitoral preferencial para reforçar uma suposta simbiose entre a esquerda, a desordem social e a nação sob ameaça.

“Eu não votei no Bolsonaro pelo que ele é, eu votei no Bolsonaro apesar do que ele é. Então pra mim existe a diferença entre votar no Bolsonaro pelo que ele é, pelo que ele dizia, ou apesar de. Porque pra mim, o apesar de é porque eu não tinha opção. Pra mim o PT eu não queria, era PT nunca mais, e eu vi uma possibilidade do PT sair fora. E eu votei nele, e não gostei. Eu não estou gostando do extremismo, de ser dono da verdade, dono da razão, de não ouvir ninguém, da forma que ele lidou com a pandemia no início, do deboche. Dos filhos dele não estarem sendo investigados. A saída do Moro também pra mim foi muito dolorida porque eu gosto do Moro. Eu sou arrependida, porém, eu não sei se eu faria diferente naquele momento por causa do PT.” (Mulher, 53, arrependida, classe AB, 10-2020)

“Depois de tudo o que aconteceu, na Lava-Jato, eu não voto mais em nenhum partido socialista. O partido é socialista, tem pensamentos e ideologias socialistas? Não voto... Os caras ficam falando de socialismo e são todos cheios de dinheiro. Tem pick-up, fazenda, moram num puta de um apartamento, apartamento em Paris.” (Homem, 42, apoiador crítico, classe AB, 10-2020)

A professora Mara Telles e sua equipe de pesquisa estudaram esse fenômeno na manifestação pró-impeachment de 12 de março de 2015 em Belo Horizonte (Telles, 2017). Naquela ocasião, o público presente afirmou que se manifestava pela indignação com a corrupção (36%), mas também pela insatisfação com a política (18%) e para pedir a saída da presidente Dilma Rousseff e do PT da Presidência da República (16%). Contudo, mais do que a corrupção, o tema que mais conectou os protestantes entrevistados foi o antipetismo: 91% declararam que o PT fez um grande mal ao país e 82% deram nota 0 ao PT; 81% afirmaram que Lula seria um dos principais malfeitores do país e 82% disseram que Dilma também seria uma das malfeitoras. Segundo a professora Telles, o antipetismo se fundamenta no anti-igualitarismo e em um po-

tente “fator de classe”. A maior parte dos entrevistados na capital mineira discordou das políticas de inclusão social implementadas pelo PT, como o programa Bolsa Família (77,8%), sob o argumento de que as pessoas assistidas por programas sociais tendiam a “se tornar mais preguiçosas”. Já 37% dos manifestantes alegaram que a população negra, as mulheres, os homossexuais e as demais minorias têm direitos demais no Brasil e 70,1% dos entrevistados defenderam a eliminação das cotas raciais de acesso à universidade pública. A presença de médicos cubanos nos programas de atenção à saúde primária nas regiões mais pobres do país também foi reprovada por 70,7% dos presentes. Quase dois terços (75,6%) declararam que os pobres são desinformados na tomada de suas decisões políticas e que os nordestinos têm menos consciência do voto do que os habitantes de outras regiões do país (59,3%),

Mas o antagonismo não é erguido somente sobre o PT. A figura do inimigo é alargada e abarca toda a agenda progressista, sobretudo as denominadas “pautas identitárias”. O conservadorismo bolsonarista é construído sobre a romantização de um passado mais ordeiro, a defesa dos valores religiosos e da família tradicional, apelando continuamente às relações afetivas heteronormativas para reforçar a lógica binária do cidadão de bem, que se encaixa nos padrões conservadores e meritocráticos, em oposição ao cidadão imoral, que é aquele que se opõe àquela figura idealizada. A dinâmica das guerras culturais ressignifica a atual crise brasileira como uma crise de valores em que as estruturas sociais tradicionais estariam sob ataque por parte de feministas radicais, ativistas antifamília e LGBTs e uma população negra que se apropria das cotas raciais para aumentar seus privilégios, praticando assim um “racismo reverso”. O trabalhador pobre, que “não utiliza” sua identidade como mulher, LGBT ou negro para obter privilégios no mercado de trabalho, estaria sendo prejudicado por uma política que prioriza as pautas indentitárias de algumas minorias em prejuízo da maioria. Também as práticas de “vitimização e lacração”, que os entrevistados associam aos grupos defensores das pautas identitárias, são unanimemente criticadas.

“Eu não gosto de extremismo na política, eu não gosto de extremismo religioso, eu não gosto de extremismo feminista. Então quando elas fazem coisas extremistas, eu não me considero” (Mulher, 41, arrependida, classe AB, 10-2020)

“Eu sou antifeminista. As feministas são umas radicais e querem acabar com a família.” (Mulher, 32, Porto Alegre, classe CD, 03-2019)

“E a Lei Maria da Penha para o homem? E homofobia é boa para o lado deles, mas e para o nosso lado? Nós somos normais, não temos essas frescuras aí...Se nós falar viado para viado, ele se ofende e vai se defender e nós não pode. Se falar negro para o negro também. Se tocar na mulher ela tem Maria da Penha, e a gente? Não é direitos iguais? A corda sempre arrebenta para os mais fracos e os mais fracos somos nós. Deveriam ter uma lei para proteger a gente também.” (Homem, 52, Porto Alegre, classe CD, 03-2019)

“Eu sou contra as cotas raciais. E os brancos pobres? Também tem negros ricos. Tem racismo, mas cada vez tem mais igualdade de oportunidades. Tem gente que abusa por ser negro e quer tirar vantagem. Escravidão foi há muito tempo, não tem de estar lembrando isso. Há racismo dos dois lados.” (Mulher, 29, Porto Alegre, classe CD, 03-2019)

Bolsonaro como resposta à crise moral: cristianização e militarização da política

Como resposta à crise moral causada por uma corrupção política sistêmica, pelo desgaste de anos sucessivos de governos de esquerda e por uma desordem social generalizada, Bolsonaro propõe retomar duas matrizes de valores, a religiosa e a militar, que, adotadas nos espaços privado e público, recuperariam a ordem tradicional que não deveria ter sido interrompida.

Bolsonaro cita com frequência o versículo bíblico, João 8:32, “E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará.” Embora católico, foi batizado no Rio Jordão pelo Pastor Everaldo, presidente do Partido Social Cristão (PSC), em 12 de maio de 2016. A palavra Deus foi uma das mais repetidas tanto durante sua campanha como em seu discurso de posse, no dia 1º de janeiro de 2019 em Brasília. Pesquisa Datafolha de 25 de outubro de 2018 estimou o número de votos válidos para Bolsonaro por segmento religioso: 29,9% católicos e 21,7% evangélicos frente a 28,7% católicos e 9,7% evangélicos dos votos válidos que foram para o candidato petista, Fernando Haddad. O universo evangélico, fundamentalmente pentecostal e neopentecostal, se posicionou com Bolsonaro por uma ampla margem depois de que o Bispo Edir Macedo (Igreja Universal do Reino de Deus), aliado do PT até o impeachment (2016), e o Bispo Silas Malafaia, (Igreja Assembleia de Deus) o apoiaram publicamente.

O neoconservadorismo evangélico emerge no Brasil com força politicamente principalmente a partir de 2002, com a visão de que a família tradicional está ameaçada e ainda recuperando a debate anticomunista. A Frente Parlamentar Evangélica (FPE) foi criada em 2003. Desde então, sua influência e importância não param de crescer, o que coincide com os quase 14 anos em que o PT esteve no poder (2003-2016). Valle explica em sua tese de doutorado (2018) que, embora existissem divergências entre o PT e vários grupos pentecostais e neopentecostais, a novidade já presente nas eleições presidenciais de 2014 (reeleição de Dilma), que ganha força nas municipais de 2016 e se consolida nas presidenciais de 2018 (eleição de Bolsonaro), é a disposição dos pastores evangélicos para realizar um discurso de enfrentamento com o PT dentro das igrejas. Em seu estudo sobre a Assembleia de Deus Ministério de Belém em Campo Limpo, São Paulo, o pesquisador afirma que, a partir de 2014, a verbalização do antipetismo começa a ser cada vez mais veemente, sobretudo a partir

da intensificação da polêmica sobre as causas defendidas pelos grupos LGBT, que encontraram eco nos governos petistas, e as investigações de corrupção envolvendo o PT.

A partir de 2014 não só se percebe essa mudança de postura em relação ao PT junto a algumas das lideranças evangélicas mais influentes como também entre os fiéis, inclusive os que tinham votado no PT em eleições passadas, entre os quais se observa uma progressiva decepção com o governo Dilma Rousseff (2011-2016), fundamentalmente devido à piora da crise econômica (a partir de 2015), à centralidade do discurso anticorrupção (reforçado pela Operação Lava Jato) e à retórica de valorização da família e dos valores cristãos (em reação à agenda da diversidade). No dia 6 de abril de 2016 a Frente Parlamentar Evangélica, também conhecida como Bancada Evangélica, declara apoio ao impeachment de Dilma e, dos 81 deputados federais que a integravam naquele momento, 75 votaram a favor do afastamento da presidente petista.

Para a maioria de nossos entrevistados, fundamentalmente das C e D de renda, o papel da religião como reguladora da vida social é imprescindível. Segundo eles, uma das principais causas pelas quais vivemos uma “crise de valores” é o abandono de princípios éticos religiosos fundamentais. A volta da religiosidade como vetor moral da sociedade seria essencial. É interessante perceber que, em várias entrevistas, surgem críticas aos membros da Bancada da Bíblia e a outros representantes religiosos na arena política por estarem “se aproveitando de fé cristã para fins políticos e pessoais” que em nada teriam a ver com a preservação e a disseminação da palavra divina em uma sociedade moralmente corrompida.

“Voto no Bolsonaro porque ele defende a família, ele é do lado religioso. O PT queria fazer o kit gay, ia liberar os presos, e também isso das crianças escolher na certidão se querem ser meninos ou meninas. Ia

acabar com a família. Uma bagunça. Teve até aquela coisa de Bíblia gay. Ainda bem que ganhou Bolsonaro porque eles estavam vindo com tudo, as crianças sendo gays... Essas pessoas só pensam em sexo, prostituição, orgias...Bolsonaro tomou uma atitude, teve coragem...Estamos numa batalha Deus contra os demônios.” (Mulher, 22, evangélica, Porto Alegre, classe CD, 03-2019)

“O que a gente tem hoje é uma crise de valores total. Está tudo ao contrário. Está tudo errado. A televisão ensinando a ser gay. As crianças não têm os valores que a gente tinha... Deveria ter ensino religioso nas escolas, sim, para aprender princípios, para saber o que está certo e o que está errado.” (Mulher, 23, evangélica, Porto Alegre, classe CD, 03-2019)

Em paralelo a essa valorização da religião, a matriz militarista também é apreciada pelos bolsonaristas e se reflete na composição do Congresso Nacional. Segundo levantamento do site Congresso em Foco, em 2019 (quando tomaram posse os candidatos eleitos na esteira da vitória de Bolsonaro) a chamada Bancada da Bala, formada em parte por ex-militares e PMs, passou de 36 parlamentares para 102, com 93 deputados e 18 senadores (em 2014, não havia nenhum representante no Senado), sendo grande parte de integrantes do PSL (partido pelo qual Bolsonaro disputou a eleição em 2018 e que fez a maior bancada na Câmara dos Deputados naquele ano). Para as Assembleias Legislativas, 73 policiais e militares foram eleitos em 2018. Em 2014, eram 18. Para nossos entrevistados, nesse contexto de caos social, é evidente a ausência dos valores que permeiam o ethos militar, como disciplina, autoridade, respeito e hierarquia, percebidos como imprescindíveis para uma sociedade ordeira. A palavra ordem é um dos conceitos mais reiterados durante nossas conversas, e a esquerda é identificada com o caos, a desordem e a bagunça.

“As crianças agora não querem saber de nada. A gente anteriormente era criado com disciplina em casa e na escola. Era ‘sim senhor’, era respeito, era autoridade. Criança sabia que adulto era adulto... Eu sou a favor de escola militar, sim, cantar o hino, a bandeira, porque tem de ensinar as crianças a ter responsabilidade, disciplina, se não, dá no que dá, nessa bagunça que temos hoje. Criança diz ao pai que vai chamar o Conselho Tutelar!” (Homem, 34, Porto Alegre, classe CD, 03-2019)

“Não vou discutir se (na ditadura) mataram gente, fizeram aquilo, fizeram isso, não se discute. Mas o que os caras fizeram com a chamada democracia do país? Com a chamada abertura? Todos que foram contra a ditadura, a maioria deles aí foi preso por corrupção. Houve excessos da parte dos militares? Em todo o regime você tem gente boa e ruim, mas é o seguinte, a culpa cai no militarismo, e o cara lá da esquerda, que foi fazer guerrilha no Araguaia, matar soldado no quartel general no Ibirapuera, esses caras? Esses caras não são criminosos políticos? Eles são inocentes? Eles podem dar um tiro e matar, como a dona Dilma podia assaltar banco, fazer isso, aquilo, aí pode? Ao contrário não pode?” (Homem, 40, bolsonarista fiel, classe AB, 10-2020)

COVID-19

A postura do presidente Jair Bolsonaro frente à pandemia de COVID-19 tem sido bastante criticada nos minigrupos focais pelos três perfis de entrevistados (fiéis, críticos e arrependidos), mas sobretudo pelos últimos, que se chocam com a “insensibilidade”, o “deboche” e a “falta de empatia” do presidente com os infectados e os mortos pela doença e suas famílias. Bolsonaro teria ultrapassado o limite do aceitável ao expressar continuamente o que é sentido pelas pessoas como ausência de compaixão e de humanidade. Para muitos que votaram nele por ser considerado um “homem de família, de fé e de caráter que

iria cuidar dos brasileiros”, sua postura desde o início da pandemia, em março de 2020, é avaliada, de maneira geral, como desumana e inadmissível.

“Ele debocha dos mortos, ri dos mortos! Nunca pensei que veria isso!” (Mulher, 26, arrependida, São Paulo, classe CD, 05-2020)

“Eu não estou gostando do extremismo, de ser dono da verdade, dono da razão, de não ouvir ninguém, da forma que ele lidou com a pandemia, do deboche.” (Mulher, 39, arrependida, classe AB, 10-2020)

A maioria dos entrevistados afirma estar com medo do vírus e diz adotar medidas de proteção como a utilização de máscaras em locais públicos e lavar as mãos com sabão ou álcool em gel. O argumento de que a doença não passaria de uma “gripezinha”, como disse Bolsonaro, é rejeitado por praticamente todos os entrevistados, inclusive os apoiadores mais fiéis. Parte significativa, especialmente as mulheres, condena a participação do presidente nas manifestações realizadas por seus apoiadores em meio à pandemia sob o argumento de que “Bolsonaro teria sido muito irresponsável e teria dado um exemplo péssimo à população”.

“Uma doença que tá afetando o mundo inteiro o cara fala pra mim que é uma gripezinha? Se fosse gripezinha já tinha todo mundo sarado, não tinha?” (Homem, 46, arrependido, São Paulo, classe CD, 05-2020)

Bolsonaro foi incoerente, deveria ter ficado na casa dele, dando exemplo, como que o presidente está fora quando todo o mundo deveria ficar em casa? Bolsonaro age como se estivesse tudo normal e não está, não

sei se está sabendo de alguma coisa ou tem um probleminha na cabeça, ele vai, beija, abraça, e não deveria fazer isso, por mais que defenda ele, eu sou 100% Bolsonaro, mas aí falta coerência, ele deveria agir como presidente, não como moleque.” (Mulher, 45, bolsonarista fiel, São Paulo, classe CD, 05-2020)

“Eu acho que o cara tá fazendo um bom governo, ele é muito massacrado pela mídia. Mas ele é muito burro. Tem hora que dá vontade de dar na cara dele. E ele falar essas besteiras: ‘é só uma gripezinha’...Mas voto nele de novo, peço voto pra ele de novo.” (Homem, 32, apoiador crítico, classe AB, 10-2020)

“Ele pode ter influenciado negativamente na vacina, tem coisas que você não deve falar numa pandemia ‘o brasileiro é frouxo, é maricas’, são coisas que poderiam ser evitadas, é algo que não me satisfaz.” (Homem, 48, apoiador crítico, classe AB, 10-2020)

Os entrevistados, no entanto, não se posicionam de forma tão contundente sobre as medidas de isolamento social defendidas por médicos e cientistas como forma de controlar o espalhamento do coronavírus. Vários entrevistados afirmam que um *lockdown* deveria ter sido adotado logo no início da pandemia, mas adotá-lo agora faria pouco sentido, pois conduziria o país apenas a uma situação ainda mais caótica e insustentável do ponto de vista econômico. O isolamento vertical, defendido em um determinado momento pelo presidente, mas rejeitado pelos especialistas e nunca colocado em prática, aparece para vários entrevistados como uma maneira mais adequada de controlar a pandemia, pois reduziria o impacto econômico de um isolamento mais radical ou lockdown. A maioria dos entrevistados se mostra sensível diante de um dilema que muitos veem como insolúvel: salvar a vida ou salvar a economia? A dicotomia impossível entre economia e saúde

marca quase todas as falas. Nesse sentido, o isolamento é entendido por muitos como um privilégio de uma classe média alta que pode ficar em casa, em segurança, enquanto os pobres não podem se permitir esse comportamento.

“Eu sou a favor do isolamento vertical, essa questão de querer isolar todo mundo é muito complicada porque você tem uma questão econômica por trás, como fica? Isola o grupo de risco e o resto vai trabalhar, põe máscara, higieniza as mãos, evita aglomeração, a gente já sabe o que fazer pra mitigar o risco, mesmo estando em casa você pode contrair. A economia tem que funcionar.” (Homem, 35, bolsonarista fiel, classe CD, São Paulo, 05-2020)

“Eu queria ficar em casa, mas não posso, as contas não param de chegar.” (Mulher, 45, bolsonarista fiel, São Paulo, classe CD, 05-2020)

O programa de auxílio emergencial, aprovado pelo Congresso em março de 2020 e pago pelo governo nos meses seguintes, é defendida por todos os entrevistados, sendo vários deles beneficiários da ajuda. Quando questionados sobre a paternidade do projeto, poucos estavam informados de que a iniciativa partiu do Congresso e, depois, foi encampada pelo governo federal.

“O auxílio pra um pai de família miserável ajuda muito, é pouco, mas pra muitos vai ajudar bastante, acho que foi uma iniciativa legal do governo, embora o Brasil tenha condições de dar muito mais.” (Homem, 41, arrependido, São Paulo, classe CD, 05-2020)

“Eu super concordo. Porque sempre estou ouvindo alguém falar ‘você está mamando na teta do governo’. Mas eu acho que quem está

recebendo é porque não tem renda mesmo.” (Mulher, 53, arrependida, classe AB, 10-2020)

Assim como a equação vida-economia não está resolvida, também a narrativa sobre a culpa da errática gestão sanitária e da crise econômica decorrente da pandemia está sendo construída. Por enquanto, conseguimos captar que, embora Bolsonaro seja repreendido por uma administração da crise que causa muito desconforto, os governadores e os prefeitos também são alvo de duras críticas. Para muitos entrevistados, eles fazem “politicagem” com a pandemia e buscam se aproveitar da crise em benefício próprio, sem se importar verdadeiramente com o bem-estar da população. Dado que a pesquisa aqui apresentada já no contexto da pandemia foi realizada em São Paulo, o governador paulista, João Doria, sofre duras críticas. Para a maioria dos entrevistados, Doria estaria fazendo um “isolamento meia boca” no Estado, e sua atuação política teria como principal objetivo se tornar um candidato competitivo em 2022. Ele é definido, frequentemente, como um político oportunista e marqueteiro, que “fala bonito, mas é apenas fingimento”, justamente o contrário da imagem associada a Bolsonaro, “bruto, mas autêntico”.

“Acho que ele está aproveitando, fazer um papel de bonzinho pra se candidatar a presidente.” (Homem, 41, arrependido, São Paulo, 05-2020)

Impeachment e eleições de 2022

Para os bolsonaristas fiéis, a renúncia ou o impeachment do presidente Bolsonaro são opções inexistentes, a não ser que ocorram fatos novos que o afetem negativamente de maneira não ocorrida até o momento. Já entre os decepcionados, observa-se uma diferença de

ênfase na defesa de uma eventual saída de Bolsonaro do poder, seja por decisão própria ou do Congresso. Alguns, a despeito de desejarem a renúncia ou o impeachment, ponderam que se não existirem provas de crime de responsabilidade não haveria razão para tal, porém, dizem que, se apresentadas tais evidências, poderiam mudar de opinião. Um argumento recorrente é que, na situação atual de crise sanitária, não seria benéfico para o país uma mudança no Palácio do Planalto, pois traria ainda mais volatilidade a uma situação política e econômica já instável. Também surgem dúvidas se a saída de Bolsonaro seria o melhor caminho, em função da desconfiança que o vice-presidente da República, general Hamilton Mourão, gera na maioria dos entrevistados. Vários também citam o caso do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, que, mesmo tendo sido apoiado por eles em 2016, só teria gerado frustração e provocado um “grande trauma nacional” que resultou em situação ainda pior do que a que existia anteriormente. Já os que concordam com o caminho do impeachment de maneira mais enfática argumentam que a falta de responsabilidade do presidente no gerenciamento da pandemia teria resultado no aumento drástico do número de óbitos.

“Renúncia seria covardia. Impeachment não tem motivo.”
(Homem, 56, bolsonarista fiel, São Paulo, classe CD, 05-2020)

“Eu sou a favor de retirar ele do poder porque a vida dos brasileiros é mais importante, mas antes precisaria ter uma melhor avaliação sobre Mourão para ver se ele seria mais apto que ele, porque no caso da Dilma foi pior.” (Mulher, 26, arrependida, São Paulo, classe CD, 05-2020)

“Eu não sei, assume o Mourão e aí? Não sei as consequências que poderia ter.” (Mulher, 47, apoiadora crítica, classe AB, 10-2020).

Para finalizar, avaliamos as alternativas eleitorais para 2022 junto ao público pesquisado. As opiniões são diversas. Os mais fiéis dizem que, apesar dos erros e das frustrações, votariam de novo em Bolsonaro por considerar que ele continua sendo “o único político honesto” e por se sentirem ainda muito vinculados à lógica antipetista. Em um possível cenário de segundo turno entre Bolsonaro e Lula, vários entrevistados afirmam não ter dúvida em votar novamente em Bolsonaro.

“Ele ainda é o único político que não acharam nada dele. Esse tempo todo investigando, é o político mais investigado de todos os tempos e não acharam ainda nada dele.” (Homem, 36, bolsonarista fiel, São Paulo, classe CD, 05-2020)

“Se fosse agora ninguém, não sei, tô meio perdido mesmo, eu coloquei todas as fichas no Jair e me decepcionei, não tenho outra pessoa que eu possa pensar em colocar no lugar dele. Se fosse o Bolsonaro e o PT, eu votaria no Bolsonaro, eu sou antipetista, PT não dá mais.” (Homem, 41, arrependido, São Paulo, classe CD, 05-2020)

“Então jamais eu votaria neles (PT) novamente. Pra mim a única coisa que o PT fez foi dar bolsa família pra ganhar voto. Não simpatizo, não gosto do partido, pra mim são todos mentirosos... A única coisa que me faria votar no PT, só se fosse na extinção dele, aí eu votaria” (Homem, 40, apoiador crítico, classe AB, 10-2020)

Sobre uma suposta terceira via de direita ou centro-direta, já salientamos anteriormente que nossos entrevistados desconfiam do governador de São Paulo, João Doria, possível candidato do PSDB. O apresentador de TV Luciano Huck aparece como um homem com valores positivos e que transmite uma imagem boa, mas não é considerada uma figura apta para a política. Finalmente, Sérgio Moro e Ciro

Gomes são retratados como possibilidades eleitorais, mas com pouco entusiasmo.

Apenas os bolsonaristas arrependidos ou mais críticos à atuação do presidente verbalizam a opção de votar no PT em 2022 como um “voto útil para tirar Bolsonaro do poder”. É curioso lembrar que diversos entrevistados que disseram ter votado no Bolsonaro para impedir um retorno do PT ao poder em 2018, agora admitem a possibilidade de votar no PT em 2022 para tirar Bolsonaro do Planalto.

“Eu sempre gostei do Luciano Huck, mas não votaria nele, acho que ele não é um cara pra isso. Por enquanto eu continuo com o Bolsonaro até o final, até que ele sofra um impeachment ou aconteça alguma coisa, do contrário tudo o que se tem são especulações, boatos, então eu continuo com ele até o final. Contra o PT, qualquer coisa... qualquer coisa não, eu sou mais pra direita, não votaria no PSOL, se fosse PT e PSOL eu iria anular meu voto, vender minha casa e sumir daqui.” (Homem, 35, bolsonarista fiel, São Paulo, classe CD, 05-2020)

“Votaria no Moro. E não é confiança, pra votar em alguém não votaria no Bolsonaro. Votaria no Ciro. Se eu soubesse que seria assim, teria votado nele. Até no PT.” (Homem, 46, arrependido, São Paulo, São Paulo, classe CD, 05-2020)

“Não votaria nele (Moro) Não acho que ele tem perfil de presidente. Saiu queimado do governo e agora foi trabalhar na Odebrecht, acho que ele se perdeu. Ele era um herói nacional.” (Homem, 42, apoiador crítico, classe AB, 10-2020)

Conclusões

Uma pesquisa qualitativa continuada no tempo nos permite garantir que o bolsonarismo se constrói sobre elementos bastante consolidados nas estruturas sociais brasileiras. É por isso que, quando apresentamos os resultados de nossas conversas, costumamos salientar que o fenômeno do bolsonarismo é maior do que o próprio Bolsonaro. Isso significa que, mesmo depois que o atual presidente deixar o Planalto, por derrota eleitoral ou por outro motivo, várias questões que permeiam as configurações sociopolíticas do Brasil devem ser trabalhadas pelos políticos, pelas instituições e pela própria sociedade para impedir que as fragilidades de nossa democracia se aprofundem e novos ataques ao sistema democrático venham a ocorrer. Nesse sentido é essencial entender de forma aprofundada quais são esses vetores estruturantes de um dos mais inquietantes fenômenos da história política brasileira recente.

Esse conjunto de pesquisas que Camila Rocha e eu estamos realizando pode servir como um instrumento para o campo democrático compreender e assimilar de forma mais ampla e profunda a dimensão do desafio que enfrentamos. Urge essa apropriação de dados e reflexões baseados em uma produção acadêmica levada a cabo com técnica e rigor, independentemente da posição política das pesquisadoras responsáveis pelo trabalho. Construção científica e política devem se unir para a implementação de bases democráticas mais sólidas. Argumentos centrais do bolsonarismo como a retórica antipolítica, ou a construção e a exacerbação da figura do inimigo sobre quem deveria ser considerado, simplesmente, um opositor político ou ideológico, devem ser analisados com todo cuidado e contra-argumentados de maneira eficiente. Por último, uma das mais inequívocas conclusões a que chegamos durante todos esses anos ouvindo os eleitores de Bolsonaro é que deram seu voto com base nos sentimentos de abandono, de orfandade e de profunda decepção e mágoa com quem deveria repre-

sentá-los politicamente. O brasileiro médio se sente invisível e maltratado por uma classe política a quem considera absolutamente afastada de suas necessidades, suas angústias e seus desejos. É necessário que todos nós — que acreditamos na democracia como o melhor caminho para um país mais justo, menos desigual, mais desenvolvido e em que todos sejamos livres e responsáveis — paremos para pensar em como estamos contribuindo para esse acúmulo de ressentimento e mal estar. Uma sociedade que se sente só nas suas dores e que enxerga a política como verdugo de seu futuro é sempre uma sociedade vulnerável a tentativas autoritárias e destrutivas.

Referências bibliográficas

Mbembe, Achille. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2014

Telles, Mara. “Corrupção, Legitimidade Democrática e Protestos: O Boom da Direita na Política Nacional?” *Interesse Nacional* ano 8 n.30, 2017

Valle, Vinicius. *Religião, Lulismo e voto: A atuação política de uma Assembleia de Deus e seus fiéis em São Paulo – 2014-2016*. Trabalho fim de tese, Universidade Federal de São Paulo, 2018

Anexo

Metodologia

A metodologia adotada na condução de nossas pesquisas é de tipo qualitativo. Ao contrário dos estudos de opinião pública conhecidos como *surveys* — pesquisas quantitativas baseadas em questionários fechados em que os entrevistados podem apenas responder às perguntas de forma positiva ou negativa e/ou concordar ou discordar com frases elaboradas previamente —, a abordagem qualitativa permite compreender de modo mais aprofundado valores, opiniões e sentimentos das pessoas entrevistadas, os quais costumam apresentar nuances, incoerências, contradições e complexidades que não são redutíveis a escalas ou tipologias simplificadas. A pesquisa qualitativa pode se utilizar de uma ou mais técnicas de pesquisa, como grupos focais, entrevistas em profundidade e etnografia. O que existe em comum em todas essas técnicas é o estabelecimento de laços de confiança e empatia entre os entrevistadores e os entrevistados e, por esse motivo, as pesquisas qualitativas normalmente são realizadas com um número menor de pessoas e levam mais tempo para serem produzidas em comparação

com as *surveys*. Além disso, a vantagem da pesquisa qualitativa, no que tange à análise dos dados coletados, é que ela facilita raciocínios de tipo indutivo. Em análises indutivas, as premissas que orientam a elaboração da pesquisa proporcionam apenas uma fundamentação parcial das conclusões, em contraposição a raciocínios dedutivos, utilizados para a confecção e a análise de pesquisas quantitativas, em que as premissas fornecem um fundamento definitivo das conclusões. Diferentemente de uma pesquisa quantitativa, a pesquisa qualitativa não precisa de uma quantidade grande de entrevistados para ter um resultado satisfatório porque o que importa não é a tendência ou o dado numérico e sim as narrativas ouvidas durante a pesquisa. Podemos considerar que o número de entrevistados numa pesquisa qualitativa que segue nossa metodologia é ‘ótimo’ quando chegamos a um ponto de saturação no qual os entrevistados começam a repetir falas e argumentos de forma recorrente, de tal maneira que a homogeneidade de discursos entre perfis sociodemográficos muito diversos nos permite concluir que estamos capturando os fios narrativos que representam o grupo social que queremos analisar.

A técnica de pesquisa adotada em nossas pesquisas é o minigrupo focal, uma técnica diferente do grupo focal tradicionalmente utilizado em pesquisas de mercado e eleitorais. O grupo focal é uma discussão realizada em um ambiente neutro e controlado, sobre um tema ou sobre tópicos específicos, conduzida por um entrevistador em um grupo de aproximadamente dez pessoas que não se conhecem previamente. Já o minigrupo etnográfico é uma discussão realizada em grupos de três pessoas chamados de tríades, cujos membros selecionados se conhecem previamente e têm uma composição homogênea em termos de faixa etária, renda, sexo ou outras características. A ideia do minigrupo focal é aumentar a empatia entre entrevistador e os entrevistados e reduzir as possíveis tensões entre os entrevistados. As entrevistas são baseadas em um roteiro semiestruturado de tópicos ou perguntas e

costumam ser realizadas na residência de um dos entrevistados. Considerando, no entanto, a recomendação de isolamento social vigente no Estado de São Paulo por conta da pandemia de Covid-19, a dinâmica das nossas pesquisas nos últimos dois anos ocorreu mediante a utilização do Google Meet, plataforma digital gratuita que possibilita reuniões com áudio e vídeo por meio do computador ou do celular. Todas as entrevistas foram registradas em áudio, sendo algumas também em vídeo, com duração de uma hora e quarenta minutos a três horas e meia.

Tornando a internet segura para a democracia

Francis Fukuyama

Francis Fukuyama é pesquisador sênior e diretor do Centro de Estudos sobre Democracia, Desenvolvimento e Estado de Direito. Este artigo reflete os achados do Grupo de Trabalho sobre a Escala das Plataformas Digitais da Universidade Stanford. O relatório está disponível em <https://cyber.fsi.stanford.edu/publication/report-working-group-platform-scale>.

Muitas pessoas passaram a enxergar a internet como uma das grandes ameaças à democracia contemporânea. A internet, e grandes plataformas como Google, Facebook e Twitter em particular, têm sido apontadas como responsáveis pela ascensão de Donald Trump e do populismo que ele representa, pela proliferação de teorias da conspiração e de *fake news*, e pela intensa polarização política que aflige os Estados Unidos e muitas outras democracias. Em todo o mundo, políticos com inclinações autoritárias, como Rodrigo Duterte nas Filipinas e Narendra Modi na Índia, têm feito um uso efetivo do Facebook e do Twitter para se comunicar com seus seguidores e atacar oponentes.

No entanto, há muita confusão sobre onde reside a verdadeira ameaça à democracia. Essa confusão começa com uma questão de causalidade: as plataformas simplesmente refletem conflitos políticos

e sociais existentes, ou são na verdade a causa de tais conflitos? A resposta a essa questão será a chave para encontrarmos os remédios apropriados.

Essa questão atingiu seu ápice após a invasão do Congresso dos Estados Unidos em 6 de janeiro de 2021, instigada pelo presidente Trump nos últimos dias de seu mandato. Na sequência do episódio, o Twitter suspendeu a conta de Trump, tirando o principal canal usado por ele para se comunicar com seus seguidores. Embora muitas pessoas tenham aplaudido essa decisão, e até mesmo condenado o Twitter por ter demorado a fazê-lo, outros demonstraram preocupações com o poder que o Twitter havia acumulado. O presidente Trump foi efetivamente calado nos dias seguintes à suspensão da conta. Os conservadores criticaram imediatamente a manobra — e decisões similares tomadas por Facebook, Google e Amazon pouco tempo depois —, chamando-a de “censura”. E, embora seja possível aprovar a decisão do Twitter como uma resposta de curto prazo ao perigo da incitação de violência, críticos conservadores dessa manobra levantam questões relevantes sobre os perigos relacionados ao poder dessas plataformas.

Juridicamente falando, a acusação de censura não procede. Na legislação americana, a vedação de censura garantida pela Primeira Emenda se aplica apenas a ações do governo. Essa emenda de fato protege o direito de entes privados como o Twitter e o Facebook de publicar o conteúdo que quiserem. Além dessas proteções, plataformas online foram blindadas contra certos tipos de responsabilidade civil pelo artigo 230 da Lei da Decência nas Comunicações de 1996. O problema com o qual nos deparamos atualmente, no entanto, é de escala: essas plataformas são tão grandes que passaram a representar uma “praça pública”, na qual cidadãos debatem problemas e ideias. Há muitas corporações privadas que fazem a curadoria da informação que publicam, entre elas os órgãos de imprensa, como o *New York Times*

ou o *Wall Street Journal*. Mas nenhuma empresa da mídia tradicional é tão dominante ou alcança tantas pessoas atualmente quanto o Twitter, o Facebook e o Google. A escala dessas plataformas de internet é tão grande que decisões tomadas por seus donos poderiam afetar os resultados de eleições democráticas como nenhum veículo tradicional de imprensa seria capaz.

Outro grande problema com as grandes plataformas de internet diz respeito à transparência. Embora o Twitter tenha anunciado publicamente a suspensão de Donald Trump, tanto o Twitter como o Facebook e o Google tomam literalmente milhares de decisões relacionadas à curadoria de conteúdo todos os dias. Grande parte das decisões de remoção de conteúdo é incontroversa, como aquelas relacionadas à incitação de ataques terroristas, pornografia infantil e conspirações abertamente criminosas. Mas algumas decisões de marcar ou remover posts são controversas ou simplesmente equivocadas, sobretudo a partir do momento em que passaram a depender cada vez mais de sistemas de inteligência artificial (IA) para moderar conteúdo durante a pandemia da Covid-19. Uma questão ainda mais central diz respeito não a que conteúdo as plataformas de redes sociais removem, mas ao conteúdo que decidem exibir. Entre o vasto número de postagens feitas no Twitter ou no Facebook, o conteúdo que de fato aparece em nossos *feeds* é selecionado por complexos algoritmos de IA desenvolvidos primeiramente não para proteger valores democráticos, mas para maximizar a receita dessas empresas. Não é surpresa, portanto, que essas plataformas estejam sendo acusadas de propagar teorias da conspiração, calúnias e outras formas tóxicas de conteúdo viral: é isso que dá lucro. Os usuários não sabem por que estão vendo o que aparece em seus *feeds*, ou o que *não* estão vendo por causa de decisões de um programa de IA invisível.

Males

É necessário, portanto, precisarmos a natureza da ameaça que as grandes plataformas representam à democracia liberal moderna. Ela não reside no mero fato de que essas plataformas transmitam “*fake news*”, teorias da conspiração ou outros tipos de conteúdo político danoso. A Primeira Emenda da Constituição dos Estados Unidos protege o direito de cidadãos de dizer o que quiserem, exceto de promover violência ou sedição. Outras democracias possuem proteções menos absolutas ao direito à liberdade de expressão, mas ainda assim concordam com o princípio subjacente de que deveria haver um mercado aberto de ideias no qual o governo deveria desempenhar um papel limitado.

O verdadeiro problema gira ao redor da capacidade que as plataformas têm de amplificar ou silenciar certas mensagens, e de fazê-lo em uma escala capaz de produzir consequências políticas importantes. Qualquer resposta de política pública *não* deveria ter como objetivo silenciar conteúdo considerado politicamente prejudicial. A versão de noção de que Donald Trump teria vencido de forma esmagadora as eleições presidenciais de 2020 e que os democratas teriam fraudado aquele resultado é falsa e, ao ser divulgada repetidamente pelo então presidente candidato à reeleição, profundamente prejudicial à democracia americana. Mas também é compartilhada por dezenas de milhões de americanos, e não é nem normativamente aceitável nem praticamente possível impedi-los de expressar suas opiniões a respeito. Para o bem ou para o mal, as pessoas que acreditam nisso precisam ser persuadidas, e não simplesmente caladas.

Em vez disso, o que as políticas públicas devem perseguir é o poder dominante das plataformas tanto de ampliar como de silenciar certas vozes na esfera política. Até o momento, temos confiado em pessoas como o CEO do Twitter, Jack Dorsey, ou o do Facebook, Mark Zuckerberg, para fazer “a coisa certa”, filtrando os conteúdos políti-

camente prejudiciais. Isso é algo que pode funcionar no curto prazo, quando a nação se depara com uma ameaça iminente de violência política. Mas não é uma solução de longo prazo ao problema subjacente, que é o poder excessivamente concentrado.

Nenhuma democracia deve depender das boas intenções de detentores de poder. Diversas correntes da teoria democrática moderna defendem a ideia de que as instituições políticas precisam limitar o poder arbitrário independentemente de quem o detém. Esse princípio está implícito no conceito desenvolvido por John Rawls de “véu da ignorância”, segundo o qual as regras justas em uma sociedade liberal devem ser desenvolvidas sem conhecimento prévio sobre a quais pessoas elas se aplicam. A constituição de 1780 do estado de Massachusetts, escrita por John Adams, Samuel Adams e James Bowdoin, dizia que “o Executivo não deve exercer poderes legislativos ou judiciários [...] para que tenhamos um governo das leis e não dos homens”. O famoso artigo n.º 51 de James Madison em *Os artigos federalistas* lança as bases para um sistema de poderes divididos, argumentando que “ao moldar um governo que deve ser exercido por homens sobre homens, a grande dificuldade reside nisto: é preciso primeiro capacitar o governo a controlar os governados; e em seguida obrigá-lo a controlar a si próprio”. A única solução prática para esse problema foi inserir “na sociedade um número tão grande de categorias distintas de cidadãos que tornaria muito improvável, se não impraticável, o conluio injusto de uma maioria”. Em outras palavras, o poder só poderia ser controlado se fosse dividido, por meio de um sistema de freios e contrapesos.

Os autores desses comentários visavam o poder do Estado, mas suas preocupações sem dúvida se aplicam também à concentração de poder privado, que não está sujeito aos mecanismos de controle comparáveis a eleições populares. O poder privado só pode ser controlado pelo governo (por meio de regulação) ou pela competição entre os detentores de poder. Nos Estados Unidos, devido a uma tradição de

desconfiança do poder do Estado, a competição de mercado é normalmente vista como um meio preferencial de controlar e limitar o poder privado. O medo das consequências sociais e políticas do poder de monopólio, entre outras preocupações, inspiraram a passagem de leis que compõem a espinha dorsal da legislação antitruste norte-americana — a Lei Sherman (1890), a Lei Clayton (1914) e a Lei da Comissão Federal de Comércio (1914).

Remédios

Como podemos reduzir o poder inerente às plataformas de internet? Acredito que uma possível solução para esse problema seja o uso tanto de tecnologia como de regulação para delegar a curadoria de conteúdo das plataformas dominantes a uma camada competitiva de “empresas intermediárias” (*middleware*). Defendo essa proposta não porque estou seguro de que vá funcionar, mas porque as abordagens alternativas que têm sido sugeridas possivelmente sejam menos efetivas.

A primeira e mais óbvia dessas abordagens é usar a lei antitruste para dividir o Facebook e o Google, assim como foi feito com a gigante AT&T nos anos 1970. Após um longo período de aplicação branda das leis antitruste, há um crescente consenso de que é preciso aplicá-las às grandes empresas de tecnologia, e ações foram movidas contra essas plataformas pela Comissão Europeia, órgão executivo da União Europeia, e, nos Estados Unidos, pelo Departamento de Justiça, pela Comissão Federal de Comércio e por uma coalizão de procuradores-gerais.

Dividir essas empresas de fato reduziria seu poder sobre a política. Mas sob as atuais leis europeias e norte-americanas, chegar a essa decisão nos tribunais poderia levar décadas, como foi nos casos movidos contra a IBM e a Microsoft. Mais importante, externalidades

de rede sugerem que um Facebook diminuído que emergiria dessa divisão poderia crescer muito mais rapidamente do que a AT&T quando foi dividida, e rapidamente alcançar o tamanho de seu predecessor. De todo modo, a legislação antitruste foi projetada primeiramente para remediar os conhecidos danos decorrentes da concentração de poder econômico, não os novos riscos políticos produzidos pelas redes sociais. O que poderá realisticamente resultar das atuais iniciativas antitruste são restrições à aquisição de startups pelas plataformas ou à prática de “venda casada” (políticas que compelem usuários de um produto oferecido por uma das gigantes de tecnologia a adquirir um serviço relacionado da mesma empresa). Mas consequências dessa natureza não enfrentam os problemas políticos causados pela escala das plataformas.

Um segundo remédio óbvio é a regulação estatal, algo que tanto a União Europeia como seus países-membros individualmente vêm tentando colocar em prática. A Lei de Fiscalização da Rede (*Netzdurchsetzungsgesetz*, ou “NetzDG”) da Alemanha, por exemplo, impõe multas pesadas a empresas que não removam conteúdo considerado ilegal no país em até um dia após ter sido denunciado. Há precedentes nos Estados Unidos para a regulação estatal do conteúdo distribuído pelas principais plataformas de mídia. Nos anos 1960, quando as redes de televisão detinham um controle oligopolista da discussão política similar à crescente dominância das atuais plataformas de redes sociais, a Comissão Federal de Comunicações (FCC) usou seu poder de conceder licenças para aplicar a Doutrina da Equidade, que exigia que grandes veículos de imprensa apresentassem pontos de vista divergentes sobre um tema. A constitucionalidade da Doutrina da Equidade foi mantida por uma decisão da Suprema Corte de 1969 no caso *Red Lion Broadcasting Co. vs. FCC*, mas foi implacavelmente atacada depois disso por republicanos que consideravam que a FCC tinha um viés contra conservadores. A Doutrina da Equidade foi anulada em

1987 por meio de uma decisão administrativa da FCC, e os democratas fracassaram em suas tentativas de restaurá-la. Embora algumas democracias europeias disponham de consenso social suficiente para perseguir a regulação de conteúdo, os Estados Unidos atualmente estão polarizados demais para conseguirem autorizar a FCC ou qualquer outro órgão de governo a determinar o que seja um conteúdo “justo e equilibrado” e aplicar o princípio às plataformas de internet. A regulação, portanto, parece ser um beco sem saída nos Estados Unidos no presente momento.

Uma terceira abordagem que tem sido aplicada para reduzir o poder das plataformas é a portabilidade dos dados dos usuários. A ideia é que os usuários individuais são os proprietários de seus dados e devem ser capazes de transferi-los a outras plataformas, assim como podem transferir seu número de celular de uma operadora a outra. Embora essa abordagem pareça uma maneira interessante de aumentar a competição entre as plataformas, ela enfrenta dificuldades envolvendo tanto direitos de propriedade como viabilidade técnica. Para as finalidades das plataformas, os dados mais importantes que possuem não são os dados pessoais voluntariamente fornecidos pelos usuários, mas as montanhas de metadados criadas a partir da interação entre os usuários nessas plataformas. Não está claro juridicamente falando a quem pertencem os metadados, e as plataformas lutarão para manter o controle sobre tais dados, que são a base de seus modelos de negócio. Além disso, esses dados são imensamente heterogêneos e específicos a cada plataforma. A portabilidade de dados não é, portanto, uma maneira de enfrentar a ameaça política representada pelo poder das plataformas.

Por fim, algumas pessoas sugeriram que o poder das plataformas pode ser controlado aplicando leis de privacidade para impedir que elas usem os dados coletados em uma esfera, como por exemplo a venda de livros, em outra, como a venda de alimentos ou de fraldas (algo que a Amazon faz), sem o consentimento explícito dos usuários.

Tais restrições já fazem parte do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (GDPR) europeu. A experiência com a lei, no entanto, indica que tais regras são difíceis de fiscalizar. De qualquer modo, os Estados Unidos não possuem um regime de proteção de privacidade comparável ao GDPR no nível nacional. Além disso, quando se trata do poder de gigantes da tecnologia, o estrago já está feito, por assim dizer: o Google e o Facebook já acumularam um volume imenso de dados sobre seus usuários, que não seriam afetados por restrições de privacidade limitando a coleta futura de dados.

Middleware

Dada a inadequação dessas várias abordagens, é importante olhar mais atentamente para o remédio alternativo que o Grupo de Trabalho sobre a Escala das Plataformas Digitais da Universidade Stanford chamou de “middleware”. Middleware é um tipo de software que roda sobre uma plataforma e afeta a maneira pela qual os usuários interagem com os dados que trafegam por lá. Um middleware intermediário construído de maneira apropriada poderia, por exemplo, filtrar o conteúdo de uma plataforma não apenas adicionando marcadores, mas também eliminando itens considerados falsos ou enganosos, ou poderia certificar a confiabilidade de determinadas fontes de informação. Em um extremo, um middleware poderia assumir por completo a interface com o usuário de um Facebook ou um Google, relegando a essas plataformas o estado de meros provedores de conectividade de conteúdo (“*dumb pipes*”), que simplesmente transmitem os dados brutos, de maneira similar às empresas de telefonia. No outro extremo, um middleware poderia operar de maneira sutil, marcando conteúdos sem afetar decisões de curadoria sendo tomadas pelas plataformas. Isso se pareceria com os passos já tomados pelo Twitter para marcar certos tipos de conteúdo considerados enganosos, incluindo notícias sobre a corrida eleitoral norte-americana em novembro de 2020, mas permi-

“Um middleware poderia reduzir o poder das plataformas tirando sua habilidade de curar conteúdo, transferindo essa função para uma ampla variedade de empresas que competem entre si.”

tiriam que usuários escolhessem a partir de um amplo menu de fornecedores. Existem atualmente serviços de terceiros, como o NewsGuard, que são instalados em navegadores de internet e oferecem avaliação de usuários sobre a credibilidade das fontes de notícia. Um middleware poderia executar uma função similar, acoplando-se diretamente às plataformas de redes sociais, transformando o relacionamento entre os usuários e as plataformas de maneiras mais profundas.

Um middleware poderia reduzir o poder das plataformas tirando sua habilidade de curar conteúdo, transferindo essa função para uma ampla variedade de empresas que competem entre si, resultando em filtros que seriam personalizáveis pelos próprios usuários. Quando você abra uma conta no Facebook ou no Google, poderia escolher entre provedores de middleware que o permitiriam controlar suas buscas e seus feeds, da mesma maneira que hoje escolhe navegadores. No lugar de um algoritmo nada transparente embutido na plataforma, você poderia decidir usar um filtro oferecido por uma coalizão de universidades sem fins lucrativos que garantiria a confiabilidade das fontes de dados, ou um provedor que limitasse a exibição de produtos àqueles produzidos nos Estados Unidos, ou que fossem ambientalmente responsáveis.

Uma das objeções mais prováveis ao conceito de middleware é que ele simplesmente reforçaria as “bolhas de filtro” que já existem nessas plataformas. Ideólogos do “*alt-right*” e teóricos da conspiração poderiam construir filtros por conta própria que omitissem visões contrárias, levando a um aumento ainda maior da fragmentação do espaço político. Mas, como observado anteriormente, o objetivo da

política não deveria ser o de suprimir conteúdo prejudicial. Este, exceto se incitar a violência, é constitucionalmente protegido. De qualquer modo, seria tecnologicamente bastante difícil de eliminar esse tipo de conteúdo. Após os ataques de 6 de janeiro ao Capitólio em Washington, D.C., os extremistas começaram a migrar para a nova plataforma Parler (que se vangloriava de sua moderação minimalista) e, depois, quando o Parler ficou temporariamente fora do ar após ser rejeitado pelo serviço de hospedagem da Amazon, para serviços de mensagens criptografadas como o Telegram ou o Signal.

Por mais que detestemos esse fato, o discurso de ódio e as teorias da conspiração são parte integrante da sociedade mais ampla, e um middleware não seria capaz de erradicá-los. Mas esse não é um objetivo apropriado de política pública em uma sociedade que valoriza a liberdade de expressão. O que um middleware poderia fazer, sim, é diluir dramaticamente o poder das plataformas de amplificar as visões extremistas e transformá-las na corrente dominante. Podemos pensar nisso usando a analogia de uma doença infecciosa: em vez de encorajar pessoas infectadas a confraternizarem com a sociedade em geral, deveríamos isolá-las em espaços compartilhados com outras pessoas já infectadas.

Um middleware não surgirá espontaneamente a partir das forças de mercado. Embora haja demanda por esse tipo de serviço, hoje ainda não há um modelo de negócio claro que o torne viável. Os proprietários das plataformas podem ficar felizes em se isentar da responsabilidade de tomar decisões politicamente controversas em relação à moderação de conteúdo. De fato, o próprio Jack Dorsey, do Twitter, sugeriu recentemente “dar às pessoas mais escolhas sobre qual algoritmo de relevância usar”, acrescentando: “Pode-se imaginar uma abordagem mais orientada ao mercado, com um *marketplace* de algoritmos”.¹ Por outro lado, as grandes empresas de tecnologia não gostarão da perda de controle criada pela intermediação de um middleware. Isso signifi-

ca que a criação de um setor de middleware vibrante e competitivo dependerá da regulamentação estatal, tanto para estabelecer regras para interfaces de programação de aplicações (API) por meio das quais as empresas se conectarão às plataformas, como para estabelecer regras de compartilhamento de receitas que garantam um modelo de negócio viável para fornecedores de middleware. São questões que precisam ser pensadas e trabalhadas em maior detalhe enquanto pensamos nas consequências da crise política que enfrentamos.

Perspectivas

Mais e mais pessoas estão chegando à conclusão de que a tecnologia moderna criou um tipo de monstro, um sistema de comunicações que contorna instituições que costumavam estruturar o discurso democrático e oferecer uma base comum de conhecimento factual aos cidadãos com base na qual pudessem deliberar. As empresas privadas responsáveis por esse novo sistema estão atualmente entre as maiores empresas do mundo. Possuem não apenas uma enorme riqueza, que podem usar para defender seus interesses, mas também uma dominância sobre os canais de comunicação relevantes para a política democrática. Também se beneficiam de economias de escala que são inerentes a sistemas em rede, e não há uma maneira fácil de impedi-las de crescer ainda mais. A pandemia da Covid-19 que atingiu o planeta em 2020 aumentou enormemente seu poder e sua importância.

Até o momento, as grandes plataformas ainda não consideram que seja de seu interesse manipular deliberadamente os resultados eleitorais ou políticos. Seus interesses comerciais, no entanto, as têm motivado a privilegiar alguns tipos de conteúdo viral na maioria das vezes falso, conspiratórios ou prejudiciais à prática democrática. Em termos de saúde da democracia, deveríamos estar preocupados com o poder que essas plataformas possuem. São necessárias políticas públicas

para reduzir esse poder que, caso contrário, pode cair nas mãos de pessoas que *queiram* manipular eleições de maneira deliberada.

O objetivo das políticas públicas não deveria ser o de controlar conteúdo. Democracias modernas renunciaram a tais controles quando se comprometeram com a proteção da liberdade de expressão. O que queremos, em vez disso, são políticas públicas que previnam atores políticos de usar seu poder para amplificar ou suprimir artificialmente certos tipos de conteúdo, e que mantenham um ambiente com igualdade de condições para que ideias possam competir entre si.

Embora grande parte da discussão aqui tenha focado nos Estados Unidos e na atual crise da democracia americana, o poder excessivo das plataformas traz repercussões globais. O Facebook e o Twitter são ainda mais politicamente importantes em países menores, onde se tornaram importantes canais para a comunicação pública e privada. Após a suspensão da conta de Donald Trump no Twitter, os críticos imediatamente perguntaram por que decisões similares não foram tomadas para restringir o comportamento antidemocrático de outros políticos ao redor do mundo, de populistas eleitos a governantes autocratas, que usaram retóricas incendiárias online. Na Índia, por exemplo, o Facebook foi alvo de críticas por não ter removido posts que fomentavam a violência contra os muçulmanos.

Está claro que essas gigantes empresas norte-americanas não possuem a capacidade de fazer julgamentos políticos nuançados sobre a aceitabilidade de cada conteúdo nos cerca de 150 países em que operam. É muito difícil enxergar o que lhes daria o incentivo para adquirir essa capacidade. Mais importante, elas não possuem a legitimidade para controlar conteúdo em seu país de origem, os Estados Unidos, muito menos em outros países mundo afora.

É por isso que a diminuição do poder das plataformas é fundamental para a sobrevivência da democracia ao redor do mundo. Embora

os europeus tenham se esforçado em limitar o poder das plataformas, até o momento os norte-americanos têm sido complacentes sobre o problema. Agora que há um amplo consenso de que as grandes plataformas representam um perigo à democracia norte-americana, é vital entender precisamente onde reside o perigo, e quais são os remédios, ao mesmo tempo, política e tecnologicamente realistas.

Notas

1. “Edited Transcript of TWTR.N Earnings Conference Call or Presentation 9-Feb-21 11:00pm GMT”. *Reuters*, 9 fev. 2021. Disponível em: <<https://www.yahoo.com/now/edited-transcript-twtr-n-earnings-230000867.html>>.

Dez anos de Primavera Árabe: reis ou povo?

Tarek Masoud

Tarek Masoud é professor de políticas públicas da Escola de Governo John F. Kennedy da Universidade Harvard.

Uma década após um suicídio público espetacular numa área remota da Tunísia ter desencadeado uma temporada de levantes populares que passamos a chamar de Primavera Árabe, o mundo árabe encontra-se dividido entre duas visões de progresso: uma busca substituir os regimes que dominam a região; a outra busca substituir o povo que nela habita.

A primeira visão é personificada no projeto de democracia que emocionou o mundo nos primeiros dias de 2011, quando milhões de cidadãos árabes tomaram as praças públicas para por fim à brutalidade, negligência e corrupção de seus líderes. Embora muitos analistas (entre eles, o autor destas linhas) tenham desde então considerado a Primavera Árabe um fracasso — tendo produzido apenas uma frágil democracia contra três Estados falidos e um golpe militar —, acontecimentos recentes no Sudão, Argélia, Líbano e Iraque demonstram que o projeto continua vivo.

No Sudão, como documentaram Mai Hassan e Ahmed Kodouda nas páginas do *Journal of Democracy*, protestos contra a inflação em

*Publicado originalmente como “The Arab Spring at 10: Kings or People?”, *Journal of Democracy* Volume 32, Number 1 January 2021 © 2021 National Endowment for Democracy and Johns Hopkins University Press

uma pequena cidade industrial no nordeste do país em dezembro de 2018 se espalharam rapidamente até a capital, transformando-se em uma insurreição maciça e levando um grupo de militares — em uma quase reencenação do levante egípcio de 2011 — a finalmente colocar um ponto final no reinado de trinta anos de Omar al-Bashir em abril de 2019.¹ Quando a junta, novamente reencenando o roteiro egípcio, anunciou um “Conselho Militar de Transição” para administrar as coisas até a realização de novas eleições, o povo sudanês mostrou-se mais astuto que seus vizinhos egípcios, redobrando os protestos até que os militares concordassem em compartilhar o poder imediatamente. Atualmente, o Sudão é administrado por um “Conselho Soberano” com participação igualitária entre militares e civis e as eleições estão previstas para 2022. E, embora as chances de uma transição bem-sucedida permaneçam baixas, os sudaneses são mais livres hoje do que em qualquer outro momento de sua história recente.

A Primavera Árabe ainda vive também na Argélia. Em fevereiro de 2019, pouco tempo depois de descobrir que o presidente octogenário Abdelaziz Bouteflika planejava acrescentar mais seis anos aos vinte em que já estava no poder, os argelinos deram início a um grande *hirak*, ou movimento, que inicialmente forçou Bouteflika a retirar sua candidatura e, algumas semanas depois, resultou em sua renúncia. Nos meses seguintes, um civil (embora alguém do establishment) assumiu a presidência após uma eleição relativamente justa, enquanto os poderes presidenciais foram limitados (ainda que de maneira insuficiente) por um conjunto de emendas constitucionais em maior ou menor grau sancionadas pelo povo. No entanto, como Frédéric Volpi nos lembrou aqui, o *ancien régime* ainda não é *ancien* o bastante, e as violações aos direitos humanos permanecem, bem como os protestos. É difícil esconder a sensação de que o futuro da Argélia ainda é incerto.²

Por fim, o projeto democrático sobrevive no Iraque e no Líbano. Em ambos os países, as mobilizações populares de outubro de 2019

contra a corrupção e a má administração por elites sectárias e arraigadas resultaram nas renúncias de primeiros-ministros (em dezembro de 2019 e janeiro de 2020, respectivamente). Embora esses movimentos tenham alcançado pouca coisa além de um rearranjo das cadeiras dos ministérios, eles também não devem desaparecer. Como dois observadores do Iraque escreveram recentemente: “é tolice esperar que a indignação popular não explodirá em uma nova onda de protestos” e, embora a situação esteja momentaneamente tranquila em Bagdá, os protestos seguem no sul do país.³ Similarmente, no Líbano, qualquer possibilidade de as pressões por mudanças diminuírem literalmente evaporou em 4 de agosto de 2020, quando a explosão de fertilizantes armazenados inadequadamente em um depósito do governo no porto de Beirute devastou grande parte da cidade, matando e mutilando centenas de pessoas, lembrando a todos quão criminosamente ineptos seus líderes haviam se tornado. Ainda que pressões populares sejam incapazes de produzir mudança institucional no curto prazo, ao menos observamos sinais de vida.

Contra esse movimento em andamento a favor de governos democráticos está uma visão alternativa do progresso árabe: o absolutismo esclarecido. Como escreveu em 2019 o dissidente saudita assassinado Jamal Khashoggi: “a ideia de um déspota esclarecido, um ditador justo, está sendo ressuscitada no mundo árabe”.⁴ Isso vai além do antigo apelo para a necessidade de ter as mãos firmes no volante. Nos anos que sucederam a Primavera Árabe, os autocratas da região passaram (ao menos em termos de reputação) de defensores impassíveis de um desagradável status quo para agentes de mudanças indispensáveis. Se ditadores da velha guarda somente ofereciam pão subsidiado, velhos apelos à estabilidade e misteriosos alertas sobre conspirações de origem estrangeira, seus sucessores prometem economias dinâmicas, burocracias eficientes e sociedades modernas. Gastam milhões em consultores do Ocidente e promovem eventos chamativos nos

quais anunciam planos de novas cidades, novos sistemas educacionais, novos projetos de infraestrutura e novos entendimentos do Islã. Prometem explorar outros planetas, libertar as mulheres, dominar as mais modernas tecnologias e fazer o deserto florescer. Mais importante, prometem reinventar os árabes — transformando-os de um povo gordo, indolente e facilmente enganado por vendedores ambulantes de remédios milagrosos a um povo esbelto que defenderá de maneira obstinada programas sancionados pelo governo em prol da grandeza da nação.

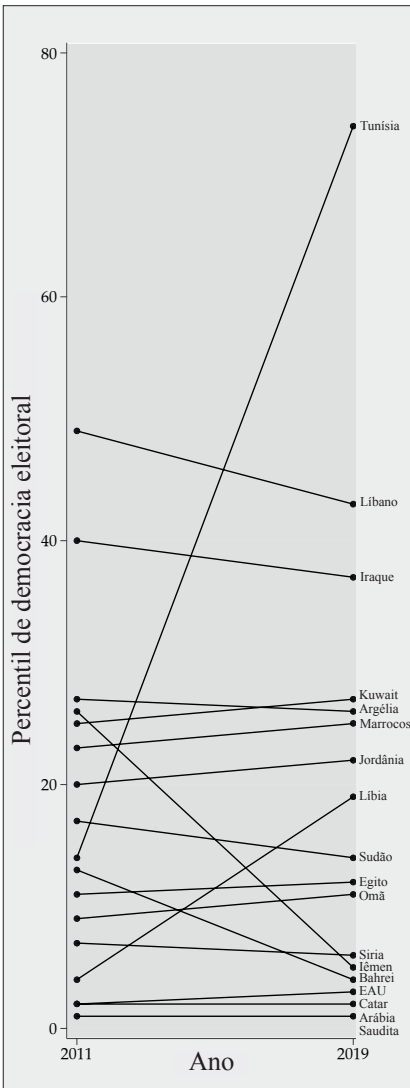
Nos anos que sucederam a Primavera Árabe, os autocratas da região passaram (ao menos em termos de reputação) de defensores impassíveis de um desagradável status quo a agentes de mudanças indispensáveis.

Os principais expoentes dessa nova visão de progresso árabe são homens como Abdel Fattah al Sisi, presidente do Egito, Mohammed bin Salman (MBS), príncipe herdeiro da Arábia Saudita, e o xeique Mohammed bin Zayed, príncipe herdeiro de Abu Dhabi e vice-comandante supremo das forças armadas dos Emirados Árabes

Unidos (EAU). Mas ecos desse evangelho são entoados por líderes, políticos e intelectuais de Marraquexe (Marrocos) a Manama (Barein).

Embora seja fácil para observadores ocidentais qualificar esses planos grandiosos como propaganda vazia, isso exigiria ignorar tanto a gravidade do projeto como a simpatia que grande parte dos cidadãos tem por eles. Significa também ignorar o tamanho da mudança que representam. Uma década atrás, eram os democratas que detinham o monopólio das grandes ideias. Para os árabes que há muito buscavam uma saída para o atraso, a pobreza e a dependência externa, era o projeto democrático que apresentava um caminho crível para a modernidade, prosperidade e influência global. Uma medida da assimetria intelectual daquela época é o fato de os velhos ditadores nunca terem

Figura 1: Mudança no nível de democracia eleitoral, 2011-2019



Fonte: Banco de dados do projeto Variedades de Democracia (V-Dem), versão 10.

Figura 1 mostra as mudanças no índice de “democracia eleitoral” (compilado pelo projeto Variedades de Democracia [V-Dem]) para dezessete países árabes entre 2011 e 2019. Esse índice mostra o quanto um país atinge padrões mí-

sido capazes de reunir tantas pessoas quanto seus opositores, tão desprovidos que estavam de qualquer apelo capaz de despertar a paixão ou a imaginação de seu povo. Mesmo no Egito, onde os homens armados puseram fim a um projeto democrático reconhecidamente falho, a cumplicidade popular com o ato foi menos em função do entusiasmo que do cansaço, e o fato não poderia ter sido consumado sem as baionetas dos gendarmes. Não havia uma visão alternativa em torno da qual se unir — apenas medo e violência. Se a Primavera Árabe tivesse sido uma batalha de ideias, não há dúvidas de que lado haveria vencido. Atualmente não se pode dizer o mesmo.

Olhar para os números reforça a impressão da ascensão do autoritarismo. A Figura 1 mostra as mudanças no índice de “democracia eleitoral” (compilado pelo projeto Va-

nimos de democracia, sobretudo do ponto de vista eleitoral — eleições regulares e as liberdades relacionadas necessárias para garantir que sejam livres e justas. Apenas dois países, Tunísia (que, em 2011, ficou no 14º percentil de países em termos de seu nível de democracia e hoje está no 74º) e Líbia (que passou do 4º percentil para o 19º) registraram melhoras significativas desde 2011, e os demais permanecem sem um governo central unificado. Outros países que registraram pequenas melhoras — Jordânia (que estava no 20º percentil em 2011 e agora subiu para o 22º), Omã (que passou do 9º para o 11º percentil) e Emirados Árabes Unidos (EAU, que passou do 2º para o 3º percentil) — não são democracias eleitorais.

Os dados não cobrem 2020 e, portanto, não refletem os últimos acontecimentos no Líbano e no Iraque, mas importantes acontecimentos no Sudão (agora no 14º percentil) e Argélia (26º percentil) estão refletidos nos índices de democracia de 2019 dos respectivos países, que na verdade pioraram desde 2011. E mesmo se o estado atual da democracia no Iraque (37º percentil), Líbano (43º percentil), Sudão e Argélia merecerem de fato uma reavaliação, permanece o fato de que os maiores e mais influentes países da região permanecem invariavelmente — e, agora, decididamente — não democráticos.

O fascínio autocrático

O que explica o atual momento vivido pelo novo projeto autoritário? Parte da resposta pode ser encontrada nas tragédias de Iêmen, Síria e Líbia, das quais muitos cidadãos árabes tiraram a lição de que desafiar o status quo só resulta em caos e perigo. Parte da resposta, também, provavelmente está no fato de que a reputação da democracia — na região e ao redor do mundo — ultimamente não tem sido muito boa. É difícil imaginar, por exemplo, uma publicidade menos atraente para governos representativos do que a polarização e o populismo que

tomaram as democracias consolidadas, de Brasília a Budapeste. Além disso, como Roberto Stefan Foa explicou em seu ensaio de julho de 2019 do *Journal of Democracy*, “demonstrar as vantagens instrumentais do liberalismo e, assim, assegurar uma ampla coalizão em torno da reforma democrática, tornou-se mais difícil com o baixo desempenho econômico de democracias maduras ou em transição”.⁵

Mas, mais importantes que os fracassos da democracia têm sido os sucessos dos ditadores. Como aponta Foa, o autoritarismo tem vivido um renascimento ao redor do mundo, em particular no Oriente Médio. Uma das maneiras mais visíveis pela qual os autocratas da região demonstraram seu valor tem sido estabilizando seus Estados notoriamente fracos e enfrentando a corrupção que há muito alimenta a frustração popular. Um passeio pelas notas dos países árabes no indicador de “efetividade de governo” do Banco Mundial — uma medida amplamente usada de capacidade estatal — desde 2011 (primeiro ano da Primavera Árabe) mostra a maioria dos países da região em declínio, sendo a pior queda a da Síria, cuja guerra civil a levou do 39º percentil para o 4º. Líbia e Iêmen, similarmente marcados por conflitos, também declinaram, embora de patamares inferiores do que o que a Síria se encontrava. Os três países árabes mais pluralistas, Tunísia, Iraque e Líbano, possuem Estados mais frágeis hoje do que há uma década. A Tunísia caiu do 56º para o 49º percentil, o Líbano foi do 46º para o 18º, e o Iraque caiu do 13º para o 10º.

Poucos países árabes possuíam Estados mais fortes em 2019 do que no início da Primavera Árabe. Entre eles estão Arábia Saudita (do 46º para o 65º percentil), Egito (do 35º para o 37º) e EAU (do 82º para o 89º). Uma análise do desempenho dos Estados árabes na medida de “controle da corrupção” do Banco Mundial revela um padrão similar. Nela, a Arábia Saudita — cujo príncipe herdeiro lançou uma ávida, ainda que peculiar, campanha anticorrupção — exibiu a melhora mais significativa passando do 49º para o 63º percentil. Mas Egito (do 26º para o 28º percentil), Marrocos (do 42º para o 46º) e EAU (do 82º para

o 84º percentil) também apresentaram ganhos modestos. A democrática Tunísia, em contraste, caiu do 57º percentil em 2011 para o 53º percentil atualmente.

Embora o garoto-propaganda para o que Foa chama de “renascimento do autoritarismo” seja a República Popular da China, entre os países árabes essa distinção provavelmente pertence aos Emirados Árabes Unidos. Esse país de dez milhões de habitantes não é apenas espetacularmente rico, como espetacularmente bem gerido. Um turista seria capaz de esquecer que está no mundo árabe, e não apenas porque 90% dos habitantes dos EAU são estrangeiros. Por trás dos grandes edifícios de cidades como Dubai e Abu Dhabi está um aparato governamental que, em termos de competência e eficácia, está há quilômetros de distância do padrão árabe de inércia e inépcia. Uma medida da diferença entre os EAU e seus irmãos árabes pode ser vista no desempenho do país durante a pandemia do novo coronavírus. A taxa de mortalidade pela doença nos EAU é baixa — 60 por milhão de habitantes, de acordo com o website *worldometers.info*. Outros países árabes possuem taxas menores, mas a diferença é que os números dos Emirados Árabes são mais confiáveis. Além disso, os EAU realizaram perto de 18 milhões de testes para uma população pouco maior que a metade desse número. Poucos países possuem uma taxa maior de testagem maior do que os EAU, mas nenhum deles possui mais do que um milhão de habitantes.

Não é surpresa, portanto, que os EAU não apenas lideram entre os países árabes no ranking de “efetividade de governo” do Banco Mundial (com nota no 90º percentil), mas também está à frente de países da OCDE como Israel, Itália, Portugal e Espanha. Os Emirados Árabes também possuem maior controle sobre a corrupção do que esses quatro países, ficando no 84º percentil, enquanto nenhum deles passa do 79º.

Junto com a competência vem a ambição, que é ao mesmo tempo inspiradora e, há que se dizer, divertida. É comum ouvir autoridades

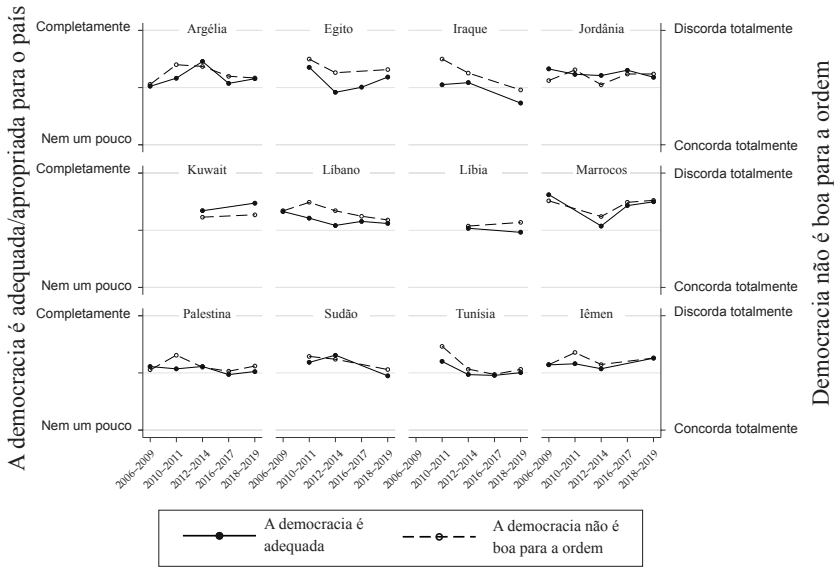
emiradenses falarem de seus esforços no combate ao aquecimento global, seu desejo de tirar proveito de inovações em IA (o país possui o primeiro Ministério de Inteligência Artificial do mundo) e sua ambição para colonizar Marte dentro dos próximos cem anos. Quando os EAU anunciaram discretamente que haviam construído o primeiro reator nuclear para geração de eletricidade da Península Arábica, ou quando o príncipe herdeiro de Abu Dhabi anunciou seu objetivo de “competir com as nações mais avançadas do mundo, como Finlândia, Nova Zelândia, Coreia do Sul e Singapura, que tiveram sucesso em termos de desenvolvimento humano, educação e economia”,⁶ é possível quase escutar os habitantes de outros países árabes desejando que seus líderes pensassem da mesma forma.

Contraste o estado de coisas emiradense com o histórico político e econômico menos inspirador da única democracia do mundo árabe. Se os EAU exemplificam o renascimento autoritário, a Tunísia exemplifica o que Thomas Carothers chamou de “pluralismo irresponsável”.⁷ Desde 2011, o país já teve oito primeiros-ministros — três deles somente em 2020. O presidente, eleito em 2019, é um independente de tendências populistas que passou a maior parte de seu tempo no cargo lutando contra uma legislatura desordeira, ameaçando dissolvê-la para “salvar o Estado do colapso”, sendo acusado de “instigar a derrubada do parlamento e do governo”.⁸ A grande corrupção da era de Ben Ali deu lugar a pequenos roubos cotidianos, prática que Sarah Yerkes e Marwan Muasher afirmam ter se “tornado endêmica”, e que explica por que a nota da Tunísia no índice de controle da corrupção do Banco Mundial de fato piorou em 2011.⁹ A taxa de desemprego está em 16% (a terceira maior do mundo árabe), enquanto o déficit orçamentário está no patamar de 14% do PIB e greves e protestos proliferam no país. Não é esse o desempenho que outros árabes gostariam de ver sendo repetido em seus países.

Uma década de pesquisas de opinião pública no mundo árabe reforçam a impressão de um povo que, se ainda não se entregou ao pro-

jeto autoritário, está seriamente tentado a fazê-lo. A Figura 2 apresenta os dados coletados pelo Barômetro Árabe desde 2006 sobre as atitudes dos cidadãos em relação à democracia em doze países árabes.¹⁰ Cada painel do gráfico representa um único país e, em cada painel, plotei a média das respostas ao longo do tempo para duas questões sobre a democracia: a primeira pede que os respondentes indiquem, numa escala de dez pontos, quão “adequada” ou “apropriada” é a democracia para seu país. A média das respostas a essa questão está representada pela linha contínua em cada painel.¹¹ A segunda pergunta é o quanto concordam com a afirmação de que “sistemas democráticos não são efetivos para manter a ordem e a estabilidade”. As respostas iam de “concordo totalmente” a “discordo totalmente”, e a média das respostas está representada pela linha tracejada de cada painel.¹² Linhas inclinadas para cima representam atitudes *mais* favoráveis em relação à democracia (ou seja, a crença de que ela é completamente adequada para o país em questão, e a discordância da noção de que a democracia é incapaz de manter a ordem e a estabilidade), e linhas com inclinação para baixo representam atitudes *menos* favoráveis.

Figura 2: Atitudes em relação à democracia em doze países árabes, 2016-2019



Fonte: Barômetro Árabe.

Como a Figura 2 deixa claro, em muitos países árabes atualmente, o entusiasmo em relação à democracia encontra-se em declínio. Mais preocupante é o fato de que os tunisianos parecem quase igualmente divididos em relação à adequação da democracia para seu país, e um número considerável parece ter aceitado o discurso autoritário de que a democracia é ineficaz para garantir a estabilidade e a segurança. No Iraque, no Sudão, na Argélia e no Líbano — cuja promessa democrática mencionei no início deste ensaio —, as atitudes em relação à democracia também parecem estar em declínio, sugerindo que o otimismo em relação aos efeitos de longo prazo dos protestos em massa naqueles países pode ter sido equivocado. Não dá para culpar quem inferir por esses gráficos que os árabes perderam a fé na democracia.

E, no entanto, há sinais em contrário. No Kuwait e no Iêmen, por exemplo, as linhas de tendência apontam para cima. No Egito, as ati-

tudes em relação à democracia na última onda da pesquisa (conduzida na segunda metade de 2018) ainda estão abaixo dos níveis de 2011, mas são mais favoráveis do que no início de 2013, alguns meses antes dos protestos em massa e da intervenção militar que pôs fim à primeira tentativa de democracia no Egito. Quando convidados a julgar quão adequada é a democracia para seu país, atualmente mais egípcios dizem que ela é adequada do que os que acreditam no oposto. De maneira similar, a maioria deles diz hoje discordar da afirmação de que a democracia é inimiga da ordem. Observamos o mesmo padrão no Marrocos. A causa da democracia, portanto, não está perdida. Mas a impressão esmagadora com que ficamos a partir desses dados é de uma região no auge de um debate: o caminho à frente será via democracia ou seu oposto?

Mudando a cabeça dos árabes

No entanto, o novo projeto autoritário que disputa a alma do mundo árabe não trata apenas de construir Estados mais fortes e controlar a corrupção. É também uma iniciativa cultural tão revolucionária quanto o projeto democrático à qual ela se opõe. Se a Primavera Árabe almejava trocar líderes autocráticos por líderes democráticos que respondessem aos anseios de seu povo, o novo plano trata de substituir um povo “primitivo” por um povo “moderno” que responda aos anseios de seus líderes.¹³ E o que os líderes árabes desejam, acima de tudo, são súditos que parem de exigir direitos e deixem de flertar com o islamismo.

A primeira dessas intenções — o que Calvert Jones descreve como o desejo de produzir “um novo tipo de cidadão” que seja “moderno”, “apto para um mundo globalizado” e “mais bem preparado para uma era pós-petróleo” — está descrito em muitos dos vários documentos de “visão nacional” que os governos árabes têm produzido nos últimos anos.¹⁴ O mais famoso deles é o “Visão 2030” da Arábia Saudita, mas

o primeiro foi o “Visão 2021” dos Emirados Árabes, lançado em 2014. Mais recentemente, os governos de Egito, Jordânia, Kuwait e Omã publicaram suas próprias declarações de visão. Em algumas delas, era possível identificar as digitais de caros consultores do Ocidente. Em outras, como a do Egito e a da Jordânia, são claramente um produto local. Quase todas falam sobre tornar as pessoas menos dependente de esmolas do governo e mais autossuficientes.

Essa é uma necessidade particularmente aguda em países dependentes de petróleo, cujo recurso a suborno em massa por meio de cargos públicos e benefícios sociais generosos não consegue se sustentar devido à flutuação do preço do petróleo. Na Arábia Saudita, o Estado gasta um quarto do PIB, apenas metade da população trabalha, e a receita atual do petróleo não é o bastante para pagar por tudo isso. O que esses governos desejam, portanto, é não apenas reduzir os subsídios e outros programas sociais, mas programar os cidadãos para não querer ou não precisar de tudo isso. Assim, a “Visão 2030” saudita delinea um “Programa Nacional de Enriquecimento do Caráter” que visa preparar a juventude saudita para “contribuir para a construção da economia nacional” introjetando neles “os valores de empreendedorismo, generosidade, voluntarismo, excelência, trabalho duro, ambição e otimismo”. A “Visão 2025” da Jordânia lamenta que “o atual modelo de desenvolvimento é incapaz de encorajar a população jovem a tirar vantagem das oportunidades oferecidas pela economia nacional”, e que “nossos cidadãos precisam estar dispostos a ocupar as vagas que estão disponíveis em nossa economia”. A declaração do Egito, a mais lacônica delas, ecoa o mesmo imperativo quando fala em desenvolver cidadãos “criativos, responsáveis e competitivos”.¹⁵

Essa necessidade de transformar pessoas dependentes do governo em contribuintes está por trás de uma das características mais sedutoras do novo projeto autoritário: sua aparente dedicação à emancipação das mulheres. No mundo árabe, apenas um quinto das mulheres traba-

lha fora de casa — a menor taxa do mundo de participação feminina na força de trabalho. Vários governos árabes passaram por reformas importantes, facilitando a entrada das mulheres na força de trabalho. O Egito, por exemplo, anunciou que deseja aumentar a participação feminina no mercado de trabalho dos atuais 24% para 35% até 2030. Medidas recentes, como uma lei facilitando a denúncia de assédio sexual, são voltadas em parte para tornar o ambiente de trabalho mais seguro para mulheres.

As reformas amplamente divulgadas da Arábia Saudita incluem não apenas o direito de mulheres de dirigir, mas também uma lei contra o assédio sexual, a proibição de demissão de funcionárias grávidas, a equalização das idades de aposentadoria de homens e mulheres, e o fim de regulamentos exigindo que mulheres sauditas solicitem a permissão de um “guardião” homem antes de viajar.¹⁶ Embora medidas como essas certamente sejam destinadas a agradar ao público ocidental, são também cruciais se esses países quiserem que suas economias cresçam o bastante para se livrar da dependência do petróleo ou financiar suas políticas de bem-estar social.

Mas há uma razão mais profunda para esse feminismo autocrático além da necessidade de fazer crescer a base tributária dos países da região e estes obterem posts favoráveis nas redes sociais do Ocidente. Quando Mohammed bin Salman diz que as mulheres sauditas “sofrem há décadas” e que são agora parceiras em pé de igualdade com os homens, “sem discriminação”; ou quando o primeiro-ministro emiradense distribui uma série de prêmios (evidentemente para homens) pela promoção da igualdade de gênero, estão sinalizando a seus cidadãos sobre a necessidade de rompimento com uma cultura patriarcal antiquada de cunho religioso, e lembrando os liberais de que apenas os autocratas podem tornar isso possível.¹⁷

Àqueles que zombam do espetáculo dos carcereiros de ativistas dos direitos das mulheres promovendo-se como defensores da emancipa-

ção feminina, é importante ressaltar que uma das principais insatisfações em relação à Primavera Árabe — evidenciada de maneira mais pronunciada no Egito — era a incapacidade da democracia de garantir a igualdade de gênero. Embora temores de que os fundamentalistas islâmicos explorariam seus poderes legislativos para tornar obrigatório o uso do véu e promover a poligamia fossem sempre exagerados, ainda é verdade que as constituições autoritárias que sustentaram o breve interregno democrático do Egito eram mais firmes em seu apoio à igualdade das mulheres que o documento redigido pelos representantes popularmente eleitos pelo povo (e popularmente ratificado) em 2012. Portanto, quando um jornal de “oposição” no Egito declara que a presidência de Sisi é uma “era de ouro” para as mulheres do Egito, fica evidente a comparação com a época em que a Irmandade Muçulmana estava no poder.¹⁸

Isso nos leva ao projeto político do Islã. Em entrevista a um jornalista norte-americano, Mohammed bin Salman (MBS) expôs claramente seu pensamento: “querem usar o sistema democrático para governar países e construir califados informais por todo lugar”.¹⁹ Para combater essa ameaça existencial, argumentam MBS e seus aliados, não bastará meramente proibir partidos islâmicos, declará-los terroristas ou exilar seus membros em Doha ou Istambul. Os líderes da região decidiram que precisam reprogramar a mente árabe para imunizá-la para sempre contra o feitiço da propaganda islâmica.

Ouvir esses líderes dizendo isso mostra que a luta contra o islamismo não trata de se defender de um conjunto de rivais inoportunos, mas de tornar o mundo árabe mais seguro, se não para a democracia, então para algum tipo de liberdade pessoal (mas não política). É por isso, por exemplo, que as escolas nos EAU oferecem um programa de “educação moral” não confessional “com uma abordagem explicitamente secular”.²⁰ É também por isso que Egito e Arábia Saudita adicionaram “pensamento crítico”²¹ ao currículo de suas escolas públicas, e o mo-

tivo pelo qual a Arábia Saudita agora ensina seus estudantes sobre a filosofia ocidental. Como escreveu um intelectual saudita, a matéria promete “treinar a mente e imunizá-la contra a intolerância, o fanatismo e a estagnação”.²²

O mesmo impulso está por trás dos constantes apelos do presidente Sisi em favor da reforma religiosa, de uma “releitura de nossa herança intelectual de maneira realista e esclarecida”, que permita aos egípcios “confrontar aqueles que defendem o extremismo e o terrorismo”.²³ Quando o saudita MBS diz que “gostaríamos de encorajar a liberdade de expressão ao máximo, desde que isso não dê espaço para o extremismo”, é difícil não interpretá-lo como dizendo que a liberdade está logo ao lado, assim que pudermos confiar que as pessoas não se tornem fundamentalistas islâmicos. Obviamente, poderíamos perguntar se isso faz parte de uma política de “extorsão por proteção” que Daniel Brumberg retratou nestas páginas, na qual líderes árabes justificam o despotismo como necessário para afastar os mulás, mas até onde sei, essa extorsão nunca havia vindo acompanhada de uma ementa de disciplina.²⁴

Rompendo o silêncio da Primavera Árabe

Aonde tudo isso vai nos levar? Roberto Stefan Foa identifica duas possibilidades. A primeira é o que chama de “consolidação autoritária”. Nesse cenário, “a legitimidade do regime aumenta continuamente e o desempenho do governo melhora até o ponto em que as pressões contra o sistema acabam se dissipando”. Não é possível saber, nesta fase inicial do programa de modernização autoritária pela qual o mundo árabe atravessa, se esse desfecho é plausível, mas parece mais fácil imaginá-lo em alguns lugares que em outros. Por exemplo, os EAU — um entreposto pequeno, rico e cosmopolita, como Singapura — poderia certamente evoluir nessa linha. Em sociedades árabes maiores

e mais diversas, no entanto, com fraturas políticas mais pronunciadas, tal desfecho parece improvável. E, embora tenhamos visto que o povo árabe atualmente seja ambivalente em relação à democracia, é difícil crer que as pessoas que há apenas uma década se levantaram para demandá-la pudessem facilmente se acomodar uma vez mais diante da perspectiva de um autoritarismo sem fim.

O segundo desfecho possível da atual temporada de modernização autoritária é o que Foa, na esteira de Jack Snyder nestas páginas, chama de “armadilha da modernização”.²⁵ Nesse cenário, os autocratas modernizadores — tendo construído Estados fortes e economias dinâmicas, libertado as mulheres, controlado a reação religiosa e ensinado seu povo a pensar criticamente — terão libertado as forças que cientistas sociais desde Seymour Martin Lipset há muito consideram essenciais para o surgimento da democracia. O governo representativo então cairá sobre o mundo árabe como a fruta de uma árvore. Um relato da transição da Tunísia corrobora em parte essa história. Nesse relato, o pai fundador do país, Habib Bourguiba, passou trinta anos no comando aprovando os tipos de reforma educacional e cultural que acabaram tornando a Tunísia apta para a democracia, o que explica como o país foi capaz de mantê-la na última década. Novamente, basta olhar para a Turquia — lar do pai de todos os autocratas modernizadores, Kemal Atatürk, e atualmente um garoto-propaganda póstumo para o retrocesso democrático — para lembrarmos dos limites da capacidade de um autocrata modernizador de preparar um país para a democracia.

Cada um dos futuros alternativos identificados por Foa — a “consolidação autoritária” e a “armadilha da modernização” — requer que os autocratas modernizadores da região atinjam seus objetivos mais imediatos: Estados fortes, economias desenvolvidas e cidadãos modernos. Não está claro, no entanto, se conseguirão. Afinal, quanto de pensamento crítico pode ser desenvolvido em sociedades que, no estágio atual da história, restringem o acesso à informação? Como

controlar a religião quando líderes ainda contam com instituições religiosas para legitimar suas decisões? Quanto podem as economias se desenvolver quando a maior garantia de vantagem competitiva de uma empresa é sua proximidade com o poder local?

É no campo da reforma econômica que os limites do chamado projeto modernizante ficam mais evidentes. De acordo com Rabah Arezki, economista-chefe do Banco Mundial para o Oriente Médio e Norte da África, as economias de muitos Estados árabes “reformistas” seguem sendo muito pouco competitivas e encontrarão dificuldades para atingir os níveis de crescimento exigidos pelo crescimento demográfico.²⁶ Não é preciso ser um fundamentalista de mercado para ver que lições sobre cultura de empreendedorismo não são um bom substituto de uma economia justa e com oportunidades iguais. Ainda assim, os “modernizadores” mais venerados têm caminhado na direção errada. Yazid Sayigh documentou como, sob o governo de Sisi, o Exército egípcio vem aumentando seu papel na economia, frequentemente às custas do setor privado. O Exército do Egito é um importante ator no setor imobiliário, na fabricação de massa, na agricultura, na pesca e na mineração — com planos de “produzir de 3% a 5% da oferta mundial de titânio e zircônio na próxima década” — e outras atividades alheias à competência da maioria das forças armadas modernas.²⁷ Com relação à Arábia Saudita, Karen Young observou como o fundo de investimento público de 325 bilhões de dólares do príncipe herdeiro “está

Se a democracia chegar ao mundo árabe, não será por causa da bravura dos autocratas em aceitá-la. Será porque a democracia venceu a discussão.

afastando oportunidades de investimento privado” e deixando “pouco espaço [...] para o crescimento de novas empresas”.²⁸ Críticos passaram a ver o fundo como um “Estado dentro de um Estado” devotado a “elefantes brancos” como Neom, a “cidade do futuro”, com

robôs trabalhadores e praias cuja areia brilha no escuro, que MBS está construindo no Mar Vermelho.²⁹

O fracasso dos modernizadores em desenvolver suas economias pode ser visto no desempenho dos países árabes no Índice de Liberdade Econômica da Heritage Foundation (que mede abertura de mercado, eficiência regulatória, Estado de direito e tamanho do Estado).³⁰ Não é surpresa que os EAU são os mais bem posicionados nesse índice, sugerindo mais uma vez que estão em uma trajetória verdadeiramente diferente dos demais países árabes. De 2011 a 2019, subiu do 69º para o 93º percentil em termos de liberdade econômica. O Marrocos também melhorou (do 44º para o 65º percentil). A nota da Tunísia diminuiu ligeiramente desde 2011 (do 32º para o 29º percentil), provavelmente devido à inflexibilidade de seu mercado de trabalho. Mas Arábia Saudita e Egito também caíram no índice — aquele, do 63º para o 43º percentil, e este, do 38º para o 22º percentil —, quedas que tiveram menos a ver com proteções aos trabalhadores do que com a resistência sistemática a uma economia genuinamente aberta e justa. Enquanto ambos os países controlarem a vida econômica tanto quanto controlam a vida política, é improvável que tanto a “consolidação autoritária” quanto a “armadilha da modernização” estejam em seu horizonte.

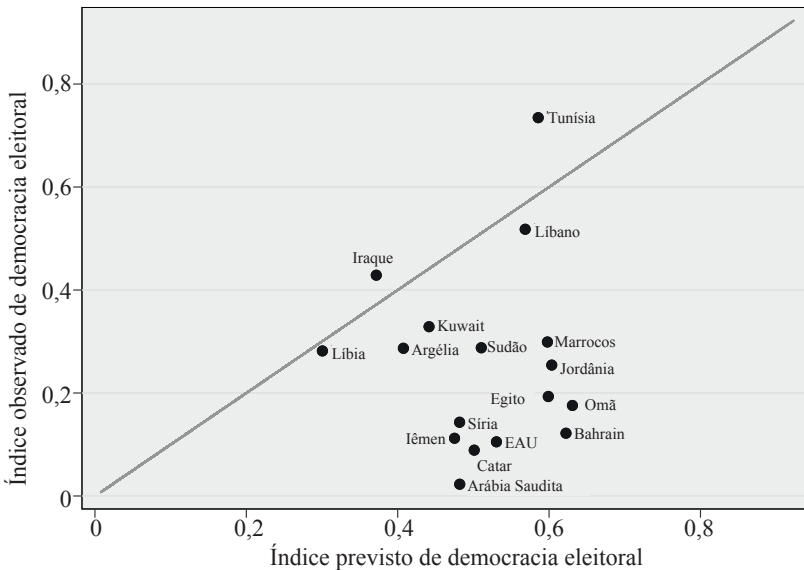
Haveria uma terceira possibilidade? Cinco anos atrás, quando ainda ardiam as ruínas do que hoje deve ser entendido como apenas o primeiro estágio da Primavera Árabe, argumentei nestas páginas que o caminho adiante para os países árabes poderia ser por meio do tipo de liderança modernizadora que os novos autocratas árabes dizem oferecer. Mas é possível que o pressuposto por trás desse argumento — que a democracia no mundo árabe enfrenta barreiras estruturais importantes que apenas um homem-forte é capaz de superar — precisa ser revisitado. Décadas de sabedoria social e científica foram testemunhas da importância da industrialização, da urbanização, do desenvolvimento

econômico e de outras condições estruturais para moldar as possibilidades democráticas de um país, e é verdade que muitos, se não todos, os países árabes seguem sendo pouco desenvolvidos para os padrões ocidentais. Mas, embora não se espere que um país de renda média-baixa como Egito ou Marrocos seja capaz de manter um nível de democracia comparável com França ou Coreia do Sul, deveríamos esperar que não possa manter democracia alguma? Escrevendo quase vinte anos atrás, Alfred Stepan e Graeme Robertson observaram que, em relação ao PIB per capita, muitos países árabes eram eleitoralmente fracos. Isso não significa simplesmente que seu desempenho seja baixo — também sugere que têm potencial para melhorar.

Para conseguirmos enxergar o tamanho do potencial democrático, fiz uma análise estatística simples. Primeiro, rodei uma regressão das notas de democracia-eleitoral do V-Dem para todos os países (exceto os países árabes discutidos neste artigo) de 1996 a 2016 contra as medidas incluídas na base de dados de PIB per capita, crescimento econômico, população, a nota do país no indicador de efetividade de governo do Banco Mundial (como proxy de capacidade estatal) e pertencimento à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (para refletir o que sabemos sobre como o petróleo distorce as perspectivas democráticas de um país).³¹ Então usei os resultados dessa regressão para prever a nota esperada de democracia eleitoral para cada país árabe em 2016, dada sua renda per capita e outras características estruturais. A Figura 3 mostra como a nota real de democracia eleitoral de cada país se compara com a nota esperada. Países abaixo da linha de 45° possuem menos democracia eleitoral do que o modelo prevê, e quanto mais abaixo da linha um país está, pior é seu desempenho. Embora uma análise mais sofisticada seja sem dúvida possível, e há considerável incerteza nas estimativas, o fato de que a maioria dos países árabes se encontra abaixo da linha ilustra o que Stepan e Robertson observaram há quase vinte anos: o mundo árabe possui mais espaço para a democracia do que julgamos.

Como o mundo árabe poderia aproveitar esse potencial democrático? À medida que uma nova administração americana se inicia, podemos ser tentados a demandar pressão renovada sobre os autocratas para respeitar os direitos humanos e até mesmo permitir competição política. Mas se a democracia chegar ao mundo árabe, não será por causa da bravura dos autocratas em aceitá-la. Será porque a democracia venceu a discussão. E, para que isto aconteça, os árabes comuns precisarão de evidências de que ela pode oferecer mais do que o caos e a discórdia.

Figura 3: Nota real vs. prevista de democracia eleitoral com base em atributos econômicos, 2016



Fonte: Banco de dados do projeto Variedades de Democracia (V-Dem), versão 10.

Ajudaria se as transições na Argélia e no Sudão fossem bem sucedidas. Mas hoje, um árabe que tentasse vislumbrar o que a democracia teria para oferecer só teria um lugar para procurar: Tunísia. Normalmente nos referimos àquele país como sendo uma democracia consolidada, tendo passado no teste de duas transições de poder de

Samuel Huntington em 2019, mas nenhum observador sério da Tunísia concordaria. Sharan Grewal nos alertou que a Tunísia permanece vulnerável à “ascensão de um homem-forte popular” que poderia tirar vantagem da “crescente desilusão com a democracia” retratada neste ensaio.³² E, embora devêssemos resistir à tentação de tirar conclusões a partir dos resultados de uma regressão simples e cheia de ruído, a análise apresentada na Figura 3 sugere que a Tunísia possui um desempenho positivo, porém modesto, dado seu nível de desenvolvimento e outros atributos. Assim como o baixo desempenho sugere um potencial democrático, um desempenho melhor sugere a possibilidade de decadência democrática. Os esforços da nova administração americana — e de aliados da democracia árabe em todo o mundo — seriam mais bem aproveitados na prevenção desse preocupante potencial. Enquanto árabes lidam com a escolha entre a promessa das urnas e os devaneios do déspota, a Tunísia precisa ser transformada em uma re-futação poderosa do novo apelo autocrático, e não em sua prova cabal.

Notas

O título deste ensaio é uma referência a Reinhard Bendix, *Kings or People: Power and the Mandate to Rule* [reis ou povo: poder e mandato para governar] (Berkeley: University of California Press, 1980). O autor agradece a Marsin Alshamary, Lama Mourad, Gautam Nair, Lana Salman e Richard Zeckhauser por seus comentários valiosos.

1. Mai Hassan; Ahmed Kodouda, “Sudan’s Uprising: The Fall of a Dictator”. *Journal of Democracy*, v. 30, n. 4, pp. 89-103, out. 2019.

2. Frédéric Volpi, “Algeria: When Elections Hurt Democracy”. *Journal of Democracy*, v. 31, n. 2, pp. 152-65, abr. 2020.

3. Hayder al-Shakeri; Taif Alkhudary, “There Can Be No ‘Going Back to Normal in Iraq’”. Al Jazeera, 25 nov. 2020. Disponível em: <www.aljazeera.com/opinions/2020/11/25/there-can-be-no-going-back-to-normal-in-iraq>.

4. Jamal Khashoggi, “Why the Arab World Needs Democracy Now”. *New York Times*, 22 out. 2018.

5. Roberto Stefan Foa, “Modernization and Authoritarianism”. *Journal of Democracy*, v. 29, n. 3, pp. 129-40, jul. 2018. [Ed. bras.: “Modernização e autoritarismo”. *Journal of Democracy em português*, v. 7, n. 2, 2018. Disponível em: <www.plataformademocratica.org/publicacoes#JournalDemocracy>.]

6. Jamal Sanad Al Suwaidi, “How the UAE Is Ushering in Knowledge and Technology Revolution”. *Gulf News* (Dubai), 9 jun. 2020.

7. Thomas Carothers, “The End of the Transition Paradigm”. *Journal of Democracy*, v. 13, n. 1, pp. 5-21, jan. 2002.

8. Tarek El-Tablawy; Souhail Karam, “Tunisia Leader Weighs Options for Parliament in ‘State of Chaos’”. *Bloomberg*, 20 jul. 2020. Disponível em: <www.bloomberg.com/news/articles/2020-07-20/tunisia-president-says-parliament-in-state-of-chaos>; “Ennahda: President Is Encouraging Chaos and Anarchy in Tunisia”. *Middle East Monitor*, 13 maio 2020. Disponível em: <www.middleeastmonitor.com/20200513-ennahda-president-is-encouraging-chaos-and-anarchy-in-tunisia>.

9. Sarah Yerkes; Marwan Muasher, “Tunisia’s Corruption Contagion: A Transition at Risk”. *Carnegie Endowment for International Peace*, out. 2017. Disponível em: <<https://carnegieendowment.org/2017/10/25/tunisia-s-corruption-contagion-transition-at-risk-pub-73522>>.

10. Nem todo país foi incluído em todas as ondas, e nem toda questão foi perguntada em todos os países todos os anos. Portanto, alguns painéis possuem menos de cinco pontos de dados para cada questão.

11. Para as ondas 1 e 2, foi apresentada aos respondentes uma escala de 1 a 10. Para as ondas 3 a 5, a escala foi mudada para de 0 a 10 (exceto para o Líbano na onda 4, que usou a antiga escala de 1 a 10). Para facilitar a comparação entre os anos e países, as escalas das respostas foram ajustadas para entre 0 e 1. As médias por país são calculadas usando os pesos indicados pelo projeto Barômetro Árabe.

12. A afirmação foi levemente modificada na primeira iteração do Barômetro Árabe: “As democracias não são boas em manter a ordem”. Para facilitar a comparação com a questão anterior, as escalas das respostas foram ajustadas para entre 0 e 1.

13. Sobre como esse fenômeno se manifestou nos EAU, ver Calvert W. Jones, *Bedouins into Bourgeois: Remaking Citizens for Globalization* (Nova York: Cambridge University Press, 2017).

14. *Ibid.*, p. 2.

15. Para a declaração saudita, ver <<https://vision2030.gov.sa/en/programs/NCEP>>; para a da Jordânia, ver <<http://gbd.gov.jo/Uploads/Files/jordan-2025/2025-en.pdf>>; para a do Egito, ver <<https://mped.gov.eg/EgyptVision?id=59&lang=en>>.

16. Ver comunicado de imprensa saudita em <www.saudiembassy.net/sites/default/files/Factsheet%20on%20Progress%20for%20Women%20in%20Saudi%20Arabia.pdf>.

17. Ver comentário do presidente Sisi em <www.youtube.com/watch?v=GqwLGAgYCEk>; Bethan McKernan, “UAE’s Gender Equality Awards Won Entirely by Men”. *Guardian*, 28 jan. 2019.

18. Iman El-Gindi, “A era de ouro para as mulheres” [em árabe]. *Al-Wafd* (Cairo), 4 dez. 2020.

19. Jeffrey Goldberg, “Saudi Crown Prince: Iran’s Supreme Leader ‘Makes Hitler Look Good’”. *Atlantic*, 2 abr. 2018. Disponível em: <www.theatlantic.com/international/archive/2018/04/mohammed-bin-salman-iran-israel/557036>.

20. Richard Pring, “Development of Moral Education in the UAE: Lessons To Be Learned”. *Oxford Review of Education*, v. 45, n. 3, pp. 297-314, 2019.

21. Mohammed Al-Kinani, “Critical Thinking and Philosophy To Be Taught in Saudi Schools”. *Arab News* (Riad), 5 jan. 2019; “Egypt To Develop Education System That Encourages Students’ Cognitive Progress”. *Daily News Egypt* (Cairo), 15 out. 2020.

22. Fahd Sulayman Al-Shaqiran, “O que significa ensinar filosofia na Arábia Saudita?” [em árabe]. *Asharq Al-Awsat* (Londres), 13 dez. 2018.

23. Iman Fikri, “Após o presidente Sisi defender a renovação do discurso religioso, acadêmicos pedem ação rápida para acompanhar os novos tempos” [em árabe]. *Al-Ahram* (Cairo), 16 set. 2019. Disponível em: <<http://gate.ahram.org.eg/News/2283158.aspx>>.

24. Daniel Brumberg, “Transforming the Arab World’s Protection-Racket Politics”. *Journal of Democracy*, v. 24, n. 3, pp. 88-103, jul. 2013.

25. Jack Snyder, “The Modernization Trap”. *Journal of Democracy*, v. 28, n. 2, pp. 77-91, abr. 2017.

26. Rabah Arezki, “Promoting Fair Competition in the Middle East and North Africa”. *World Bank Blog*, 19 nov. 2019. Disponível em: <<https://blogs.worldbank.org/arabvoices/promoting-fair-competition-middle-east-and-north-africa>>.

27. Yezid Sayigh, *Owners of the Republic: An Anatomy of Egypt’s Military Economy*. Washington, D.C.: Carnegie Middle East Center, 2019, p. 53.

28. Karen E. Young, “Sovereign Risk: Gulf Sovereign Wealth Funds as Engines of Growth and Political Resource”. *British Journal of Middle Eastern Studies*, v. 47, n. 1, pp. 96-116, 2020.

29. Andrew England; Arash Massoudi, “‘Never Waste a Crisis’: Inside Saudi Arabia’s Shopping Spree”. *Financial Times*, 25 maio 2020.

30. Ver a discussão da Heritage Foundation sobre o índice em <www.heritage.org/index/about>.

31. O modelo foi estimado usando o comando xtreg do Stata. Para PIB per capita e população, foi usada escala logarítmica de base 10.

32. Sharan Grewal, “Tunisian Democracy at a Crossroads”. *Brookings Institution*, fev. 2019. Disponível em: <www.brookings.edu/research/tunisian-democracy-at-a-crossroads>.

Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação FHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, por meio da produção de conhecimento e da promoção do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo. Realiza pesquisas e seminários para estimular o diálogo entre os produtores de conhecimentos e os diferentes atores sociais e políticos sobre temas da atualidade.

Plataforma Democrática oferece uma infraestrutura virtual com uma biblioteca de livre acesso que inclui milhares de textos sobre temas relacionados à democracia na América Latina e um banco de dados sobre instituições de pesquisa na região.

As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:

Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#EstadoDemocracia>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#CambiosGeopoliticos>

Meios de comunicação e Democracia:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#MediosComunicacion>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#EnsaiosDemocracia>

Sociedade civil e democracia:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#CohesionSocial>

Bibliotecas virtuais:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/biblioteca>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/biblioteca-sociedade>

Coleção Recursos de Pesquisa na Internet:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#RecursosPesquisa>